

**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Cíntia Alen Zimmermann



MEMÓRIA E IDENTIDADE

DA PRAÇA PÁDUA SALLES EM AMPARO, S.P.

São Paulo

2006

Cíntia Alen Zimmermann

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo**

Dissertação de mestrado

**Memória e identidade
da Praça Pádua Salles em Amparo, S.P.**

Título acadêmico pretendido: mestre

Área de concentração:
Projeto, Espaço e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Jorge

São Paulo
2006

Para Lothar, Juana e Eric

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Luís Antônio Jorge, pela excelente orientação, pelos apontamentos e esclarecimentos no trabalho.

Em Amparo, à Joana D'Andrea, pela hospitalidade e amizade, ao historiador Roberto Pastana Teixeira Lima, pelo auxílio em minha pesquisa e aos funcionários do Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos.

Às colegas Carolina Fidalgo de Oliveira e Michele Guimarães Bernardi que, gentilmente, me cederam material, e, à Juliana Suzuki, por sua amizade e companhia inesquecível.

Aos funcionários das bibliotecas da FAU, ECA e FE da USP, pela atenção e auxílio.

Agradeço pelas excelentes aulas assistidas na pós-graduação da FAU.

Em especial, ao professor Gustavo Neves da Rocha Filho, por sua disposição em ajudar e ceder informações incondicionalmente.

Às professoras da banca do Exame de Qualificação, Lucrécia D'Aléssio Ferrara e Maria Lucia Caira Gitahy, pelo exame e pelos apontamentos no trabalho.

Na Alemanha, agradeço o carinho e a ajuda de Jurgen, Robert, Margarete, Birgit e Moni.

À Juana, minha mãe, aos meus irmãos Iara, Felipe e Tania, e, à minha prima Suriá

Por fim, agradeço ao meu marido Lothar Konrad Zimmermann, de maneira especial, pela compreensão, paciência e pleno apoio.

RESUMO

Investigando aspectos da configuração e dos usos dos espaços da Praça Pádua Salles, município de Amparo – S.P. no passado e no presente, além dos significados a ela atribuídos no decorrer do tempo, o trabalho busca responder em que se baseiam suas identidade e memória. Pretende construir a memória da Praça a partir de um levantamento sobre a sua história que referencia a história da cidade. Analisa, também, construções e usos da Praça no cotidiano em que ela se apresenta como espaço de convívio, lazer e cívico. No decorrer do trabalho, a Praça é analisada em relação à cidade: à sua evolução urbana, à preservação do patrimônio histórico e cultural e às estratégias atuais de desenvolvimento urbano de Amparo. Por fim, o trabalho busca sintetizar o universo de informações levantadas, indagando a identidade da Praça e apontando diretrizes de projeto para a Praça Pádua Salles do amanhã. Faz referências às noções de *permanências*, *coração da cidade* e *lugar*. Também, da cidade que, por suas características culturais e conformação histórica tem, no presente, sua identidade vinculada ao passado, embora seja provida de informação atual expressa por intervenções urbanas que enxergam o futuro. Portanto, da cidade que se mantém em harmonia com o ontem e o hoje, com a cultura e o ambiente local.

Palavras-chave:

Memória urbana,
Identidade urbana,
História da cidade,
Cotidiano,
Lugar

ABSTRACT

Investigating aspects of the past and current configurations and uses of the spaces of Praça Pádua Salles (Amparo, S.P.) as well as the significance attributed to the site over time, this work attempts to identify the basis for the square's identity and memory. It intends to reconstruct Praça Pádua Salles's memory with a survey about its history that uses the history of the city of Amparo as a reference point. The work analyzes the constructions and uses of the square in daily life, when it appears as a space for social, recreational, and civic gatherings. As the work progresses, the square is analyzed in relation to Amparo's urban evolution, the preservation of the city's historical and cultural heritages, as well as the city's current urban development strategies. Finally, the work summarizes all the information gathered and ponders upon the square's identity, suggesting guidelines for a future Praça Pádua Salles project. The work makes references to the notions of *permanency*, *heart of a city*, and *site*. Also, it makes reference to a city that, because of its cultural characteristics and historical conformation, has its current identity linked to the past—even though it is provided with current knowledge, as shown by urban interventions that have the future in mind. The city, therefore, remains in harmony with yesterday and today, as well as with the local culture and environment.

Key-words:

Urban memory,
Urban identity,
History of city,
Quotidian,
Site

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	“As divisas entre São Paulo e Minas” Fonte: Lima, 1998, p. 53.	p. 42
Imagem 02	“As variantes da estrada Moji-Bragança” Fonte: Lima, 1998, p. 74.	p. 42
Imagem 03	“O Brasão de Armas de Amparo” Fonte: www.amparo.sp.gov.br/estudo_pesquisa/simbolos/	p. 43
Imagem 04	“Alterações do caminho Campinas - Sul de Minas” Fonte: Lima, 1998, p. 97.	p. 47
Imagem 05	“Planta de Amparo por volta de 1830” Fonte: Lima, 1998, p. 85.	p. 47
Imagem 06	“Planta de Amparo em 1858” Fonte: Lima, 1998, p. 83	p. 48
Imagem 07	“Estradas de Ferro do Estado de São Paulo” Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm	p. 53
Imagem 08	“Trecho da ferrovia da Cia. Mogiana que inclui o ramal de Amparo” Fonte: www.pell.portland.or.us/~efbrazil/cmef_map.jpg	p. 54
Imagem 09	“Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – 1922” Fonte: www.pell.portland.or.us/~efbrazil/cmef_map.jpg	p. 55
Imagem 10	“Avenida Bernardino de Campos na década de 1930” Fonte: Amparo: Álbum Comparativo, Amparo, Reimar, 2002, p. 04.	p. 60
Imagem 11	“Avenida Bernardino de Campos” Fonte: Amparo: Álbum Comparativo, Amparo, Reimar, 2002, p. 04.	p. 60
Imagem 12	“Pequena estação construída em Amparo, em 1875”. Fonte: Lima, 1998, p.121.	p. 62
Imagem 13	“O Plano de Luis Pucci para Amparo elaborado em 1878”. Fonte: Lima, 1998, p. 106.	p. 63
Imagem 14	“Planta de Amparo de 1895” Fonte: Lima, 1998, p. 138.	p. 64
Imagem 15	“Desenho da nova Estação de Amparo em 1896” Fonte: Lima, 1998, p. 151	p. 65
Imagem 16	”Praça Pádua Salles no fim do século XIX”. Fonte: Amparo: Álbum Comparativo, Amparo, Reimar, 2002, p.05	p. 66
Imagem 17	“ Vista do Largo da Estação por volta de 1930” Fonte: Arquivo do Museu Hist. e Pedag. Bernardino de Campos.	p. 67
Imagem 18	“Praça Pádua Salles no início do século XX. Vista para o lado da Rua Treze de Maio” Fonte: Amparo: Álbum Comparativo, Amparo, Reimar, 2002, p.49	p. 67
Imagem 19	“A Praça Pádua Salles com casario nos anos de 1930” Fonte: Almanaque de Amparo 175 anos, Amparo, 2004.	p. 67

Imagem 20	“A plataforma de embarque” Fonte: Arquivo do Museu Histórico e Pedag. Bernardino de Campos.	p. 68
Imagem 21	“Pátio de manobras e oficinas” Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm	p. 68
Imagem 22	“A Praça por volta de 1938”. Fonte: Arquivo do Museu Histórico e Pedag. Bernardino de Campos.	p. 69
Imagem 23	“O relógio da Praça Pádua Salles por volta dos anos de 1960” . Fonte: Arquivo do Museu Histórico e Pedag. Bernardino de Campos.	p. 69
Imagem 24	“Vista de Amparo em 1900”. Fonte: Arquivo do Museu Hist. Pedag. Bernardino de Campos em Amparo.	p. 73
Imagem 25	“Planta de Amparo de 1909” Fonte: Lima, 1998, p. 271.	p. 73
Imagem 26	“A Estação ferroviária de Amparo após reforma de 1938”. Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm	p. 79
Imagem 27	“Vista aérea da Praça Pádua Salles por volta de 1930”. Fonte: Arquivo do Museu Histórico e Pedag. Bernardino de Campos	p. 79
Imagem 28	“Planta da cidade de Amparo em 1929” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 80
Imagem 29	“Decepção dos amparenses face à desativação do ramal férreo em 1967”. Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm .	p. 80
Imagem 30	“Atuais ruas José Alves de Godoy e Ferruccio Guarizzo”. Desenho sobre imagem Arqu. do Museu Hist. Pedag. Bernardino de Campos	p. 82
Imagem 31	“Planta atual (2006) do município de Amparo”. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 89
Imagem 32	“Perímetro do núcleo histórico tombado pelo CONDEPHAAT” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 89
Imagem 33	“Planta atual da Praça Pádua Salles com localização das fotos, circulação e permanência”. Desenho sobre planta (da Prefeitura Municipal de Amparo).	p. 115
Imagem 34	“Casario no entorno da Praça Pádua Salles” Desenho sobre imagem (Almanaque de Amparo, 175 anos, Amparo, 2004)	p. 116
Imagem 35	“Praça Pádua Salles no fim do século XIX” Desenho sobre imagem (Amparo: Álbum comparativo, 2002, p. 05)	p. 117
Imagem 36	“Praça Pádua Salles no início do século XX” Desenho sobre imagem (Amparo: Álbum comparativo, 2002, p. 49)	p. 122
Imagem 37	“A cidade e a área da Estação nos anos de 1878, segundo a planta de Luis Pucci”. Desenho sobre imagem (LIMA, 1998, p. 139)	p. 134
Imagem 38	“A cidade e a área da Estação nos anos de 1909” Desenho sobre imagem (LIMA, 1998, p. 271)	p. 134

Imagem 39	“A cidade e a área da Estação em 1929” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 135
Imagem 40	“O centro e a área da Estação em 2006” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 135
Imagem 41	“O Largo da Estação em 1875” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 136
Imagem 42	“O Largo da Estação nos anos 1895 e 1909” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 136
Imagem 43	“A Praça Pádua Salles em 1929” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 136
Imagem 44	“A Praça Pádua Salles em 2006” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 136
Imagem 45	“Sobreposição da configuração antiga da Praça Pádua Salles (de 1929) sobre tecido urbano atual” Desenho sobre planta (Prefeitura Municipal de Amparo).	p. 136
Imagem 46	“Planta atual da Praça Pádua Salles (em 2006)” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 138
Imagem 47	“Área de estudo 1 (histórica)” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 139
Imagem 48	“Área de estudo 2 (lazer)” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 141
Imagem 49	“Área de estudo 3 (comercial)” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 143
Imagem 50	“Croqui explicativo com diretrizes de projeto para a Praça Pádua Salles” Desenho sobre planta cedida pela Prefeitura Municipal de Amparo.	p. 145

Fotos recentes, tiradas em outubro de 2004, da Praça Pádua Salles estão expostas nas páginas 102 a 114 (*Um dia na Praça*), e nas páginas 139 (Área de estudo 1), 141 e 142 (Área de estudo 2) e 143 (Área de estudo 3).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1.1.	Considerações iniciais	p. 10
	1.2.	O objeto e o tema da pesquisa	p. 13
	1.3.	Porque estudar identidade e memória urbana	p. 14
	1.4.	Estratégia metodológica	p. 17
2. MEMÓRIA E IDENTIDADE	2.1.	História e memória	p. 19
	2.2.	Quem define o que é memorável	p. 26
	2.3.	Identidade Urbana	p. 30
	2.4.	Mito e autenticidade	p. 36
3. HISTÓRIA	3.1.	Constituição de cidades paulistas pelo isolamento: formação do núcleo urbano de Amparo no século XVIII	p. 41
	3.2.	Ferrovias, cafeicultura e urbanização: o caso de Amparo e do Largo da Estação no século XIX	p. 50
	3.3.	Crises da cafeicultura: a situação de Amparo e do Largo da Estação no século XX	p. 72
	3.4.	Desenvolvimento, questões urbanas e culturais na Amparo atual	p. 84
4. COTIDIANO	4.1.	Cotidiano	p. 96
	4.2.	Entrevistas com usuários da Praça	p. 100
	4.3.	Um dia na Praça	p. 101
	4.4.	Praça Pádua Salles: O “coração da cidade”	p. 116
5. CONCLUSÃO	5.1.	Memória e identidade da Praça Pádua Salles	p. 123
	5.2.	As permanências da Praça	p. 128
	5.3.	A Praça para o Amanhã	p. 137
BIBLIOGRAFIA		Referências bibliográficas	p. 147
		Obras consultadas	p. 150
ANEXOS	1.	Outras imagens da Estação e do Largo de Amparo	p. 151
	2.	Quadro sobre o Município de Amparo	p. 153
	3.	Quadro Cronológico	p. 156
	4.	Quadro de eventos em Amparo	p. 159
	5.	Entrevistas com usuários da Praça Pádua Salles	p. 161

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações iniciais

Através do estudo da memória e da identidade urbana propomo-nos, nesse trabalho, fazer a leitura de uma área no município paulista de Amparo: a Praça Pádua Salles. A *História* relata-nos sobre a evolução e as transformações urbanas sucedidas nesse local que fora, antes de praça, o Largo da Estação. A *Memória do lugar* possibilita-nos identificar as peculiaridades, os elementos e as características que permanecem no espaço construído e que têm uma conotação que transcende o tempo presente: ora nos remontam ao largo de outrora, ora nos trazem de volta à praça de hoje, e ainda, ora nos sugerem a praça de amanhã. Nesse sentido, foi-nos imprescindível compreender a definição dos dois termos.

A memória e a identidade urbana assumem seu papel fundamental ao determinar os valores dos objetos, dos monumentos e da cultura inerente a um espaço construído da cidade. A identidade, entretanto, não se vincula, necessariamente, à memória urbana. Esse vínculo se dá no nosso caso estudado - a Praça Pádua Salles - porque Amparo preserva, ainda hoje, aspectos da configuração da cidade do século XIX e início do XX (construída pelos fazendeiros enriquecidos com a cafeicultura e provida de um ramal da Cia. Mogiana que a conectava à rede das ferrovias paulistas e ao Porto de Santos onde o café era exportado) e esses aspectos são tão determinantes na paisagem urbana atual que não há como imaginar um futuro em que Amparo esteja desprovida dessa configuração. Isso soaria como uma descaracterização, uma destruição da sua identidade.¹ Os espaços da cidade denotam as relações sociais, de produção e culturais daquela época, e por isso, Amparo e a Praça representam um valioso patrimônio construído - histórico e cultural - do Estado de São Paulo e, também por isso, afirmamos que a identidade da área vincula-se, de maneira bastante explícita, à memória.

A *História* é um entendimento; é analítica, discursiva e lógica, ao passo que a *Memória* se baseia em um imaginário, não se prende à seqüência de acontecimentos ou ao tempo, é seletiva e parcial. Entre as duas, entretanto, há alguns aspectos em que elas se complementam e outros em que elas se contradizem. Entendemos que ao questionarmos a memória da Praça, faz-nos necessário conhecer a sua história, assim como as relações

¹ Por essa razão, muito justificadamente, a cidade tem diversos exemplares tombados (inclusive o seu Centro) pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) e já, há um bom tempo, grupos de estudiosos e interessados têm se envolvido e se mobilizado a favor da preservação dessas construções em Amparo, com o veremos, mais detalhadamente, no desenvolvimento desse trabalho.

cotidianas que se dão em seus espaços. Por isso, procuramos expor aqui “a história da Praça Pádua Salles”, em que descrevemos o processo da formação e das transformações nela ocorridas, e “o cotidiano”, onde buscamos conhecer os significados atuais desse espaço na cidade.

A análise de uma área urbana, segundo esses aspectos, nos leva à compreensão das noções de “lugar da memória” - nos termos de Jacques Le Goff - e de “coração da cidade” - no sentido que Josep Lluís Sert, Fernand Léger e Sigfried Giedion empregavam no manifesto “Nine points on monumentality”, de 1943.² Fica, pois, evidente que a Praça Pádua Salles é entendida aqui como o “core”; lugar das atividades e dos acontecimentos diversos do cotidiano, dos eventos do presente e, também, da memória que vincula a praça de hoje às imagens do passado e onde as lembranças e a afetividade da população em relação à cidade se manifestam.

Apoiando-nos nessas idéias, temos a colocação de Kevin Lynch (1975, p.02) que afirma que uma imagem urbana³ desejável é aquela que celebra e amplia o presente, ao mesmo tempo em que estabelece conexões com o passado e com o futuro. A identidade e a memória relacionam-se entre si e se fazem conhecer pelas imagens da cidade e, como afirma Lynch, a imagem ideal que representa a cidade é, justamente, aquela que não fica parada no tempo, mas que acompanha a evolução da cidade, o desenrolar dos tempos e o porvir das novas gerações. Nesse sentido, desejamos encontrar imagens e, por conseguinte, identidades e memórias que enxergam a cidade do passado, do presente e do futuro, de forma que os tempos diferentes, em diálogo e em continuidade, fiquem evidentes no espaço construído e a cidade prossiga, dessa maneira, evoluindo conforme os anseios e as necessidades de cada época e de cada população.

Na constituição e localização da Praça, há impressões e resquícios provenientes de tempos passados – dos séculos XIX e XX – que vêm identificar a Praça de hoje e responder às perguntas que fazemos. A partir dessas impressões, permanentes no espaço construído, um imaginário urbano é criado. Imaginário este que se compõe de imagens do passado - lembranças e memórias – persistentes no espaço construído ou, pelo menos, nas mentes dos amparenses. Nesse sentido, procuramos aqui verificar esses tempos de “ontem” e de “hoje” que permanecem sob forma de construções nos espaços da Praça e da cidade.

² Tema, inclusive, do VIII CIAM de 1951, e também, já desenvolvido teoricamente por Camillo Sitte que, no século XIX, estudava as praças como espaços da vida pública, das artes e dos monumentos da cidade.

³ Entendamos, aqui, não somente a imagem em si, mas a cidade, no que tange sua configuração, significado e essência.

Há um termo empregado por Aldo Rossi (1971, p.60-91) que explica o que entendemos sobre a Praça: o *Fato Urbano*, que significa um objeto ou conjunto urbano que adquire individualidade e complexidade com o passar do tempo, processo em que alguns valores e funções permanecem e outros se modificam completamente. A ele são inerentes a *persistência* e a *permanência*, que são dadas por seu valor constitutivo; pela história, pela arte, por sua presença e memória. O *Fato Urbano* remete a construção à história e à memória da cidade: a idéia que se tem de um edifício, da memória mais geral deste edifício enquanto produto da coletividade, e da relação que se tem com a coletividade através dele. A sua complexidade emerge da compreensão da totalidade do seu caráter urbano mediante o estudo de suas diversas manifestações, de seu comportamento, de cada componente que tem um valor diverso. Sob essa perspectiva, passado, presente e futuro estão vinculados em um estudo que busca verificar a identidade e a memória de uma área urbana o que denota a preocupação com os valores e a cultura local no exercício de pensar a arquitetura. Interessa-nos, portanto, estudar a Praça Pádua Salles como um *Fato Urbano*, que acompanha a evolução das eras e, por isso, é essencial que a identidade e a memória sejam reconhecidas.

Entendemos, também, que o conhecimento e a informação sobre esses aspectos do ambiente construído, quando acessíveis à comunidade (usuários e habitantes), contribuem para que a cidade seja mais valorizada e a boa qualidade de seus espaços seja mantida porque é compreendida como um bem comum.

A cidade, por ser o espaço de vivência da coletividade, palco das ações humanas e por transparecer a cultura e os valores de um povo, deve ser pensada e cuidada porque ela é nosso habitat e contém os nossos bens culturais. Busquemos, enfim, definir o imaginário que emerge do conhecimento sobre as construções, os eventos e as sociabilidades do passado, chamadas de *permanências* por Aldo Rossi, ou ainda, vejamos o que da História mantém-se no presente como Memória, como elemento de identidade e como patrimônio histórico e cultural da Praça Pádua Salles.

1.2. O Objeto e o tema da pesquisa

O objeto de nossa pesquisa é a relação existente entre *identidade* e *memória* na cidade. A definição desses termos e a relação entre eles estão expressos no item 2 desta dissertação. A Praça Pádua Salles em Amparo é o tema da pesquisa. Por localizar-se no Centro Histórico do município a Praça é analisada muitas vezes em relação à cidade.

O Centro Histórico consiste em um núcleo urbano conformado durante os séculos XIX e início do XX que se encontra, ainda hoje, bastante preservado e, por isso, é um exemplar muito expressivo da era da cafeicultura e das ferrovias paulistas. É tombado pelas Resoluções N.º.10/11.02.1987 e N.º.12/12.04.1996 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Nesse centro, originado de um povoado fundado em 1829, encontram-se bens de interesse histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico. As construções aí existentes refletem, de certa forma, a história da cidade e, como dissemos, da expansão cafeeira e ferroviária paulista em um sítio peculiar.

Localizada no centro, envolta por comércio, serviços e residências, próxima à Rua 13 de Maio e aos monumentos religiosos dos Largos da Matriz e do Rosário, a Praça é dotada de bastante vida urbana e consiste num cartão-postal da cidade o que indica que é objeto de orgulho dos amparenses. A Praça ocupa uma área bastante ampla, arborizada, com equipamentos culturais e para o lazer. É um espaço bastante utilizado no cotidiano e, ocasionalmente, para eventos civis e festividades da cidade, como o *Festival de Inverno*, um dos mais celebrados na cidade, que dura o mês inteiro de julho e oferece atrações culturais e de lazer para um público diversificado. Poderíamos, por isso, dizer que a Praça Pádua Salles consiste num *Coração da Cidade*⁴, pelo qual as pessoas têm orgulho e afeição e tomam como referência para encontros, lazer e momentos de descanso diário.

O município de Amparo localiza-se na região sudeste do Estado de São Paulo, a 93 quilômetros da capital, em linha reta, e tem uma população de, aproximadamente, 60.000 pessoas⁵. Integra, junto com as cidades de Serra Negra, Lindóia, Águas de Lindóia, Pedreira, Morungaba, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul e Socorro, o “Circuito das Águas”, a rota das estâncias hidrominerais paulistas. Situa-se nas últimas ramificações da Serra da Mantiqueira, entre as serras do Caraguatá, do Lamedor e do Pântano. A altitude do município é de 674 metros sendo que certos pontos da cidade alcançam quase 1000 metros.

⁴ O termo, *Coração da Cidade*, é explicado no capítulo 4.4. desta dissertação.

⁵ Ver Anexo 2 - “Quadro sobre o Município de Amparo” nesta dissertação.

Amparo conta hoje com boa infra-estrutura nos setores de saúde, agências bancárias, estabelecimentos comerciais, entre outros e, segundo Elza Helena C. C. Castro (2002, p.60), aliados ao patrimônio ambiental urbano, esses elementos tornam a cidade atraente a investidores, empreendedores e empresas de alta tecnologia que procuram um local para assentar suas fábricas. Também, devido ao Centro histórico e ao meio ambiente que a envolve, onde há antigas fazendas de café e áreas rurais, a cidade é um atrativo para o turismo cultural e ecológico.

Entretanto, antes da Praça Pádua Salles configurar esse espaço e servir à atual função, de 1875 a 1967, nela funcionou a Estação Ferroviária de Amparo. Era chamada Largo da Estação e consistia, inicialmente, em uma área periférica, freqüentada por tropeiros, funcionários, passageiros, comerciantes, cambistas e toda uma gama de personagens que surgiram em razão da ferrovia. O principal produto transportado pela ferrovia, não só no caso de Amparo, mas, em todo o Estado de São Paulo era o café. Do Largo da Estação, o café seguia em direção a Jundiaí até chegar ao porto de Santos onde era exportado.

Como a Praça Pádua Salles chegou à configuração atual? Quando ela passou a ser chamada de “praça”? Por que ela perdeu sua função de estação ferroviária? As respostas para essas perguntas devem ser buscadas na história que remonta à formação e às transformações da Praça, à relação da Praça com a cidade e com o Estado, no contexto do desenvolvimento da cafeicultura, da implantação das ferrovias e do crescimento das cidades paulistas durante os séculos XIX e XX.

1.3. Porque estudar identidade e memória urbana

A memória e a identidade de uma área urbana devem ser estudadas por razões que se relacionam, principalmente, à questão da salvaguarda do Patrimônio Cultural (material e imaterial) de uma comunidade e, também, entendemos que seu reconhecimento pode contribuir para direcionar futuros projetos que intervenham nos espaços da cidade de maneira consciente quanto às características intrínsecas a estes patrimônios.

Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o *Patrimônio Cultural* não se restringe aos imóveis oficiais isolados (igrejas ou palácios), mas, se estende aos imóveis particulares, traçados urbanos, ambientes naturais de importância paisagística, imagens, mobiliário, utensílios, documentos escritos, entre

outros, e, constitui-se de bens *materiais* e *imateriais*. O *Patrimônio material*, protegido pelo IPHAN, é composto por um conjunto de bens culturais classificados e divididos entre os quatro *Livros do Tombo*: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. O *Patrimônio Imaterial* é definido pela Unesco como *as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.*⁶

Fazemos a leitura da Praça Pádua Salles (e da cidade de Amparo) baseada em conhecimentos além daquilo que é simplesmente visível e concretamente presente no ambiente construído (patrimônio material) para considerarmos, também, a cultura, a história e os valores da população refletidos nesse ambiente (patrimônio imaterial). Dessa maneira, a memória dota de sentido o patrimônio material.

A cidade produzida pela especulação imobiliária e pela globalização econômica que, em busca de novos mercados atravessam fronteiras sem reconhecer as especificidades do *lugar*⁷, acabam por substituir o conhecimento vernacular, a memória e a identidade dos povos por produtos, arquiteturas e valores outros relacionados à cultura de consumo de massa. Atitudes contra essas tendências justificam um estudo como esse, que busca, por sua vez, a preservação dos elementos concretos (material) e dos significados de um espaço (imaterial) construído no tempo, que garantem a um povo, a vivência e o reconhecimento do que lhe é original: suas técnicas, sua adaptação à natureza, os hábitos e os costumes locais.

Como mencionamos, entendemos que na prática os conhecimentos buscados nessa pesquisa poderiam ser bem aplicados em projetos de qualificação urbana. A preservação ou o desenvolvimento de certas áreas - assunto sempre em pauta nas discussões sobre o futuro das cidades - têm, muitas vezes, seus limites pouco nítidos e, por isso, esses limites devem ser claramente identificados: no projeto existe sempre o risco de se errar na eleição de quais elementos construídos preservar e quais remover para que se desenvolvam em seu

⁶ In: <http://portal.iphan.gov.br>

⁷ Explicamos a noção de *lugar* no capítulo 2.3. Identidade Urbana, na pág. 31 desse trabalho.

lugar novas relações de uso e ocupação compatíveis com o sentido do espaço público contemporâneo ou com os valores de urbanidade do cotidiano. Nesse sentido, é importante verificar os aspectos inerentes à área em estudo sob dois enfoques que devem dialogar e, no projeto, buscar uma solução conciliadora: primeiro, o que é histórico, simbólico e valorizado pela comunidade e, por isso, deve ser preservado; e, segundo, deve-se entender como ocorre a utilização dos espaços no cotidiano, isto é, qual a relação dessa área urbana com a dinâmica de usos da cidade, para que se possa, no futuro, melhorar e enriquecer este espaço com novas significações, formas e utilidades.

Marly Rodrigues (2001, p.17) relaciona o patrimônio cultural à memória e à identidade urbana afirmando que, com a preservação do patrimônio cultural, garante-se que uma sociedade tenha a oportunidade de perceber a si própria (de identificar-se), e, afirma, também, que a memória urbana é a forma de recompor a relação entre o presente e o passado que mantém o equilíbrio emocional dos indivíduos e das sociedades.

Sobre a preservação do patrimônio arqueológico como contribuição ou reforço de uma identidade nacional, fala-nos Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1987, p.183) que uma proposta de consolidação da identidade nacional tende a conduzir a uma integração harmoniosa que neutraliza os conflitos e mascara as contradições. Isso porque falar da preservação de bens culturais pressupõe uma continuidade de estímulos à identidade, que poderia se dar através da promoção de atividades e eventos culturais em que a população interage coletivamente nos espaços da cidade. Não é difícil compreender que se a população não se identifica com os aspectos da sua cultura original e vernácula, com os espaços e monumentos urbanos, como justificar as ações de restauro e manutenção de construções da cidade? Quem os apóia, quem os valoriza? Ainda mais se considerarmos o fato de que hoje, no Brasil, a gestão pública não tem muitas condições de atuar na preservação urbana sem contar com a participação do setor privado e da comunidade. Estamos falando, pois, da importância da **educação patrimonial**.

Temos em nosso país, tanto nas metrópoles quanto nas cidades de pequeno e médio porte, os conflitos urbanos gerados em função da má distribuição dos serviços e da infraestrutura que se traduzem em áreas ilegalmente constituídas e informalmente administradas, segundo “leis” criadas pelas próprias comunidades destes espaços segregados e destituídos da atenção do poder público. Isso gera consequências desastrosas à população como um todo e acarreta a exclusão social e os conflitos entre a cidade legal e a ilegal. Então, a questão colocada pelo professor se estende para além do simples interesse pela preservação dos monumentos da cidade e abrange, inclusive, uma preocupação com o

social, com a qualidade de vida urbana e com a preservação da ‘escala do bairro’, isto é, acreditamos que se as pessoas se identificam com o local onde habitam, se reconhecem valores e têm afeição pelas ruas, praças, espaços públicos em que caminham e permanecem, elas passam a compreender a cidade como “sua”, sentem que pertencem a um lugar e podem assumir responsabilidades pela sua manutenção.

Um trabalho de *requalificação urbana* associado à *educação patrimonial*, que vise à conscientização junto às comunidades acerca dos aspectos culturais da localidade, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana. Uma das funções da educação patrimonial é divulgar o entendimento quanto à diversidade de manifestações que formam o *Patrimônio Cultural* de um local e que muitas vezes não são reconhecidas nem valorizadas pela cultura formal e dominante. Por causa da desvalorização da memória e dos bens culturais, as municipalidades têm, hoje, realizado oficinas com atividades diversificadas como música, teatro, pintura, reciclagem, entre outras, a fim de incentivar o interesse coletivo pelas atividades culturais e comunitárias. Essas atividades mobilizam e levam muitas pessoas aos espaços públicos das cidades. A *educação patrimonial* trata-se, enfim, de um processo pedagógico que, ao transmitir a idéia da preservação e da valorização do patrimônio cultural através de atividades lúdicas e coletivas que acontecem nos espaços públicos da cidade, pode, efetivamente, contribuir para a reafirmação das identidades individuais e de grupos.

Portanto, acreditamos que ações que fortaleçam a identificação das pessoas com sua cidade vêm contribuir muito para a valorização do espaço público como espaço de interação, de convívio, reconhecido como bem comum. A educação patrimonial exerce papel fundamental em políticas e ações de preservação do patrimônio cultural, e por isso, ela deve ser permanentemente incentivada para que a população tenha consciência das riquezas e das heranças de sua cidade e, então, passe a valorizá-la e vivenciá-la.

1.4. Estratégia metodológica

A dissertação desenvolveu-se a partir de uma estratégia metodológica que visou ao reconhecimento da cidade de Amparo e da Praça Pádua Salles através de três caminhos: o primeiro buscou conhecer a cidade e a área através da sua história, processo que nos exigiu visitas a arquivos, bibliotecas, museus, além de levantamento de material iconográfico e cartográfico; o segundo buscou conhecer Amparo e a Praça através da percepção do cotidiano feita por meio de pesquisa de campo em que vivenciamos os espaços, fizemos entrevistas com os usuários e o registro fotográfico do espaço; e o terceiro buscou conhecer, de maneira analítica e conclusiva, os significados urbanos da Praça o que nos exigiu a análise dos dados levantados amparada por bibliografia pertinente. Pudemos, dessa maneira, conhecer as particularidades locais - a história, o cotidiano, a população e a cultura amparense - e, assim, compreender a identidade e a memória da Praça em relação ao seu passado, presente e futuro. Com o estudo da história, com o reconhecimento da memória e com a experiência de se vivenciar a cidade e a área no cotidiano, foi-nos possível prever novos usos e configurações para a Praça, caso houvesse o interesse pelo redesenho urbano.

O levantamento histórico que fizemos esclarece-nos sobre a identidade da Praça no passado e indica-nos em quais aspectos e de que maneira a Praça se mantém hoje como *lugar da memória*, no sentido expresso por Jacques Le Goff (1996, p.473), como o lugar monumental, simbólico e das arquiteturas, onde ocorrem comemorações e festividades, o lugar *criador e denominador da memória coletiva* das diferentes gerações.

Empenhamo-nos, enfim, em elaborar uma estratégia metodológica que nos servisse para compreender o tema em questão: a Praça Pádua Salles. A estratégia foi seguir os procedimentos que um arquiteto-urbanista deveria, necessariamente, tomar frente ao desafio de conceber um projeto para uma área urbana tombada como patrimônio histórico, comprometida, portanto, com a salvaguarda de diversos bens materiais e imateriais, mas que, por outro lado, está à mercê do desenvolvimento da cidade que, certamente, deseja fortalecer sua economia e seu parque industrial, suas relações comerciais no âmbito regional e investir em melhorias na infra-estrutura urbana. Dessa maneira, a pesquisa coloca a questão: qual é o papel atual do arquiteto frente a essa realidade?

Entendemos que o arquiteto-urbanista tem que estar presente nas decisões tomadas sobre o futuro das cidades, dos centros urbanos, e mesmo, das comunidades mais isoladas. A gestão e os projetos, sejam em vista à preservação ou ao desenvolvimento (menos

comprometido com a história e memória local e mais voltado a atender a outras necessidades urbanas), devem contar com a participação e o trabalho do arquiteto, seja atuando como profissional autônomo ou no âmbito da administração pública. Isso porque, considerando-se que esse profissional tem a formação, o conhecimento e, por isso, as condições de compreender os significados locais, é ele quem poderá dar a forma, qualificar o espaço, construir aquilo que antes eram idéias, desejos e necessidades. Ainda mais se a área a sofrer a intervenção for um espaço público, objeto de orgulho da população, simbólico e onde se encontram os monumentos da cidade como geralmente ocorre com as praças e os largos e onde acontecem as feiras, as festividades e o lazer cotidiano. Nesse sentido, o arquiteto deve ser o profissional preparado para tal tarefa, e por isso, deve conhecer diferentes disciplinas e, fundamentalmente, deve estar a par da realidade local: dos aspectos culturais, geográficos, econômicos e das estratégias de desenvolvimento, não só no âmbito da cidade, mas também, da região. Assim, ele deve agir juntamente e auxiliando aqueles que decidem e são os responsáveis pelo futuro das cidades e o seu projeto deve contar com a participação (ou opinião) da comunidade para que resulte como um desenho consciente da realidade local, que respeite o passado, compreenda o presente e enxergue um futuro melhor.

2. MEMÓRIA E IDENTIDADE

2.1. História e Memória

Em primeiro lugar, memória não é história. Qual é, pois, a relação entre história e memória? Entre as duas disciplinas ocorrem ora aproximações ora oposições, isto é, em alguns aspectos elas dialogam e se complementam e em outros elas se contrapõem. A História se opõe à Memória porque enquanto a primeira envolve métodos analíticos, reconstrói o objeto no plano impessoal, universalista e disciplinar, a segunda se refere ao plano pessoal, afetivo e reconstrói o objeto a partir da emoção, das sensações individuais emaranhadas num imaginário provido de fontes informacionais diversificadas, imagens do passado e do presente, realidade e fantasia.

Jacques Le Goff⁸ coloca essa relação nos seguintes termos:

⁸ LE GOFF, **História e Memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996, p.439

o que separa radicalmente a memória da história é, justamente, a colocação da memória fora do tempo. O esforço de memorização, predicado e exaltado no mito, não manifesta o vestígio de um interesse pelo passado, nem uma tentativa de exploração do tempo humano. Nesse sentido, a memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela.

Para Maurice Halbwachs⁹, *a memória coletiva não se confunde com a história*: a história é a compilação dos fatos ocorridos no passado que ocuparam o maior espaço na memória dos homens; começa a partir do ponto em que acaba a tradição, o momento em que a memória social se apaga e se decompõe. Isto porque, enquanto uma lembrança subsiste na mente das pessoas, é inútil fixá-la por escrito. Nesse sentido, quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais suporte num grupo social, o único meio de salvar tais lembranças é fixá-la através da história, por escrito, já que as palavras e os pensamentos se esvaem, ao passo que os escritos permanecem. Então, a necessidade de escrever a história de algo desperta somente quando os acontecimentos já estão muito distantes no passado.

Halbwachs¹⁰ diz, ainda, que a memória coletiva se distingue da história, pelo menos, sob dois aspectos: O primeiro é que a memória consiste numa corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo social. Ela não ultrapassa os limites deste grupo enquanto que a história se coloca fora dos grupos e introduz na corrente dos fatos divisões que determinam lugares fixos para cada evento ocorrido, obedecendo a uma esquematização didática. Conforme o autor, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva há limites irregulares e incertos ao passo que no processo da história não há linhas de separação nitidamente traçadas. Dessa maneira, na memória, o presente não se opõe ao passado, enquanto que na história, sim, esses dois períodos são bem determinados. A segunda característica pela qual a memória se distingue da história, é que há muitas memórias coletivas enquanto a história é uma só. A história se compõe de muitas lembranças que, entretanto, não ressoam como memória na atualidade. Enquanto a história pode se apresentar como a *memória universal do gênero humano*, que concentra todos os fatos importantes e marcos do passado da humanidade, a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. O autor¹¹ fala que:

⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004, p. 89.

¹⁰ Ibid., p.86.

¹¹ Ibid., p.89-91

Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados, senão na condição de desligá-lo da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros em que a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos em si mesmos e defini-los confrontando-os uns aos outros. É como dizer que a história se interessa, sobretudo, pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais, todavia, não haveria memória uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis o que lhe permite ligá-los uns aos outros. É desse modo que a história nos apresenta sua imagem única e total.

Assim, continua o autor, a história analisa os grupos sociais *por fora* e abrange uma duração consideravelmente longa, enquanto a memória coletiva, ao contrário, examina os grupos *por dentro* e dura um tempo não superior à vida humana. A memória apresenta ao grupo social um quadro de si mesmo, em relação ao tempo passado, de maneira que esse grupo se reconhece através de imagens sucessivas de si mesmo. Por isso, a memória coletiva é um *quadro de analogias* e se relaciona à continuidade. A história, por outro lado, deixa perecer *intervalos onde nada acontece aparentemente onde a vida se limita a repetir-se sob formas um pouco diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura, nem revoluções*.¹²

Portanto, finalizemos com a seguinte comparação entre os dois termos: A História é analítica, discursiva, lógica e nela preponderam as associações por contigüidade, enquanto a Memória é seletiva, parcial e analógica, preponderando nela as associações por similaridade.¹³

¹² Ibid., p.92-93

¹³ As associações por contigüidade relacionam dados de acordo com um raciocínio predeterminado em que um fato leva a outro de maneira lógica e linear. Conforme Lucrecia D'Aléssio Ferrara (1993, p. 8-9), a capacidade lógica da cultura ocidental e a sintaxe do seu sistema verbal, dominado pela linearidade sujeito-predicado-complemento expressam um modo de pensar hierárquico, diacrônico e expansivo. *A experiência da cultura ocidental, que nos ensinou a operar e a associar por linearidade, capacitou-nos também a inferir, principalmente por contigüidade, de forma que qualquer elemento de um sistema é capaz de suscitar, despertar, em nossa mente, todo o conjunto de que faz parte(...). É o hábito da associação por contigüidade que orienta toda a cultura ocidental e que dá ao verbal, escrito ou falado, o reconhecimento da competência máxima para a expressão dos nossos pensamentos.* No século XVIII, porém, David Hume (1711-1776), filósofo e historiador escocês, autor do célebre *Ensaio sobre o entendimento humano*, verificou que o homem tem a capacidade de produzir idéias novas a partir de inferências associativas. Hume, então, estabeleceu dois tipos de associações: a contigüidade e a similaridade. Nas associações por similaridade as informações e as imagens se relacionam sem seguir uma seqüência lógica, esperada ou dedutiva. São associadas segundo um raciocínio que sugere ao interpretante, por alguma razão, proximidade ou relação entre significados diversos. Conforme a professora Lucrecia (FERRARA, 1993, p. 9-10), *a similaridade consiste numa operação mais complexa que, atuando por comparação, flagra semelhanças e aproximações entre objetos e situações originalmente distantes.(...) A associação por similaridade sugere claramente que, ao lado do verbal falado ou escrito, a comunicação humana utiliza outros recursos expressivos que se agrupam ou se compõem com o próprio verbal, mas cuja constituição só pode ser apreendida se superarmos a*

Tratemos, agora, somente da História. *Ela é bem a ciência do passado*, afirma Jacques Le Goff,¹⁴ considerando-se que este passado se torna objeto da história, *por uma reconstrução incessantemente reposta em causas*. Dados da filosofia, da ciência e da experiência individual e coletiva introduzem na história a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. Nesse sentido, *o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta*.

Afirma Halbwachs que parece que a história se interessa pelo passado e não pelo presente: o passado é, para a história, aquilo que não está mais compreendido no domínio do pensamento dos atuais grupos sociais. A história:

*precisa esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar, apoiando-se em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos.*¹⁵

A história não permite um discurso absoluto, segundo Le Goff¹⁶, e o seu sentido se mantém confuso e misturado. Por isso, o método histórico é essencialmente equívoco, *reino do inexato. A história quer ser objetiva, mas não pode sê-lo, quer fazer reviver e só pode reconstruir, quer tornar as coisas contemporâneas, mas, ao mesmo tempo, tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica*. A história de que fala o autor é a denominada História Nova¹⁷.

A história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais: “Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” (...). História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as

lógica da associação por contiguidade. Sobre o assunto, ler: FERRARA, L. D. *Os significados urbanos*, PEIRCE, C. S. *Collected Papers* e JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*.

¹⁴ LE GOFF, *ibid.*, p.13-25

¹⁵ HALBWACHS, *ibid.*, p.114

¹⁶ LE GOFF, *ibid.*, p.21

¹⁷ *Ibid.*, p. 473

bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória”.

A História Nova nasceu em oposição à história positivista do século XIX, no entanto, uma parte das conquistas técnicas do método positivista na história permanece válida, por exemplo: os métodos de crítica dos documentos novos provêm dos métodos aperfeiçoados dos séculos XVII, XVIII e XIX. Nesse sentido, a história nova se afirma como história global e reivindica a renovação de todo o campo da história: tem a ambição de atuar para além de toda e qualquer especialização apesar de se basear em sólida tradição. Dessa maneira, a história nova ampliou o campo do documento histórico, substituiu a história anterior, fundamentada em textos e documentos escritos, por uma história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, entre outras fontes de informação. *Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.*¹⁸

Os objetivos da História Nova, explica Le Goff, eram alcançar uma nova concepção e crítica do documento já que este não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador. *O documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a “verdade”.* Era preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção, e ao mesmo tempo, era necessário *delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história e assentá-las tanto sobre esses vazios quanto sobre os cheios que sobreviveram.* Além disso, era preciso demolir a idéia de um tempo único, homogêneo e linear e construir os conceitos operacionais dos diversos tempos de uma sociedade histórica com base no modelo da multiplicidade dos tempos sociais, definidos por Maurice Halbwachs e Georges Gurvitch. Foi necessário, enfim, constituir uma nova cronologia científica, em que os fenômenos

¹⁸ LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 27-29.

históricos são datados em função da *duração da sua eficácia na história*, e não simplesmente segundo a data da sua produção.¹⁹

A respeito da Memória, Jacques Le Goff coloca que:

A partir do Homo sapiens, a constituição de um aparato da memória social domina todos os problemas da evolução humana (...) a tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é às sociedades de insetos.

Com isso, o autor quer dizer que a sobrevivência étnica fundamenta-se na rotina, e, o diálogo que se estabelece aí faz lembrar o equilíbrio entre rotina e progresso (rotina entendida como um cotidiano em que se dá a sobrevivência de um grupo, e progresso, proveniente das intervenções e inovações feitas no espaço construído e justificadas pela busca de uma *sobrevivência melhorada*). Afirma o autor que a *memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia.*²⁰

A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, esquecendo-se, entretanto, de uma quantidade grande de acontecimentos e de antigas figuras. Isso ocorre porque os grupos sociais que guardavam a lembrança desses eventos já não existem mais. A condição necessária para que haja memória é, pois, que o sujeito que se lembra tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo. Essa continuidade decorre da existência de testemunhas - os atores de outrora, ainda, dentre os membros de uma sociedade - que ainda vivenciam essa memória. Nesse sentido, a memória se esgota lentamente, na medida em que os indivíduos de uma sociedade vão desaparecendo ou se isolando, e, por isso, ela não pára de se transformar, é tão mutante quanto o grupo social a que pertence. Por isso é difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu e se, realmente, deixou a consciência do grupo porque basta que a memória se conserve numa parte limitada do corpo social para que ainda exista.²¹

¹⁹ Ibid., p.54-55.

²⁰ Citando Leroi-Gourhan. Le Goff, 1996, p.475-476.

²¹ HALBWACHS, 2004, p.89.

A memória provém de origens diversificadas, de um imaginário que compreende das experiências vividas, do passado e da história, aos sonhos, ilusões, afetos e sentimentos variados. Por isso, conforme Marly Rodrigues, a memória:

(...) será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares. Nestas e só nestas, alcançado pelo sentimento e sustentado pela sensação, o passado é reconstruído plenamente.²²

Para Milton Santos (2004, p.329) a memória coletiva é entendida como *um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão que garante a permanência e a elaboração do futuro*. Já, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1987, p.185) afirma que *a memória diz respeito à história concebida, não como o conhecimento do homem no passado, mas como o conhecimento da dimensão temporal do homem*. Nesse sentido, a memória tem uma dimensão atemporal, *onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro*. Diante disso, *devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.²³*

Portanto, após essa explanação, temos, agora, uma noção razoavelmente clara do que seja a memória: algo relacionado aos tempos passado e presente, idéia de experiência continuada, que sobrevive ao esquecimento e que permanece atual sob forma de lembranças, conhecimentos ou hábitos.

Falta-nos, entretanto, referendar a memória em relação mais direta com a cidade. Então, num exercício de pensá-la enquanto *fato urbano* (termo mencionado, de autoria de Aldo Rossi) não pertencente a um passado findo, mas, em evolução constante, poderíamos definir “memória urbana” como sendo a capacidade do ambiente construído despertar no imaginário de uma coletividade suas lembranças, imagens e experiências de outrora. Conforme essa definição, a memória se constituiria de vestígios da história em que determinados acontecimentos passados na cidade permaneceriam no imaginário das pessoas até os dias atuais. É o passado preservado, não esquecido, mantido como

²² RODRIGUES, Marly, 2001 apud CASTRO, 2002, p.76.

²³ LE GOFF, 1996, p.477.

lembrança, porque, de alguma forma, é, ainda, significativo para tais pessoas. Fala-nos Milton Santos²⁴ que, pela memória, aprendemos o mundo dos nossos antepassados:

eles nos ensinam o mundo, eles nos ensinam a valorizar o que existe, a dar um valor ao que existe. Esse valor, não é só o valor que a coisa tem em si, é o valor que lhe é atribuído e que nós aceitamos como valor. Isso é uma herança que nós temos e com isso nós nos situamos no mundo, que é o papel da cultura, exatamente. E nós temos tendência, daí por diante, a ver o mundo, ou um pedaço do mundo, como a paisagem é, através desse aparelho, que é um filtro. Então, a memória tem esse papel muito grande, não só o de nos trazer para o presente o que foi vivido, no passado, por nós e o que foi vivido pelos outros através da literatura e da escola. A escola e a literatura nos trazem a vivência dos outros, que são memórias, porque nós vivemos com as nossas memórias e com as memórias dos outros, também. Nós trabalhamos com esse conjunto de memórias coletivas e memórias individuais de cada um de nós (...)

Toda memória é construção do presente, afirma o professor Ulpiano²⁵. Quando a memória deixa de ser vivenciada é que é preciso, portanto, que haja instituições, coisas, ações, que sejam suporte dessa memória, porque a memória já não está mais na prática do indivíduo e ela precisa, portanto, ser objetivada. Fala o professor que:

(...) a cultura não é apenas produto, mas também vetor, em última instância, das relações sociais. O artefato, que é um dos aspectos mais importantes da cultura material, é tanto produto, que tem na sua própria materialidade atributos que só se explicam pelo tipo de relação social vigente numa determinada sociedade, mas também, ele serve de vetor que reforça estas mesmas relações.²⁶

O que é a memória, enfim? Tenhamos em mente que memória é *um processo e não um produto; diz respeito ao presente e não ao passado; e é um mecanismo tanto de acumulação quanto de filtragem.*²⁷

²⁴ Trecho de entrevista cedida por Milton Santos à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.147-148).

²⁵ Entrevista cedida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.263-267).

²⁶ Ibid., p.273-282

²⁷ Ibid., p.282.

2.2. Quem define o que é memorável

Quem define o que é memorável na cidade? Pelas leis que possuímos hoje e por se constituir num assunto de interesse da coletividade, nós definimos: nós moradores, usuários, comunidade, representantes da sociedade, poderes constituídos e pensadores envolvidos com a questão urbana e com a salvaguarda do patrimônio cultural. Nesse âmbito, certamente, o que é digno de memória (e, por isso, tem reconhecido seu valor histórico ou cultural) deve ser alvo de preservação.

Então, **quem pode salvaguardar o patrimônio cultural** que, como já dissemos, consiste nos bens tangíveis e intangíveis de uma cidade? Hoje, mais do que nunca, as cidades brasileiras contam com instrumentos urbanísticos ou de gestão de política urbana para a preservação dos seus bens e para a requalificação de seus centros urbanos. No âmbito federal, atua o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional), no Estado de São Paulo, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e em Amparo, recentemente foi criado o CDPCA (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo). Nessa esfera atuam, também, Organizações Não-Governamentais preocupadas com a qualidade de vida urbana, com a preservação de bens culturais ou com o desenvolvimento do turismo local.

Como se faz a salvaguarda do patrimônio cultural? Vimos no capítulo 1.3. na página 9 que o conjunto do *Patrimônio Material* protegido pelo IPHAN, é classificado e dividido entre os quatro *Livros do Tombo*. Do *Patrimônio Imaterial*, aqueles que consistem em técnicas e atividades que englobam entre outros, a culinária, a dança, brincadeiras e jogos, para se manterem, devem ser praticados, senão, simplesmente deixam de existir. Por isso, é muito interessante que haja incentivo à cultura e à *educação patrimonial*²⁸ que os promova e os divulgue. Além da atuação dos órgãos de preservação do patrimônio, podemos dizer que hoje também as municipalidades têm condições de zelar pelos seus sítios e lugares memoráveis. Segundo o Art. 41 do *Estatuto das Cidades*, Lei nº. 10.257 de 10 de Julho de 2001, o *Plano Diretor* é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes ou com características ambientais e culturais que o justifiquem. Até outubro de 2006, esses planos terão que ser elaborados pelos municípios que se enquadravam nessa categoria. O Estatuto regulamenta os artigos 182 e 183 da *Constituição Federal* e

²⁸ Explicamos a respeito da educação patrimonial nas páginas 16 e 17 deste trabalho.

estabelece diretrizes gerais de política urbana²⁹. Nessas condições, certamente um Plano Diretor pode ser considerado um instrumento de preservação da memória e da identidade urbana dependendo das tendências de desenvolvimento ou preservação de cada município.

De qualquer maneira, conforme Ulpiano T. Bezerra de Meneses³⁰, os bens tangíveis e intangíveis de uma cidade são memoráveis se ainda há o reconhecimento na atualidade do seu valor instituído no passado e a questão é, exatamente, a maneira como se dá o reconhecimento do patrimônio. Segundo o professor, *não há espaços memoráveis. O que há são espaços em que certos atributos são mobilizados por certos grupos ou certas sociedades para, justamente, construir e operar sua memória*. Explica ainda o professor que, dentro de um quadro de cultura e de percepção, quando uma paisagem é definida por atributos de valor ou de sentido, esses atributos são físicos no objeto e o seu valor é produzido na sociedade e aplicado àqueles atributos físicos. A percepção é culturalmente montada e opera em função da cultura. Assim, o que é inerente à paisagem é apenas a sua materialidade, porque tudo mais, seu valor ou seu sentido, lhe são atribuídos pela sociedade. Dessa maneira, cada sociedade percebe a paisagem diferentemente por causa da sua cultura local e distinta. *Então, existe paisagens memoráveis como fenômeno histórico. Isto é, existe paisagens que uma certa sociedade percebe segundo certos critérios, segundo certas induções para as quais ela foi preparada e que mobiliza dessa ou daquela forma*. Com isso, podemos entender, perfeitamente, que a cultura local está presente nos aspectos físicos de uma cidade, atribuindo-lhe uma identidade e apontando, dentre as suas construções, o que constitui memória da coletividade que dá a certas construções (ou sítios) especial valor e afeto.

Kevin Lynch³¹ fala que tão problemática quanto a própria doutrina da preservação é a definição de sua finalidade. Para que preservar? Para quem? O que preservar? A preservação do patrimônio histórico e cultural é assunto abordado há muito tempo, em cada contexto de cada país e, desde o século XX, tem sido bastante discutido e

²⁹ O Estatuto das Cidades estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. No Artigo 40 desta lei, consta que o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. No parágrafo 1º, consta que ele é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. No parágrafo 2º, consta que o Plano Diretor deverá englobar o território do Município como um todo e, no parágrafo 3º, que a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. No parágrafo 4º, consta que no processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

³⁰ Entrevista cedida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.291-292).

³¹ LYNCH, Kevin. **De que tiempo es este lugar?** Para una nueva definición del ambiente, Barcelona, G. Gili, 1975, p.41.

desenvolvido em seminários e congressos nacionais e internacionais. Por meio das *Cartas Patrimoniais*³² vem sendo discutidos, no exterior e no Brasil, as dimensões, os objetivos, as políticas, as legislações, as técnicas e as peças/construções alvos da preservação. A questão da preservação do entorno urbano e não mais do monumento isolado, a salvaguarda do patrimônio intangível e a associação de preservação e desenvolvimento urbano são as abordagens mais contemporâneas. Elza Helena C. C. Castro (2002) destrincha e explicita todos esses assuntos em seu trabalho³³. Lembremos, entretanto, que entrar demasiadamente nessas questões, não é nossa intenção mas, simplesmente, ater-nos ao estudo da identidade e da memória urbana.

Voltando a Lynch e à finalidade da preservação (Para que preservar?), o autor diz que *isso tem relação com a percepção turva dos limites de um tempo passado e da natureza do inacabável processo de mudança do entorno urbano*. Obviamente, a história não tem fim e os vestígios de diversos tempos se misturam no mesmo espaço. Não há, exatamente, como dizer “esta história começou aqui e terminou ali”, “este elemento construtivo pertence a esta época e aquele, àquela” e, conseqüentemente, “preservemos esta construção e botemos abaixo aquela”. Nesse sentido, o problema recai sobre a questão do que preservar. Segundo Lynch³⁴:

32 Relação das Cartas Patrimoniais: (1) Carta de Atenas, 1931; (2) Carta de Atenas, 1933; (3) Recomendação de Nova Delhi, 1956; (4) Recomendação Paris, 1962; (5) Carta de Veneza, 1964; (6) Recomendação de Paris, 1964; (7) Normas de Quito, 1967; (8) Recomendação Paris, 1968; (9) Compromisso de Brasília, 1970; (10) Compromisso de Salvador, 1971; (11) Carta do Restauo (Itália), 1972; (12) Declaração de Estocolmo, 1972; (13) Recomendação de Paris, 1972; (14) Resolução de São Domingos, 1974; (15) Declaração de Amsterdã, 1975; (16) Manifesto Amsterdã (Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico), 1975; (17) Carta do Turismo Cultural, 1976; (18) Recomendações de Nairóbi, 1976; (19) Carta de Machu Picchu (Encontro Internacional de Arquitetos), 1977; (20) Carta de Burra, Austrália, 1980; (21) Carta de Florença, 1981; (22) Declaração de Nairóbi, Quênia, 1982; (23) Declaração Tlaxcala, 1982; (24) Declaração do México, 1982; (25) Carta de Washington, 1986; (26) Carta Petrópolis (1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos), 1987; (27) Carta de Washington, 1997; (28) Carta de Cabo Frio, 1989; (29) Declaração de São Paulo, 1989; (30) Recomendação Paris (Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular), 1989; (31) Carta de Lausanne, 1990; (32) Carta do Rio (Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), 1992; (33) Conferência de Nara (Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial), 1994; (34) Carta Brasília (Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade), 1995; (35) Recomendação Europa, 1995; (36) Declaração de Sofia (XI Assembléia Geral do ICOMOS), 1996; (37) Declaração de São Paulo (II Recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS), 1996; (38) Carta de Fortaleza (Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção), 1997; (39) Carta de Mar del Plata (Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível), 1997; (40) Cartagenas de Índias – Colômbia, 1999; (41) Recomendação Paris (Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial), 2003. In: <http://portal.iphan.gov.br>

33 CASTRO, Elza Helena Camargo do Canto e. Conservação e sustentabilidade em cidades históricas de pequeno porte: gestão da conservação urbana integrada a partir do diagnóstico de Amparo – SP. O trabalho trata de relações entre a preservação de bens culturais e o planejamento urbano em cidades de pequeno porte. A leitura dessa relação é enfocada através da trajetória da evolução de conceitos da preservação do patrimônio, que transpassa desde os princípios da conservação integrada até a mais recente abordagem para essas relações: a gestão da conservação urbana integrada e territorial, a qual está fundamentada nas doutrinas da conservação, do planejamento e do desenvolvimento sustentável.

34 LYNCH, *ibid.*, p.42.

Toda coisa, todo feito, toda pessoa é 'histórica'. Buscar conservar todo o passado seria como negar a vida. Renunciamos a evidências físicas do passado pela mesma razão que as esquecemos. (...) Os acontecimentos passados são, de fato, relevantes muitas vezes para as possibilidades do presente. Podem explicar causas ou indicar saídas possíveis. Ou bem, podem nos dar um sentido da proporção que nos ajude a suportar as dificuldades presentes. Mas é preciso criar e esclarecer estas causas e estas probabilidades afundando-nos no caótico montão da história.

Portanto, *o que preservar e o que é memorável* são escolhas que se fazem sempre em cada cidade, em cada época, conforme os valores que a sociedade atribui a cada elemento ou conjunto construído. As opiniões sobre o que é memorável mudam de geração para geração. Entretanto, afundando-nos no emaranhado de fatos e vestígios da história, podemos construir um imaginário composto de memórias que nos possibilitam enxergar identidades e extrair imagens urbanas de ontem que dialogam com as imagens de hoje e que nos apontam o desenho da cidade do amanhã, de modo que as origens, as artes e a cultura local podem se manter preservadas e valorizadas por diferentes gerações de habitantes conscientes desses valores.

A citação de Lynch aponta-nos para a idéia de que, da história, preservamos o que ainda nos é significativo. Essa afirmação é bastante válida no estudo da identidade e da memória urbana, que fica justificado quando as imagens urbanas sugeridas são assimiladas e reconhecidas pelos habitantes da cidade. Mas, se os aspectos e valores dos espaços urbanos se perderam - esvaeceram-se das lembranças - o objetivo passa a ser reavivá-los, reascendendo, no cotidiano, memórias e conhecimentos antigos que enriquecem uma vida contemporânea que se banalizara.

Desta maneira, a identidade e a memória se vinculam e se baseiam no passado, mas, dialogam com os valores e a realidade urbana do presente e do futuro. Terminamos esse capítulo com uma citação, mais uma vez do autor Kevin Lynch³⁵, que vem de encontro com o que compreendemos sobre as cidades:

Um entorno que não pode se modificar está destinado à própria destruição. Preferimos um mundo que pode modificar-se progressivamente, contra o telão de fundo de uns resquícios valiosos, um mundo, definitivamente, em que um possa deixar uma marca de caráter pessoal ao lado das marcas da história.

³⁵ Ibid. p.46.

2.3. Identidade Urbana

Numa colocação baseada no que visualizamos no ambiente construído poderíamos afirmar que a *Identidade Urbana* é condicionada pela relação existente entre os espaços livres e as construções componentes de uma área da cidade que transmite às pessoas a sensação de “pertencimento”.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses³⁶ fala da relação entre espaço, memória e identidade (o pertencer) quando afirma que o espaço é o suporte fundamental da identidade e da memória e que *aquilo que a memória é no eixo do tempo, a pertença seria no eixo do espaço*. Afirma o professor que essa pertença significaria a percepção de que existe um eixo temporal que explica e dá inteligibilidade à mudança e a percepção de que o homem é um ser espacial. Fala, então, que:

A territorialidade é um fenômeno fundamental para se entender o comportamento animal e nós somos animais, isto é, nós temos um conteúdo de territorialidade que, muitas vezes, nós ignoramos. Então, a pertença seria o entendimento dessa vinculação do homem com o espaço. (...), é alguma coisa, que eu diria, muito mais enraizada na definição da nossa condição de existência.(...) Isso tudo que, amarrado, dá essa vitamina geral em que cidade, artefato, memória, identidade, patrimônio cultural se articulam.

Além dessa noção de pertencimento, a identidade remete à idéia de *lugar*. Os espaços, juntamente com as condições físicas, geográficas e naturais do sítio em que se encontram, tornam a cidade única e específica: a construção do homem para a qual foram despendidos tempo e técnica na adaptação ao meio ambiente local. Essas especificidades determinam os *lugares*, que são os espaços da cidade em que ocorrem as trocas e o contato entre as pessoas, onde se dão as *relações profundas entre o homem e o seu meio*, conforme Milton Santos³⁷. Esses espaços são físicos, mas também, imaginários e, nesse sentido, constroem vínculos entre pessoas que transcendem o próprio ambiente materializado, isto é, constroem vínculos no âmbito da cultura, do trabalho e da organização social.

Fala-nos Santos³⁸ que o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa,

³⁶ Entrevista cedida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.278).

³⁷ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

³⁸ Ibid. p.322.

pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. E, para Lucrecia D'Aléssio Ferrara (2002, p.129), os lugares produzem uma relação entre estímulos sensíveis: visuais, olfativos, volumes e rugosidades, mais os afetos, alegrias, tristezas, luxo e pobreza do cotidiano. (...) A percepção do lugar é um gesto visual quase imaterial na sua imprevisibilidade interpretativa, porém ganha forma e densidade na cidade que lhe é cenário e contexto. Por isso, poderíamos definir Identidade Urbana como sendo o conjunto de características que dão aos lugares suas especificidades. Ao analisar a arquitetura de Frank Lloyd Wright, Lewis Mumford aponta exatamente essa relação entre Identidade e Lugar, como nos explica o professor Luís Antônio Jorge³⁹:

Lewis Mumford reconhece na arquitetura de Wright um precoce testemunho do que pode acontecer quando as culturas regionais absorvem a lição da máquina sem perder suas raízes ou renunciar a todos aqueles elementos que dão às paisagens e aos homens suas individualidades.

Isso quer dizer, segundo o professor, que a arquitetura de Wright, além de caracterizar-se por um traçado racional e buscar a funcionalidade correspondente aos sistemas técnico-construtivos contemporâneos, também se preocupava em dialogar com o lugar em que era construída e com o homem deste lugar. Segundo Santos⁴⁰, *cada lugar é teatro de tempos externos múltiplos, onde resistem as rugosidades*. “Rugosidade”, explica o autor, é o que fica do passado como forma, como espaço construído e paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição e substituição. As rugosidades respondem pela forma como o espaço se apresenta, por sua identidade. Também, entendemos que essa noção de “rugosidade” aproxima-se muito das “permanências” expressas pelo arquiteto Aldo Rossi, que são explicadas mais adiante no capítulo 5.2. intitulado *As permanências da Praça*.

Enfim, *em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado cristalizado em formas*. Portanto, a identidade dá ao espaço a conotação de lugar individualizado, marcando-o com a diversidade proveniente do elemento humano e sua cultura, das características naturais do sítio e do ambiente construído.

³⁹ JORGE, 1999, p. 21-22

⁴⁰ SANTOS, *ibid.*, p.139-140.

Dessa maneira, a identidade remete às noções de *pertencimento* e de *lugar*, como afirmamos, mas também, se relaciona a um *imaginário urbano*, que é o conjunto de imagens, memórias e aspectos diversos da cidade.

Conforme a professora Lucrécia D'Aléssio Ferrara⁴¹, o imaginário é um processo que acumula imagens, um jogo que relaciona os significados desencadeados a partir de uma imagem original. Consiste na produção de conhecimento pela multiplicação dos significados, que se acumulam e passam a significar mais por meio de um processo associativo, e, nesse sentido, a imagem urbana de um local passa a comunicar através da incorporação desses significados extras e diversificados. Explica-nos a professora Lucrécia que o imaginário sobre uma cidade não a reproduz, mas, estimulado pelos seus fragmentos/índices, produz discursos que com ela interagem. Auxiliados pelo registro da memória, esses discursos transformam-se em arquétipos culturais que são responsáveis por um diálogo entre o imaginário e a história urbana, que, criativamente, viabilizam o surgimento da imagem da cidade. Num paradoxo, a imagem se volta ao imaginário porque, se, por um lado, ela vai se diluindo no cotidiano e no hábito de ver a cidade, por outro, ela precisa do imaginário para revelar a identidade dos lugares e superar o hábito, através da leitura da cidade.⁴²

Maurice Halbwachs (2004, p.92) fala que distinguimos imagens e fatos ocorridos no passado e os agrupamos por similaridade na nossa memória. Da mesma maneira, o grupo social, no momento em que reflete sobre seu passado, percebe esse imaginário, e através dele, se dá conta de que pertence a um lugar e sente a certeza de que permanece sendo o mesmo grupo de outrora, apesar do seu desenvolvimento e toma, assim, consciência de sua identidade através do tempo. O grupo social perpetua os seus sentimentos e as imagens que constituem *a substância de seu pensamento no cotidiano*, no curso dos acontecimentos corriqueiros, aqueles que não trazem grandes modificações a nossa vida. Nesse sentido, fala o autor que, se quiséssemos escrever a história de alguém ou de algo, seria desses fatos ocorridos diariamente, aparentemente sem importância, que tiraríamos o substrato, *todo o sentido daquilo que permite a um grupo de familiares manifestar que ele tem realmente um caráter próprio, distinto de todos os outros e que muda pouco*, enfim, que permite a um grupo de familiares manifestar sua identidade. Portanto, percebemos aqui a vinculação que existe entre o *imaginário*, as *imagens* e as

⁴¹ FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Os significados urbanos**. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 2000, p.117.

⁴² Ibid., p.123

memórias, o lugar, o cotidiano e a identidade. Essa colocação de Halbwachs parece que resume todo o discurso que buscamos expor nessa dissertação ao relacionar todos esses aspectos e, mais ainda, ao espaço construído, como vemos a seguir.

Halbwachs⁴³ fala, ainda, da memória coletiva em relação ao espaço construído e remete à idéia de “pertença” de que falava Bezerra de Menezes. Afirma Halbwachs que o nosso equilíbrio mental *decorre do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário mudam pouco, e por isso, nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade.* O entorno construído seria como *uma sociedade silenciosa e imóvel estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor que nos dá uma sensação de ordem e de quietude.* Nesse sentido, a incapacidade de reconhecermos os objetos a nossa volta pode causar-nos uma sensação de estranhamento. O entorno material carrega a nossa marca, afirma o autor, *a casa em que vivemos quando criança, os nossos móveis, a disposição dos móveis no ambiente, fazem-nos lembrar de nossa família e dos amigos que tínhamos.* Dessa maneira, o ambiente construído e a disposição dos seus elementos componentes refletem aquilo que nos distingue e identifica, nossa cultura e nossas preferências estéticas. O ambiente, as formas e a disposição dos objetos que nos cercam informam e significam muito e, nos termos de Halbwachs, não seria totalmente incoerente afirmar que *o mobiliário está em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel.* Acontece que um grupo humano transforma o espaço que ocupa a sua imagem, ao mesmo tempo em que se adapta às suas características, *às coisas materiais que a ele resistem.* E, nesse sentido, *a imagem do meio exterior e das relações estáveis que o grupo mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que esse grupo faz de si mesmo.*⁴⁴ Isso quer dizer (novamente enfatizando essa relação) que as imagens espaciais desempenham um papel importante na constituição da memória coletiva, que o ambiente construído reflete a identidade do grupo social e que o lugar em que vive esse grupo não é *como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos, os números e as figuras:* o lugar recebe a marca do grupo social que o ocupa, e por isso, cada aspecto desse lugar têm um sentido que é inteligível aos membros desse grupo.

⁴³ Para explicar esses aspectos da memória Halbwachs apoia-se nas idéias de Auguste Comte. In: HALBWACHS, 2004, p.137-138.

⁴⁴ HALBWACHS, 2004, p.139.

Não será a *impassividade das pedras que persuade as pessoas de que apesar de tudo, nada está perdido, já que as paredes e as casas permanecem em pé*, pergunta-se Halbwachs⁴⁵ que afirma, ainda, que os habitantes prestam atenção desigual ao aspecto material da cidade, no sentido de que a maioria das pessoas ficaria muito mais sentida com o desaparecimento de uma ruazinha local ou de um edifício que lhe fosse familiar do que em relação a acontecimentos nacionais, religiosos e políticos mais graves. Assim se explica a capacidade da cidade de fazer com que nos sintamos estranhos e desconfortáveis com a modificação de sua configuração ou de nos acalmar perante sua composição permanente, imutável e que nos mantém em equilíbrio. Afirma o autor⁴⁶ que um grupo humano, vivendo muito tempo em um lugar adaptado aos seus hábitos, acaba por ter seus movimentos e seus pensamentos regulados pela *sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores*. Um *arranjo material da cidade, como resultado do desígnio de antigos homens*, geralmente mantém-se perceptível no espaço construído e a cultura, a *força da tradição local*, pode vir daí: da coisa construída da cidade, espelho e imagem da sociedade. Então, parece-nos interessante notar que essas idéias de Halbwachs remetem à noção de *Rugosidades*, de Milton Santos, e de *Permanências*, de Aldo Rossi.

Por fim, vejamos um último aspecto sobre a identidade. Ulpiano T. Bezerra de Meneses⁴⁷ explica que a identidade é vista, de modo geral, como sendo uma coisa, um produto, porque quando se fala em “recuperar a identidade”, o que se recupera são coisas materiais, mesmo que essa materialidade seja representada por ações típicas (danças, culinária, vestuário típico, etc.). A identidade refere-se, nesse sentido, à semelhança consigo mesma. O professor explica, entretanto, que *isso pressupõe que aquilo a que se refere à identidade seja imune à mudança*, e, se a identidade se define pela semelhança consigo mesma, este ponto de referência é *estático*. Mas, se o universo todo é dinâmico, a identidade não pode ser estática, já que nós somos seres permanentemente em transformação e, por isso, aquilo que nos identifica deve nos acompanhar. *Portanto, o que é que seria identidade, se o seu foco de referência está em deslocamento contínuo?* Esclarece o professor, enfim, que a identidade tem duas faces que se opõem: a primeira seria a remissão a si mesmo e a segunda é a que não é si mesmo. *Então, é impossível*

⁴⁵ Ibid., p.140-142.

⁴⁶ Ibid., p.143.

⁴⁷ Entrevista cedida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.282-284).

entender qualquer problema relativo à identidade que não seja através dessa dupla ótica da semelhança e da dessemelhança.

Nesse sentido, afirma o professor, significa que não existem focos de identidade que sejam absolutos e que pudessem não ser corroídos pelo tempo e pelo esquecimento ou que pudessem ser preservados. Por isso, não faz sentido falar em *perda de identidade*, pois:

Não há perda senão de alguma coisa que já estava pré-definida, e, se a identidade é esse processo dialético de definição da semelhança e da dessemelhança, não há nenhuma quintessência que possa ser diminuída. A identidade se define sempre em situação, jamais como algo absoluto. (...) Então, isso significa que as conotações da identidade são diversas conforme as situações em que os indivíduos envolvidos interagem. Por isso, é de uma ingenuidade, que só pode abrir espaço para a ideologia, falar-se na identidade nacional e na recuperação, na proteção dessa identidade nacional. (...) é imaginar que as coisas podem ser congeladas, mumificadas. Então, aqueles museus que se dizem guardiões da identidade são câmaras frigoríficas de necrotérios, porque efetivamente, retiraram de qualquer espaço de existência, aquilo que preservam. (...) Então, como no caso da memória, o museu é também um lugar da identidade, mas não um lugar de construir identidades, mas um lugar de analisar identidades, de entender como é que a identidade é ativada na vida das sociedades.⁴⁸

2.4. Mito e autenticidade

Ao tratarmos da memória e da identidade, vemos a necessidade de expor alguns aspectos, gerados por elas, que são a construção de mitos e a autenticidade dos bens. Ulpiano T. Bezerra de Menezes relaciona, de forma intrínseca, a memória à identidade e diz que as duas *podem se prestar à operação ideológica por excelência*⁴⁹, servindo à construção de mitos.

Em 1987, o professor afirmava que a identidade, seja pessoal ou social, é sempre socialmente atribuída, socialmente mantida e só se transforma socialmente⁵⁰. Isso significa que não se pode ser humano por si só, por representação própria, mas, os valores, as significações e os papéis que cada indivíduo se atribui necessitam de legitimidade e do reconhecimento de seus semelhantes, de sua comunidade, e, dessa maneira, há indivíduo e

⁴⁸ Ibid., loc.cit.

⁴⁹ Ibid., loc.cit.

⁵⁰ MENESES, 1987, p.183.

sociedade em virtude de definições. O processo de identificação ou de determinação de uma identidade é, por isso, um terreno propício a manipulações em que ocorre a construção das imagens e dos mitos.

Também poderíamos afirmar isso em relação à memória: da relação ora antagônica, ora complementar entre História e Memória, como vimos anteriormente, temos que a História tem a capacidade de desmistificar o passado enquanto a Memória (mesmo que não possamos afirmar como uma regra porque nem sempre ela o faz) constrói mitos. Acontece que a memória é seletiva, não registra tudo, e, do que registra, nem tudo aflora à consciência, por isso, poderia ser interpretada como um *mecanismo de esquecimento programado*⁵¹. Também, o professor Ulpiano afirmava que a memória pode ser induzida e até forjada, pois, a *memória artificial coletiva* é de fácil produção. Nesse sentido, explica o professor, o “culto ao passado”, ou, o *passado social formalizado e instituído como modelo de valores e ações, normalmente representa o pólo oposto da história, pois constitui verdadeiro exorcismo e abolição do tempo, que tudo muda*. Para explicar o seu ponto de vista o professor citava Georges Balandier, que em *Antropo-lógicas* (1977) definia a “ilusão social essencial”, processo em que toda sociedade, principalmente as tradicionais, tende a se compreender menos no sentido do que ela realmente é, e mais no aspecto da ordem estabelecida, e por isso, menos sob forma de sistemas vivos e em evolução do que de construções permanentes e definidas. O estudo dos ritos de “retorno às origens” e dos “mitos de fundação” nas sociedades simples possibilita-nos compreender os mecanismos de defesa da configuração sociocultural estabelecida, afirmava o professor. O momento inicial, quando ocorre a fundação, não é, necessariamente, a referência original e única se tivermos em vista a trajetória de mudanças usuais da história. *Mas, para quem visa conservar tradições, a fundação é o momento de plenitude absoluta, de realização total, feita para durar. Entretanto, isso é, justamente, abolir o tempo e a história, e, determinar mitos que justificam uma ordem estabelecida*. Outro exemplo dado pelo professor Ulpiano é o do culto aos ancestrais. Nem toda pessoa morta se torna ancestral; *normalmente, não é uma atitude moral de respeito aos mortos que justifica o culto aos antepassados, mas, a necessidade de legitimar um sistema de atribuição de direitos e obrigações, de posições e de hierarquias sociais*. Dessa maneira, as tradições se constituíam por ação humana, não por acaso, mas, intencionalmente.

⁵¹ Ibid., p.184.

Enfim, ao abordarmos esses aspectos esclarecemo-nos que tanto a memória quanto a identidade são conceitos ambíguos. Entretanto, ainda segundo o professor,

através do aprofundamento da consciência histórica podemos superar essa ambigüidade: a partir da consciência histórica a identidade passa a ser o eixo de atribuições relativas a um ser que se percebe produto de forças em ação e sujeito a mutações, que não assimila nostálgica ou submissamente um passado de coisas e eventos acontecidos, homogeneizado e desfibrado, mas instaura com ele um equilíbrio dinâmico.

Por isso, faz-se necessário compreendermos os processos da História para chegarmos a conclusões mais acertadas, conforme indicamos na Estratégia Metodológica exposta. Nesse sentido, *exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente*. Conforme o professor Ulpiano, sem a memória não há presente humano e nem mesmo futuro, pois, a memória refere-se a um aspecto fundamental do fenômeno humano que é a mudança. E, se não houvesse memória, a mudança seria um fator de alienação e desagregação porque não haveria uma base de referência e cada ato seria uma reação mecânica e solitária a cada novo momento. Essa afirmação vem negar aquela primeira que apontava a memória como sendo, simplesmente, construtora de mitos, já que ela aparece aqui como fator imprescindível ao desenvolvimento do ser humano vivendo em grupo. *A memória é o mecanismo de retenção de informação, conhecimento e experiência, tanto no âmbito do indivíduo quanto no da sociedade, e por isso mesmo, é eixo de atribuições que articula e categoriza os diversos aspectos da realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade*⁵². Assim, novamente, defrontamo-nos com o aspecto ambíguo da memória que é a sua capacidade de comunicar e preservar valores e costumes da cultura popular face à sua utilidade como mecanismo de manutenção e legitimação de hierarquias, de tradições e de antigas ordens sociais estabelecidas.

Portanto, longe de considerar a memória, simplesmente, como criadora de mitos, entendemos que, pelo contrário, através dela podemos conhecer uma cidade, seus valores, suas lembranças, as pessoas que são quem constrói e modifica a cidade. A memória urbana, acreditamos, tem sido cada vez mais valorizada pelos profissionais da salvaguarda do patrimônio histórico que se baseiam nela para justificar o valor das coisas, ainda mais quando o termo Patrimônio Cultural abrange, hoje, além do que é material, a noção de bem

⁵² Ibid., p. 183.

imaterial, que seriam as crenças, os hábitos, os costumes, o saber-fazer, enfim, os valores intangíveis que implicam a preservação da cultura vernácula.

Em um artigo que trata do assunto do nacionalismo e da ideologia do patrimônio cultural, José Reginaldo Gonçalves⁵³ fala a respeito da “autenticidade” dos objetos de arte e das construções históricas. Nesse artigo, o autor fala sobre o vínculo entre a identidade e a autenticidade do patrimônio cultural.

Afirma Gonçalves (1988, p.266-267) que a “identidade nacional”, de alguma maneira, é representada pelos chamados patrimônios nacionais. Inicia seu pensamento a partir da idéia de que a nação é identificada através de sua gente e, por isso, carrega os mesmos atributos humanos como: caráter, personalidade, autonomia, vontade e memória. Também, aponta o fato de que objetos diversos são apropriados e expostos em museus e instituições culturais a fim de representar determinadas categorias culturais como o passado da humanidade ou o passado nacional. Assim, os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais a identidade de pessoas e de coletividades - como a nação ou um grupo étnico - se definem.

Gonçalves procura demonstrar que a identidade de um indivíduo ou de uma coletividade seria definida pela “posse” de determinados bens. E a nação, enquanto indivíduo coletivo, através da posse de seu patrimônio cultural, definiria sua identidade. Nesse sentido, a cultura seria pensada como algo a ser possuído, preservado e restaurado. E, da mesma forma que uma pessoa pode ter sua identidade definida pela posse de determinados bens, a nação se definiria a partir da posse de seus bens culturais. Então, esses bens constituem uma propriedade de caráter bastante especial, pois, a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e de estabelecer um vínculo com o presente e o futuro, garantindo a continuidade da nação no tempo.

O autor fala, ainda, da capacidade que os objetos – relíquias, monumentos – têm de evocar o passado, conforme a mnemotécnica, a “arte da memória”, onde, segundo Francis Yates⁵⁴, lembranças são associadas a espaços como recursos mnemônicos. Isto é, na medida em que idéias e valores são associados a determinados espaços ou objetos, estes assumem o poder de evocar a memória com todos os seus qualificativos. Desde as

⁵³ GONÇALVES, José Reginaldo, “Autenticidade, Memória e Ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.164-275.

⁵⁴ YATES, Francis. **The art of memory**, Chicago, University of Chicago, 1966.

primeiras décadas do século XIX até a segunda metade do XX, eram usuais as práticas chamadas por Eric Hobsbawm de “tradições inventadas”⁵⁵: monumentos, relíquias, locais de peregrinação cívica, cerimônias, festas, mitologias nacionais, folclore, mártires, heróis e heroínas nacionais, soldados mortos em batalhas e um vasto conjunto de tradições foi inventado com o intuito de criar e comunicar identidades nacionais.

O filme, *Narradores de Javé*⁵⁶, recentemente produzido, trata de forma irônica desse assunto das tradições inventadas (da memória e da construção de mitos) e, também, menciona a questão da preservação de sítios urbanos no Brasil e o conceito empregado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional) de *Patrimônio Cultural* que, como dissemos anteriormente, abrange, atualmente, além dos bens materiais, representados por objetos antigos, monumentos e conjuntos construídos, os bens imateriais, que são as crenças, hábitos, o saber-fazer e os valores de uma população. Com a invenção das tradições, fortalecia-se a identidade pessoal e coletiva do presente rememorando-se o passado nacional, simbolicamente aplicado aos eventos. Estabelecia-se, com isso, uma forte relação de identificação entre propriedades e proprietários, de modo que os aspectos daquelas acabavam por definir as marcas que representavam as famílias proprietárias, da mesma forma como os monumentos representavam o passado glorioso de uma cidade.

No caso brasileiro, Gonçalves fala, por exemplo, que pensamos, sentimos e temos a experiência sensorial de ver o Brasil ou o passado brasileiro, nas formas plásticas de igrejas barrocas ou de um terreiro de candomblé. E as expressões como “Isto é o Brasil” ou “Isto somos nós, negros brasileiros” revelam o sentimento de identidade entre monumentos, significado e observadores. Em outras palavras, através dessa estratégia de identificação entre Brasil e, no caso, igrejas barrocas em Minas ou um terreiro de candomblé em Salvador, definimos a nação como barroca, católica, mineira, ou negra, afro, nagô e baiana, e, através disso, sentimo-nos todos, de algum modo, “autênticos” portadores desses mesmos atributos⁵⁷.

⁵⁵ HOBBSAWM, Eric L. & RANGER, T., orgs. **A invenção das tradições**. Rio Janeiro, Paz e Terra, 1984.

⁵⁶ *Narradores de Javé*, dirigido por Eliana Caffé e lançado no Brasil em 2003. No filme, o personagem Souza conta, numa conversa entre amigos, a história de Javé, um povoado ameaçado de extinção, porque seria coberto pelas águas de uma hidrelétrica que seria construída na região. Os moradores da cidade, inconformados, unem-se para salvar suas propriedades. Para tanto, buscam escrever um livro que seria apresentado ao órgão de defesa do patrimônio histórico que, ao receber o documento, reconheceria o valor cultural do povoado e não permitiria que ele fosse destruído. No livro, os moradores relatam versões diversas da história da cidade em que figuram bravos fundadores do vilarejo, pioneiros desbravadores daquelas terras.

⁵⁷ GONÇALVES, *ibid.*, p. 268.

Desta forma, explicamos a idéia do autor de que os nossos objetos nos representam e identificam, assim como nos remetem à história que permanece como memória. As questões cruciais colocadas pelo autor são que: a não-problematização da categoria autenticidade pode conduzir-nos ao simulacro, e a autenticidade do patrimônio nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real, autônoma, dotada de identidade, caráter e memória. Isto é, a crença nacionalista na “realidade” da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio. Achamos importante apresentar as idéias desse autor porque parece-nos de fundamental importância saber *o que* preservar na cidade para que possamos manter, frente aos projetos de requalificação ou de preservação urbana, certa autenticidade no ambiente construído em que elementos antigos se misturam a outros mais contemporâneos, mas certamente, constroem em conjunto a identidade local.

3. HISTÓRIA

O contexto histórico no qual a cidade de Amparo e a Praça Pádua Salles (o Largo da Estação) se inserem é determinado por um período em que a cafeicultura, a implantação das ferrovias e a formação das urbes no Estado de São Paulo ocorriam uma em função da outra, uma estimulada e desencadeada por causa da outra. Vejamos, a seguir, quais são os fatos que melhor remontam esse contexto e explicam o processo da história.

3.1. Constituição de cidades paulistas pelo isolamento:

formação do núcleo urbano de Amparo no século XVIII

A história da ocupação das terras de Amparo é determinada pelas mesmas condições que a ocupação do Estado de São Paulo em que bandeirantes abriam caminhos, determinavam paradas, traçavam rotas em busca de ouro e metais preciosos, adentrando o território inóspito, por entre rios e mata cerrada. Na região entre a capital paulista, Campinas e a divisa com Minas Gerais, homens estiveram primeiramente buscando o ouro, depois, assentando residência no meio rural onde cultivaram a terra e criaram animais, modificando a natureza e adaptando-a às suas necessidades. Nas terras do Camandocaia, como denomina Roberto P. T. Lima, *viajantes transitavam, sertanistas abriam caminhos*

na região entre Serra Negra e o Pouso do Pirapitingüi e famílias de lavradores e criadores de gado se estabeleciam no entorno⁵⁸.

Conta-nos o historiador Lima que, em meados do século XVIII, as descobertas do ouro em solo mineiro se estendiam cada vez mais para o sul em direção ao território paulista. A exploração das minas de Campanha, Ouro Fino e Santa Ana do Sapucaí, dentre outras, provocaram a alteração de divisas entre as duas Capitânicas. A região onde se encontra Amparo era cortada por caminhos que formavam uma encruzilhada. Na região de Bromado buscava-se o ouro. Essa região era cortada pelo Rumo do Pirapitingüi, a direção tomada para se chegar à estrada São Paulo-Goiás, a partir do Pouso do Pirapitingüi. Por esse caminho, as regiões auríferas de Minas Gerais e Goiás ficavam em comunicação⁵⁹.

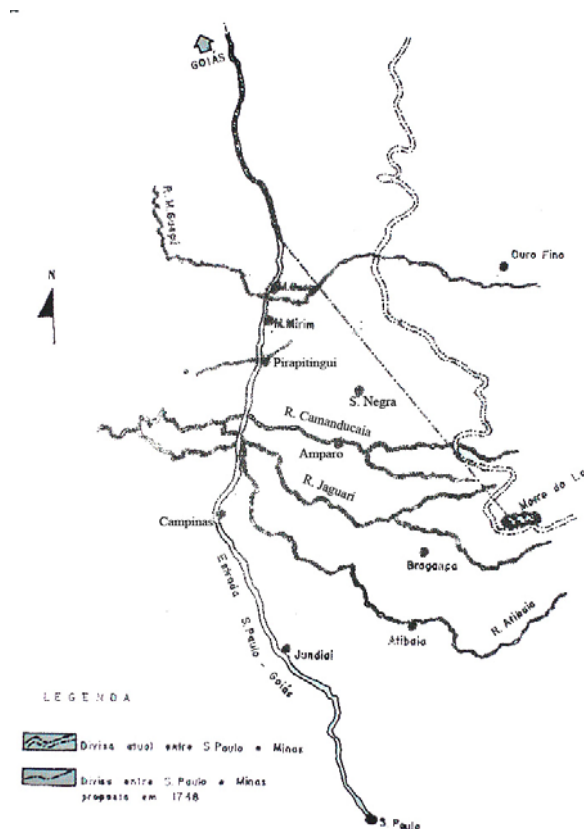


Imagem 01 – As divisas entre São Paulo e Minas

A linha reta indica a divisa entre São Paulo e Minas Gerais proposta em 1748. A linha que segue a topografia indica a divisa atual entre os dois Estados. Vemos, na imagem, o caminho de São Paulo a Goiás (no sentido vertical), o rio Camanducaia e a localização de Amparo.

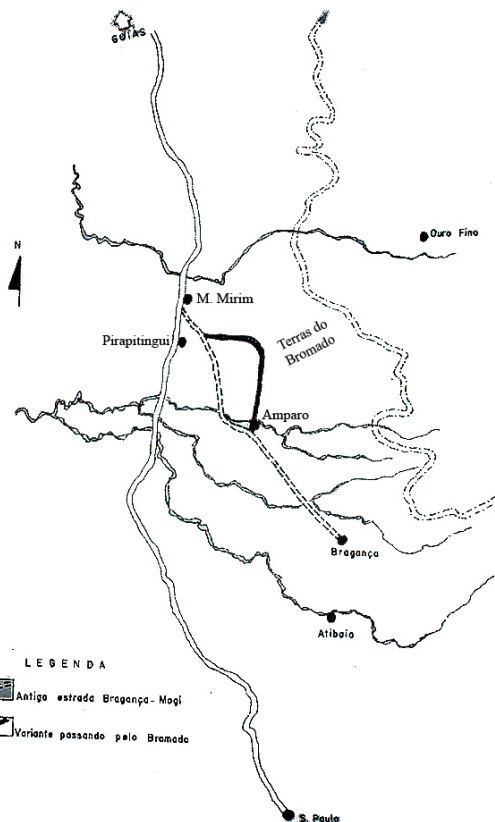


Imagem 02 – As variantes da estrada Moji-Bragança

A imagem mostra a variante da estrada Moji-Bragança passando pelas terras do Bromado.

⁵⁸ LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **A cidade racional**: Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”. Amparo, Campinas; Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, UNICAMP, 1998, p.58-68.

⁵⁹ *Ibid.*, loc. cit.

Como vemos na **Imagem 01**, atravessando o vale do Camandocaia ao norte, a antiga linha divisória (por provisão de 1748) tangenciava a região amparense ao seguir para a tal estrada São Paulo-Goiás. Como essas divisas só seriam realmente regulamentadas em 1936, elas permaneceram "flutuantes" durante todo esse tempo, variando conforme a presença do ouro. Conforme Lima, são, provavelmente, dessa época as primeiras investidas de homens brancos ao vale do Camandocaia: *em 1771, Simão de Toledo Pizza desceu o rio até a Cachoeira do Falcão e desbravadores-garimpeiros estiveram no Brumado*⁶⁰ (**Imagem 02**) nessa mesma época. Essa busca definiu as primeiras picadas e os primeiros caminhos que cruzavam a fronteira (determinada em 1748) entre Minas e São Paulo. Dois desses caminhos, aliados à estrada São Paulo-Goiás, delimitaram uma grande área que se inseria no vale do Camandocaia onde se formaria, mais tarde, o povoado de Amparo. (**Imagem 04**)

Segundo Lima e, conforme podemos verificar em fotos aéreas e "in loco", ainda hoje o rio aparece como uma fenda, um fio que se alarga e se estreita, curvando-se e tendo as montanhas a rodeá-lo em quase toda a sua extensão. As elevações do terreno atingem, de vez em quando, altitudes superiores a mil metros. Em séculos passados esses picos tiveram grande importância na orientação dos mateiros que abriam os primeiros caminhos. Foram, também, marcos de antigas sesmarias, serviram como divisas de municípios, mirantes disputados na Revolução de 1932 e balizadores de rumos de povoados nascentes. Foram, portanto, nessas condições que o povoado de Amparo se formou no século XVIII.

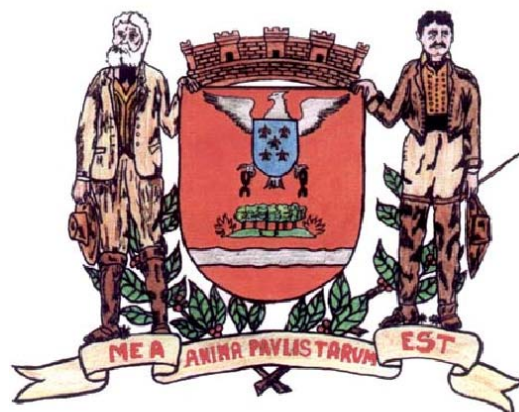


Imagem 03 - O Brasão de Armas de Amparo

⁶⁰ Segundo Roberto P. T. Lima 'Brumado' é corruptela de 'Bromado': local que não correspondeu às expectativas no que concerne a prospecção do ouro.

É interessante notar que, hoje, entre os símbolos da cidade, o Brasão de Armas (**Imagem 03**) expressa as origens culturais daqueles desbravadores que originaram o povoado amparense, assim como a tradição da cafeicultura. O desenho do brasão é composto por um escudo português redondo encimado pela coroa mural privativa das municipalidades. O escudo vermelho é cortado no primeiro quartel e tem uma águia "estendida" de prata e o manto azul simbólico de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do município. Sobre o manto azul, há cinco flores de Liz, símbolos da pureza e consagradas à Nossa Senhora. Nas garras da águia há grilhões partidos, símbolos da campanha abolicionista amparense.

No segundo quartel, ainda em campo vermelho, há uma mata verde terminada por duas flamas de ouro, que recorda a etimologia *abaheenga* de Camanducaia (queimada para caçar), fogo posto no campo. A fita de prata representa o rio Camandocaia. À esquerda do escudo, há um fazendeiro representado segundo a estampa de Hércules Florence, - "fazendeiro paulista" – 1930, e, à direita, um tropeiro representado de acordo com a estampa de Debret - "tropeiro paulista" – 1826. Esses dois personagens recordam os primeiros povoadores de Amparo, lavradores e tropeiros. Sobre a faixa se inscreve a divisa da cidade: "Minha alma, é dos Paulistas", ou "Mea Anima Paulistarum Est". E, por fim, ramos de café recordam a grande lavoura cafeeira do município⁶¹.

Sobre a constituição das cidades no Brasil, Pierre Deffontaines⁶², afirma que a circulação foi, com suas formas variadas, o motivo da origem de diversas aglomerações urbanas. A associação de cidade e estrada é um fato clássico, mas, no caso brasileiro, segundo o autor, era freqüente o nascimento das cidades a partir de seu isolamento. Isto é, os habitantes viviam em um domínio – na fazenda ou nas pequenas propriedades - muito separados uns dos outros, em economia quase fechada. Vendedores e mascates asseguravam o abastecimento a domicílio, enquanto que as fazendas tinham, geralmente, um armazém ou uma venda, onde eram vendidos os artigos mais necessários àquelas pessoas cuja condição aquisitiva era mínima e pouco requintada. Os principais produtos de exportação – café, cacau, algodão - não passavam pela cidade: eles iam diretamente ao porto de embarque e, assim, a necessidade de um mercado local se fazia

⁶¹ In: www.amparo.sp.gov.br/estudo_pesquisa/simbolos/

⁶² DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1944, p. 17.

sentir pouco. Não foi, pois, por necessidade econômica que se constituíram muitas das cidades no interior do Brasil.

Para Deffontaines, a solidão em que as populações do interior viviam incitava-as a organizar lugares de reunião. Então, as cidades nasciam em função de uma necessidade de vida social, que rompia com a monotonia e solidão do sertão. A aglomeração aparece, assim, como uma reação ao isolamento. *O sertanejo vem à cidade como o nômade do deserto vem ao oásis*. Estas cidades do sertão eram, basicamente, compostas por uma igreja e uma praça. A igreja era o centro dos acontecimentos religiosos e, também, da vida civil porque servia de lugar de encontro da população. Em alguns casos, a cidade não tinha utilidade senão nos dias de missa, de festa, nos domingos e nas novenas do santo padroeiro do povoado. Durante a semana, a cidade podia ficar vazia e as casas fechadas porque os habitantes retornavam para suas fazendas. Essas cidades eram as “vilas de domingo”. A praça servia de ponto de parada, um espaço para permanecer onde as pessoas se divertiam olhando o movimento, deixando momentaneamente de estar solitárias. “Fazer praça” era a principal atividade empregada no tempo livre dos habitantes, era a única ocasião para a qual se vestia a roupa de domingo. As casas que cercavam a praça eram grandes, luxuosas e eram construídas pelos ricos fazendeiros das cercanias. A maioria deles, para gozar as vantagens da vida urbana, tinha, além da casa na fazenda, uma casa de domingo na cidade. Quando o aglomerado já estava mais desenvolvido a praça era provida de jardins e luz elétrica. Afirma Deffontaines que era a ambição de toda cidade nova ter uma praça bem ajardinada e bem iluminada e, muitas vezes, a praça tinha tanta importância que essas aglomerações eram chamadas de “praças” e não de “vilas”.

Nesse panorama do nascimento das cidades a partir do isolamento interessa-nos perceber que foi, senão exatamente, bastante semelhante à maneira como se formou o núcleo urbano de Amparo.

Voltemos à formação do núcleo urbano de Amparo. Na região de Bromado (ao longo do caminho Moji-Mirim-Serra Negra) estavam assentadas grandes propriedades, enquanto que à volta do lugar onde teve início a povoação, haviam se instalado pequenos proprietários. Em 1818, às margens do rio Camandocaia, os pequenos proprietários erigiram uma capela (**Imagem 04**) ao redor da qual seriam levantadas as primeiras casas e, dessa maneira, esses grandes e pequenos proprietários de terras, ao assentarem residência ao longo de caminhos e ao tornarem a capela um ponto de reunião social e para o culto

religioso acabaram por dar origem a uma aglomeração urbana que seria chamada de Amparo:

Com efeito, era paupérrima a efêmera ermida de Nossa Senhora do Amparo. Semelhante a muitas outras, (...) anônimas, que pontilhavam o áspero caminho em demanda a Ouro Fino e Pouso Alegre. Construíram-na através de esforço comum, no mesmo local onde o piedoso missionário Frei Francisco Filgueira teria celebrado a primeira missa campal, em 3 de setembro de 1818, data comemorativa à natividade de Nossa Senhora.⁶³

Podemos supor que Amparo é o caso de cidade de que falava Pierre Deffontaines (1944) cuja formação original se deu em função da iniciativa de pessoas que, vivendo em propriedades rurais isoladas e afastadas umas das outras e sentindo a falta da prestação de serviços religiosos e do encontro com pessoas vivendo em semelhantes condições, unem-se para organizar um local de reunião a partir da construção da capela e da praça.

Assim foi que, por volta de 1820, passou a existir um núcleo de casas desordenadas em volta da pequena capela às margens do rio Camandocaia⁶⁴. Acontece, porém, que o local era frequentemente inundado pelas cheias do rio e, por isso, a comunidade decidiu mudar a localização da capela para áreas mais elevadas e afastadas. A partir dessa mudança, ocorrida em 1829 (para onde hoje se encontra a Praça Monsenhor João Batista Lisboa), o crescimento do núcleo urbano se deu mais rapidamente. Os pequenos proprietários faziam doações para que fosse erguida a nova capela, ao passo que, os grandes proprietários da região do Bromado iriam ter atuação política e econômica marcante no desenvolvimento da nova vila. Conforme Lima (1998, p.99), esse núcleo inicial desenvolveu-se em terras de João Bueno da Cunha, que as doou para a construção da nova capela após a interdição da primeira.

É interessante notar a proeminência da função religiosa que motiva a criação do núcleo urbano. Por isso, podemos supor que a origem de Amparo tem relação com as cidades-patrimônio que, segundo Deffontaines (1944, p.20-21), se formaram a partir da iniciativa de um fazendeiro ou da reunião de fazendeiros vizinhos, que faziam a doação do território. Este território, transformado em um patrimônio, era oferecido à igreja ou a um santo ao qual seria dedicado o novo núcleo urbano e do qual ele levaria o nome.

⁶³ MORAES, Geraldo Dutra de, apud LIMA, 1998, p.68.

⁶⁴ Ibid., p.58-73.

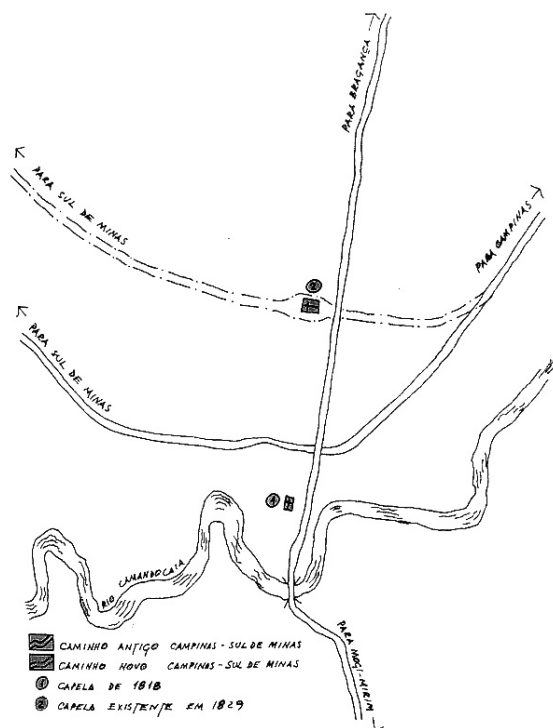


Imagem 04 – Alterações do caminho Campinas - Sul de Minas. Vemos, aqui, o primitivo núcleo urbano de Amparo, localizado no entroncamento, a alteração do traçado do caminho Campinas-Sul de Minas, o caminho de Bragança-Mogi-mirim, a primeira capela (de 1818), próxima ao rio e a segunda (de 1829).

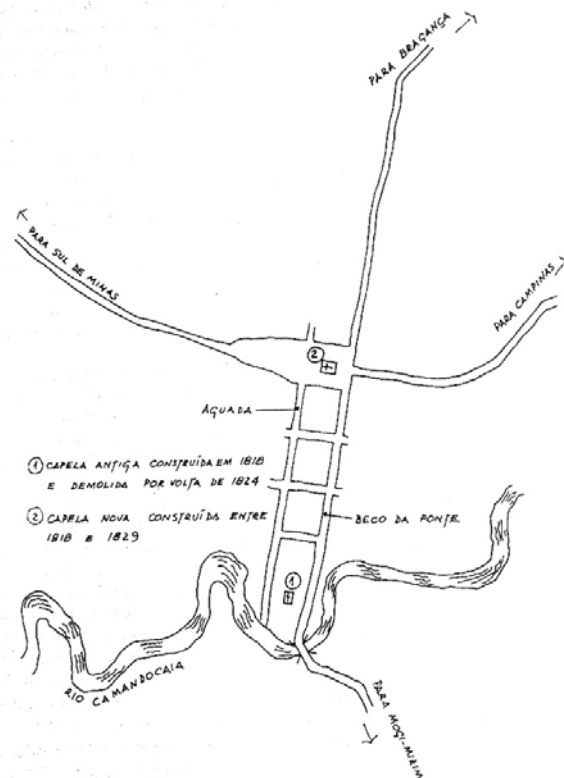


Imagem 05 – Planta de Amparo por volta de 1830.

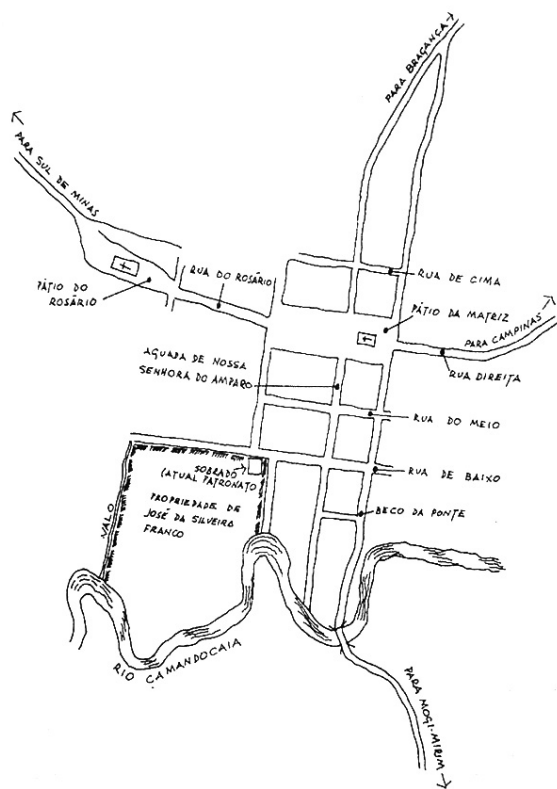
Vemos, aqui, a mudança da capela original para terras não inundáveis, mais afastadas do rio. Duas ruas (aguadas) conectavam a primeira à segunda capela. Em torno dessas duas praças e ao longo das ruas, as casas do povoado eram erguidas.

Este processo de fundação de cidades era empregado no Brasil desde o século XVI. Um exemplo é a cidade de Santos, em São Paulo, fundada por Brás Cubas em 1545. Em torno de uma capela e do Hospital de Todos os Santos, foram doadas terras para serem loteadas. O sucesso do loteamento permitiu ao próprio Brás Cubas lotear a parte circunvizinha de sua propriedade pessoal. Jundiaí, em São Paulo, foi fundada da mesma maneira, por Rafael de Oliveira, em 1615: ele construiu uma capela e deu-lhe um vasto patrimônio. Sorocaba tem a mesma origem, assim como as cidades de Montes Claros, Botucatu, São Manuel, que foram fundadas no princípio do século XIX. Conforme Deffontaines, a doação de patrimônios deu origem a diversas cidades nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo.

Por volta de 1840, a maioria das construções em Amparo estaria concentrada em torno dos largos da Matriz e do Rosário e entre um eixo longitudinal (constituído pelas

ruas Princesa Imperial, do Rosário e Direita⁶⁵) e o rio, a parte mais antiga do núcleo urbano (Imagem 05).

Imagem 06 – Planta de Amparo em 1858



Lima⁶⁶ supõe que os assentamentos de famílias de pequenos proprietários às margens do Camanducaia e de grandes proprietários na região de Bromado, tenham provocado a alteração do curso da estrada Bragança-Mogi-Mirim. Esta que antes seguia um traçado pelo bairro das Duas Pontes, teria uma variante nova passando pelo Bromado ou Bairro dos Silveiras (Imagem 02). Acredita o autor que o primeiro núcleo de povoação de Amparo tenha se originado na bifurcação dessa estrada.

Conforme Lima⁶⁷, desde os primeiros tempos, as ruas, paralelas entre si, formavam um traçado xadrez bem articulado à

topografia do terreno. O eixo longitudinal citado (formado pelas atuais ruas Luís Leite, Capitão Alceu Vieira, 15 de Novembro e 13 de Maio) acompanhava uma das curvas de nível do terreno, reduzindo os declives ao mínimo. Para entendermos o porquê deste traçado xadrez no desenho da cidade do Amparo, citamos Pierre Deffontaines⁶⁸ que nos conta sobre as cidades-patrimônio, dando-nos um panorama mais amplo sobre a questão:

Todas essas cidades-patrimônio, desde as mais antigas às mais recentes, se parecem (...). Elas foram concebidas previamente, segundo um plano quase sempre em geométrico tabuleiro de xadrez, como todas as cidades novas da América Latina, tanto espanholas quanto portuguesas. Raros são os patrimônios que procuram libertar-se da quadrícula habitual. Algumas fundações recentes apelaram para arquitetos urbanistas e apresentaram planos em estrelas em losango ou mais complicados ainda. O sistema das ruas, cortando-se em ângulos retos, apresentava a vantagem de dar lotes, todos iguais, fáceis de calcular.

⁶⁵ A rua Princesa Imperial hoje tem dupla denominação, Rua Luís Leite e Capitão Alceu Vieira. A rua do Rosário hoje se chama 15 de Novembro, e a rua Direita hoje é a rua 13 de maio. (Ibid. p.107).

⁶⁶ LIMA, *ibid.*, p.73.

⁶⁷ *Ibid.*, p.98-99.

⁶⁸ DEFFONTAINE, *Ibid.*, p.24.

Cada retângulo entre ruas forma uma quadra ou quarteirão (...). Para manter a função de parada, que é uma das características do patrimônio, prescrevem-se certas regras de construção, sobretudo com respeito às casas que cercam a praça (...); os lotes que cercam a praça eram reservados aos grandes proprietários de terras das vizinhanças para construir aí palacetes.

Aqui, Deffontaines afirma que as cidades da América Latina foram previamente concebidas segundo um traçado geométrico, observação também manifestada por Aracy Amaral (1981, p.60) quando diz que:

com base no geometrismo serão traçadas as cidades no Novo Mundo (...) Assim, a rusticidade do homem paulista desse tempo, inícios do Seiscentos, só pode apontar para a chegada de uma nova mentalidade a explicação para a implantação de uma casa de planta racional como a paulista, relacionada à Espanha em seus detalhes decorativos, sua planta, por sua técnica ibérica, e aspecto plástico encontrável em exemplares similares em outras partes da América do Sul.

Desta maneira, a partir da pequena formação urbana com casas de taipa, o povoado de Amparo foi se firmando à terra, trabalhando, principalmente, na agricultura e na pecuária, cenário que não vislumbra grandes transformações até os anos de 1850. Lima (1998, p.21-22) apresenta em seu livro a seguinte narrativa que, juntamente com a análise da Imagem 05, tirada do mesmo livro, temos uma impressão razoável do que era Amparo em 1830:

(...) Nada sabemos sobre as atividades de Raimundo Rodrigues; porém podemos imaginar que, a partir de 1830, ele já poderia freqüentar os cultos ministrados na nova capela, na atual Praça Monsenhor João Batista Lisboa (...). Além do edifício novo, o Largo, a “praça” que o envolvia, representava “progresso”. Duas vias saíam dessa praça e tinham a direção do rio Camandocaia. Uma era “o Beco que vai para a Aguada” (atual Conde de Parnaíba), em cuja esquina com a Rua de Baixo (atual Barão de Campinas), ele morava e a outra era um trecho da estrada que vinha de Bragança e se dirigia a Moji-Mirim, passando pelo bairro dos Silveiras (atual Marechal Deodoro). O beco chegava às margens do Camanducaia e aí se espraiava, permitindo a lavagem de roupa e o recolhimento de água para os serviços domésticos. A estrada que vinha de Bragança e que servia de rua quando atravessava a pequena vila, varava o Camanducaia por uma ponte, o que fazia com que recebesse a denominação “beco da Ponte”. A vila de Raimundo Rodrigues tinha ainda as ruas transversais que ligavam os dois becos e formavam os quatro únicos quarteirões: a Rua de Baixo (hoje Barão de Campinas), a Rua do Meio (hoje Duque de

Caxias) e o Beco último de Baixo (hoje Vitale Tambellini). Se esses quarteirões eram inteiramente preenchidos por casas, não o sabemos. Mas podemos garantir que as que existiam, eram em taipa de pilão ou taipa de mão. Seus telhados deviam ser de telhas de barro, formando grandes beirais, ou de palha como eram as de Raimundo Rodrigues. (...) Sem iluminação nas ruas, poucos se deviam aventurar na escuridão. Dentro das casas recorria-se às velas e lamparinas.

Conforme Lima⁶⁹, no período compreendido entre 1820 e 1870, Amparo passou por um processo de organização crescente: de pequeno povoado à cidade. Percebe-se isso, por exemplo, na denominação das ruas: primeiramente, os nomes vinculavam-se à realidade física e topográfica do local (Rua de Baixo, Rua do Meio e Rua de Cima); depois como algo que já se articulava a uma realidade urbana, mesmo que, ainda, de caráter local (Rua Formosa onde estariam provavelmente as casas mais belas, Rua do Silveira onde morava o cidadão José da Silveira Franco); mais tarde, a idéia de cidade remetia à nação (Rua do Duque de Caxias, Rua do Imperador). Assim, desde o primitivo núcleo, Amparo organizou-se progressivamente até vislumbrar as melhorias urbanas do século XIX, que a estruturariam segundo projetos mais complexos que previam melhoramentos como alinhamento das construções e vias, nivelamentos e aterros do terreno, higiene pública concretizada com os projetos do Mercado e do Matadouro, e, a segurança pública, com o prédio da Cadeia. O lento progresso duraria até a década de 1870, quando então, em função da grande produção de café, a cidade sofreria maiores intervenções, receberia mais edifícios e construções ornamentadas e ostentosas financiadas, principalmente, pelos enriquecidos cafeicultores da região.

3.2. Ferrovia, cafeicultura e urbanização:

o caso de Amparo e do Largo da Estação no século XIX

Com a vinda da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, o isolamento comercial do Brasil fora rompido. Várias medidas administrativas eram tomadas para estimular a modernização da Colônia. Houve a “Abertura dos Portos às Nações Amigas” que punha fim ao monopólio português sobre o comércio no Brasil. A medida teve, como

⁶⁹ LIMA, *ibid.*, p.78-79.

principais conseqüências, a importação de materiais de construção industrializados e a revogação do decreto que impedia a instalação de manufaturas.

Nesse contexto e a partir da segunda metade do século XIX, a província de São Paulo passaria a se destacar economicamente, com o avanço dos cafezais, cujo cultivo era beneficiado pelo solo fértil de terra roxa. Este período traria, principalmente, à região sudeste do país, grande desenvolvimento econômico e prosperidade, que se refletiria no crescimento e na planificação das cidades e na implantação do sistema de transporte ferroviário. O café se tornaria o principal produto de exportação brasileiro.

Transformações na organização social e de produção surgiam, neste cenário, com a crise do sistema escravocrata, que perdurou até 1888, quando ocorreu a Abolição da Escravidão no Brasil. Seguiu-se a esse fato, a chegada em massa de imigrantes europeus, que foi a alternativa encontrada pelo país para solucionar o problema de escassez de mão-de-obra na lavoura cafeeira. Os milhares de imigrantes lavradores contribuíram para a maior ocupação do interior do Estado, e também, para o surgimento de pequenas fábricas, subsidiárias do café; as primeiras iniciativas em direção à industrialização.

Marcava esse contexto uma relação indissociável entre cafeicultura, ferrovia e o crescimento das cidades. As ferrovias traziam os imigrantes - os trabalhadores da cafeicultura - que tinham suas passagens gratuitas garantidas pelas companhias ferroviárias⁷⁰. Esses novos elementos da sociedade permaneciam, agora, mais nas cidades do que no meio rural, e as urbes despontavam para uma nova era; a da cidade *Béle Époque* e do crescimento e planificação, onde surgiam novos bairros, edificações e comércio⁷¹.

A implantação das ferrovias no século XIX definiu a constituição do território paulista. Beatriz Mugayar Kühl (1998, p.81-82), conta-nos que, apesar das primeiras legislações para a construção de ferrovias datarem de 1835, apenas em 1854, depois de tentativas e fracassos, foi inaugurado o primeiro trecho ferroviário, a *Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis*, por iniciativa do banqueiro e empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Esse trecho ligava o Porto de Mauá à Estação de Fragoso. Com 14,5 km de extensão, ligando o porto de Mauá à raiz da

⁷⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias, cidades, trabalhadores: 1870-1920**. Textos para a realização do Concurso de Livre Docência. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002, p. 167.

⁷¹ *Ibid.*, p.172.

Serra de Petrópolis, tinha um valor político e simbólico por ser pioneira; mas não tinha importância econômica.

As primeiras linhas férreas construídas no Brasil (entre os anos de 1850 e 1860) eram, na sua maioria, de capital inglês e foram implantadas na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como mencionado anteriormente, objetivavam a ocupação e o desenvolvimento do território nacional e a conexão do interior aos portos do litoral. A partir dos anos 1870, os capitais envolvidos eram basicamente nacionais, assim como, a mão-de-obra envolvida na construção das estradas. O exemplo pioneiro de uma companhia de capital nacional e privado foi a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*.⁷²

Em São Paulo, visava-se ligar, por via férrea, as regiões agrícolas do Estado aos portos de Santos onde a produção de café seria exportada. Com capital privado, certamente, a diretriz de implantação desses ramais férreos era conveniente à cafeicultura e, desse modo, o desenvolvimento das ferrovias não obedeceu a um plano sistemático, não foi pensada como uma rede integrada, regida por uma racionalidade dos transportes de carga e de passageiros, mas, foi comandado pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes do café. A construção de ferrovias no Estado iniciou-se na década de 1860 pela *São Paulo Railway Company* que, para isso, enfrentou as dificuldades da topografia, das chuvas, da densa vegetação tropical que tornavam a abertura das estradas uma tarefa árdua, pioneira e desbravadora. No começo, não havia uma única mercadoria relevante para ser transportada e dar base à prosperidade econômica esperada. Mas, o café logo ascendeu como o primeiro produto de exportação do Brasil e se tornou a principal mercadoria transportada pelas ferrovias paulistas, dando-lhes, por causa disso, o codinome de “ferrovias do café”.

Em 1867, a São Paulo Railway inaugurava a estrada Santos-Jundiaí, o primeiro trecho construído na província. Nos anos de 1870, eram lançadas no planalto, por outras companhias – a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana - as vias iniciais de uma rede que articulava os demais sistemas de estradas de ferro do país, fazendo de São Paulo o maior parque ferroviário brasileiro. **(Imagem 07)** As estradas dessas três companhias juntas sintetizavam o sistema dos fluxos ferroviários entre o interior, a capital e o litoral.

⁷² Ibid., p.38 e 46.



Imagem 07 - Estradas de Ferro do Estado de São Paulo

Em 1872, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurou o trecho Jundiaí-Campinas, com 45 km. Em 1875, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro fez trafegar seu primeiro trem, no trecho Campinas-Mogi-Mirim, com 76 km, que incluía o ramal de Amparo. Essas duas estradas de ferro, as maiores e mais antigas, eram iniciativas particulares de capitalistas paulistas. Ambas tiveram berço em Campinas, mas só a Paulista assentou o seu ponto de partida e de irradiação na cidade de São Paulo. *A rede de estradas (...) desenha-se na carta de São Paulo como uma vasta mão espalmada*, expressão de Theodoro Sampaio, referente ao fato das ferrovias se separarem, quando adentravam o Estado, a ponto de nenhum ramal permitir a passagem de uma para a outra.⁷³ Assim, as estradas eram quase independentes entre si, articulando-se somente na capital, São Paulo.

Segundo Fernando de Azevedo (1950) a Mogiana construiu 1.967 km de estradas, dos quais 638 km estavam no Estado de Minas Gerais. As estradas partiam rumo a Minas, por Mogi-Mirim. Pelos planos iniciais da companhia, a rede de estradas deveria chegar até Goiás e Mato Grosso, contudo isso não ocorreu apesar das ferrovias da Mogiana terem representado a maior penetração ferroviária realizada no Brasil e por iniciativa privada,

⁷³ SAES, 1981, p.26-27

contribuindo intensamente para o desenvolvimento das vastas zonas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. (Imagens 08 e 09)

Conforme Beatriz M. Kühl (1998, p.129), devemos enfatizar a noção de que as ferrovias tiveram um papel destacado no rompimento do histórico isolamento do planalto e no grande desenvolvimento do interior do Estado, em meados do século XIX. Anteriormente, a Província de São Paulo estava deslocada dos principais eixos de produção agrícola e se mantinha a margem da economia do país. Persistia, nessa época, a dificuldade de conexão e comunicação entre as cidades do Planalto e delas com os portos do litoral. Por isso, as estradas de ferro tiveram papel de destaque no progresso da cafeicultura e na ocupação do território paulista. No âmbito do país, as ferrovias possibilitaram ao homem o acesso a uma natureza ainda selvagem.



Imagem 08 – Trecho da ferrovia da Cia. Mogiana que inclui o ramal de Amparo.

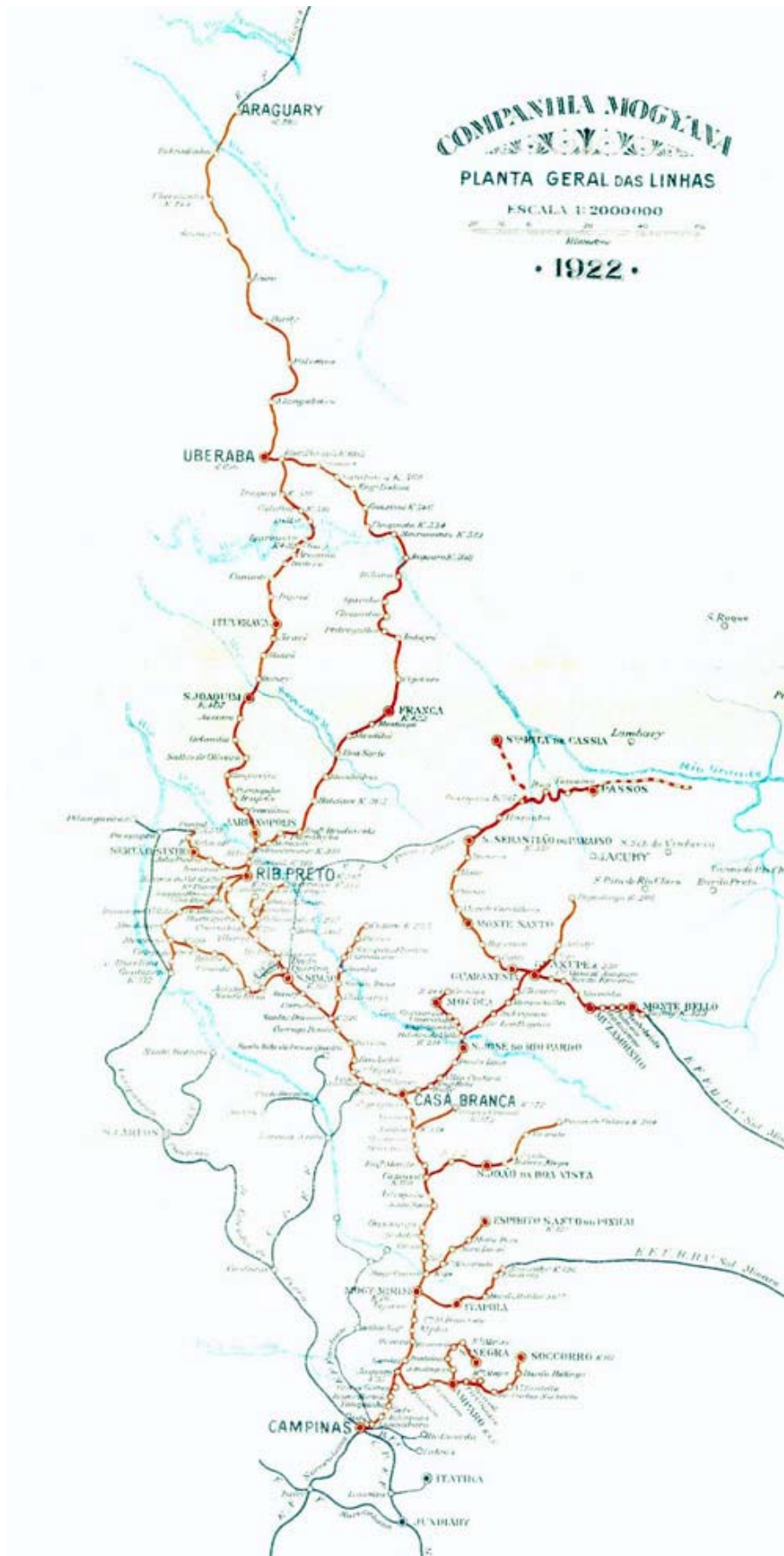


Imagem 09 – Companhia Mogiana de Estradas de Ferro - 1922

Ana Lúcia Duarte Lanna, citando Wolfgang Schivelbusch⁷⁴, coloca que aqui na América o sistema de transporte sobre trilhos não ocorreu como uma destruição da paisagem tradicional organizada por uma cultura estabelecida como na Europa, mas, constituiu-se numa maneira de se conquistar a natureza inacessível em favor de uma civilização e da produção econômica. A ferrovia era nas Américas menos associada à modernidade urbano-industrial e mais às imagens de interiorização da produção, de ruptura dos limites de exploração restrita ao litoral e de integração do território nacional e continental. Segundo Schivelbusch, uma das diferenças essenciais entre as ferrovias na Europa e na América consiste no tipo de ligação feita por cada uma delas: na Europa, fez-se a conexão entre cidades; na América, ligaram-se zonas de colonização, anteriormente acessíveis somente pelos caminhos de burros. Aqui, portanto, as ferrovias criaram um sistema de comunicação relacionado à ocupação do território e ao escoamento das riquezas até o litoral.

Assim, o empreendimento ferroviário no Brasil enxergava a necessidade de integração e constituição do território, da mesma forma que o desenvolvimento econômico regional e a geração de riquezas. *A constituição de uma rede ferroviária materializaria as possibilidades de desenvolvimento econômico e social do país: viabilizaria, portanto, o país do futuro. As cidades emergiriam e consolidariam a ocupação, povoando o país inteiro, concentrando e estimulando o desenvolvimento da produção voltada para o mercado interno ou para a exportação.* Esse discurso de engenheiros e políticos, conta-nos a professora Ana Lanna⁷⁵, era essencial para justificar as quantias monumentais investidas para a construção e subvenção das linhas férreas, assim como para amenizar receios e resistências em relação a esta nova forma de locomoção.

A cafeicultura viveu seu apogeu durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, chegando a representar 70% das exportações do Brasil. Nessa época áurea, a produção ocorreu, principalmente, em território paulista. O grão de café, contudo, foi introduzido no Brasil nos anos de 1760. Mudanças do grão foram levadas do Pará para o Rio de Janeiro. Na Baixada Fluminense o café se propagou ao longo do século XIX. Logo em seguida, a planta chegou ao Vale do Paraíba, região que teve destaque no cultivo do café por vários anos, sendo depois superada pelo chamado Oeste Paulista (regiões de Campinas

⁷⁴ SCHIVELBUSCH, 1990, p. 96 apud LANNA, 2002, p. 165.

⁷⁵ LANNA, op. cit., p.166.

e Sorocaba - Oeste Velho - e de Ribeirão Preto e Araraquara - Oeste Novo). As plantações chegaram ainda ao sul de Minas Gerais.

O café rapidamente se tornou a principal atividade agrícola do País e, em 1840, já era responsável por quase metade da renda obtida com exportações. Como mencionado, anteriormente, o maior produtor era o Estado de São Paulo, principalmente por causa da chamada "terra roxa", ideal para o plantio. Com o crescimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, logo esses Estados ganharam status e passaram a deter o poder econômico e das decisões políticas do Império e, depois, da República, proclamada em 15 de novembro de 1889. Apesar das plantações ficarem no interior de São Paulo, a capital do Estado também ganhou prestígio e se desenvolveu porque os grandes fazendeiros gastavam em São Paulo o dinheiro oriundo da cafeicultura e, dessa forma, em meados do século XIX, começava a surgir a elite paulistana. Até 1930, o café seria a principal fonte de renda do País e, ao entrar em declínio, já havia contribuído para o desenvolvimento do parque industrial do Estado de São Paulo.

Nas terras do Amparo o café começou a ser cultivado por volta da década de 1830, mas, somente na década de 1850 sua safra passou a ser significativa. A crescente e bem sucedida cafeicultura na região teve grande repercussão no pequeno povoado: a população, que contava uns 3.840 habitantes em 1854, alcançou os 9.000 em 1869.⁷⁶ Diante dessa nova realidade, desde o final da década de 1850, Amparo vislumbrou melhoramentos e adaptações em sua ainda reduzida estrutura urbana.

O pequeno núcleo urbano era continuamente provido de infra-estrutura e novas acomodações para acomodar as colônias agrícolas: em 1853, fundava-se a Colônia Agrícola Boa Vista com 21 trabalhadores brasileiros, 75 alemães e contava (em 1859) 31.800 pés de café plantados. No mesmo ano era fundada a Colônia São Joaquim com 28 trabalhadores brasileiros, 74 portugueses e dois franceses e contava 30.000 pés de café. Em 1855, era fundada a Colônia de São Luís da Boa Vista e a Colônia de São Joaquim da Água Parada, a última com colonos portugueses⁷⁷.

Em 1867, o *Correio Paulistano*, relacionando o café que tinha de ser transportado pela estrada de ferro entre Campinas e Jundiaí, figurava Amparo como exportador de 200.000 arrobas, o equivalente a 1,4% da exportação nacional do grão. Dez anos depois, em 1877, Amparo, produzindo 400.000 arrobas, contribuía com 2,6% e em 1881, atingindo

⁷⁶ LIMA, 1998, p.100.

⁷⁷ LIMA, loc. cit.

978.700 arrobas, contribuía com 4,55% das exportações nacionais⁷⁸. Em 1908, segundo a *Carte Agricole de L'Etat de Saint Paul*, Amparo figurava como o 4º. Distrito de maior produção de café no Estado de São Paulo, atrás de São Carlos (3º.), Campinas (2º.) e Ribeirão Preto (1º.)⁷⁹.

Portanto, face ao rápido crescimento da lavoura cafeeira, a partir dos anos de 1870, Amparo estaria inserida na esfera das principais cidades produtoras e exportadoras de café no país. Essa economia trouxe à cidade os novos e numerosos habitantes - os colonos - e enriqueceu os fazendeiros, os patrocinadores das melhorias e transformações urbanas.

A professora Ana Lúcia Duarte Lanna⁸⁰ lembra-nos que as ferrovias foram implantadas num momento que coincide com a vertiginosa expansão do café, com a crise da escravidão, com alterações substantivas nas formas estabelecidas de exercício do poder e com a emergência das cidades como novo lugar e marco destas sociabilidades. As ferrovias foram importantes elementos de urbanização porque estimularam o incremento das atividades econômicas e o crescimento da população nas cidades. A imagem das cidades instaurara-se no contexto em que:

*Indissolúvelmente associadas à velocidade, grande ícone da modernidade dos séculos XIX e XX, as ferrovias incrementam a mobilidade, consolidam a prática das viagens, fazem parte de um novo quadro que se delineia na sociedade brasileira em fins do século XIX, a Belle Époque Tropical.*⁸¹

Antes da vinda da Corte Portuguesa e da Abertura dos Portos, em 1808, eram poucas as aglomerações urbanas de maior porte no Brasil. A economia das regiões era baseada principalmente na agricultura, pecuária e mineração, e, dessa forma, a geração de riquezas tinha lugar no campo, no interior das províncias e as populações se distribuíam pelas grandes extensões de terras. Com as ferrovias, as cidades passavam a concentrar diversas atividades e a atrair habitantes. Neste contexto em que o novo meio de transporte possibilitava as trocas comerciais frequentes e o contato direto com a capital e com o exterior, as cidades foram se constituindo em lugares de vida intensa, centros político, financeiro, cultural e do comércio de uma região. A professora Ana Lanna coloca que:

⁷⁸ Ibid., loc. cit.

⁷⁹ ARGOLLO FERRÃO, 2004, p. 143

⁸⁰ LANNA, op. cit., p.164.

⁸¹ Ibid., 186.

*(...) estimulando as trocas, encurtando as distâncias, alterando a noção de temporalidade e introduzindo a velocidade como dado permanente dos modos de vida instituídos com o advento do capitalismo, a ferrovia materializa “o triunfo da técnica” e a incorpora no cotidiano urbano, cria novos personagens e é essencial na organização do mundo do trabalho.*⁸²

Segundo a professora, a relação entre ferrovia e urbanização possibilitou uma forma de ocupação do espaço fundamentada na tecnologia e no planejamento. A ferrovia introduziu a modernidade e a vida urbana, consolidou a ideologia do progresso, possibilitou a mobilidade, conectou as regiões e determinou o alargamento das fronteiras. Após a chegada da ferrovia e em vista das conseqüências da grande produção cafeeira a maioria das cidades paulistas passou por grandes reformas. Essas reformas eram pautadas pelo binômio embelezar-sanear que caracterizava a *Belle Époque* nacional⁸³. Vê-se, por exemplo, o caso de Jundiaí, apontado pela professora:

No dia da inauguração do trecho da Paulista, ligando Jundiaí a Campinas, inaugura-se a iluminação pública com luz de querosene nas ruas Barão de Jundiaí e Rosário, as mais importantes da localidade”. (...) A preocupação com reformas urbanas, associando embelezamento, infra-estrutura e salubridade aparecem em Jundiaí, como de resto em quase todas as cidades brasileiras, marcando um período de Belle époque tropical.

Era usual que nas cidades conectadas à ferrovia as ruas que ligavam os espaços urbanos pré-existentes à área da estação fossem providas de estabelecimentos comerciais. De modo geral, o prédio da estação ficava bem destacado na paisagem e era cercado por moradias operárias, hotéis, bares, armazéns e outros estabelecimentos que ofereciam serviços ou produtos complementares à cafeicultura ou às viagens de trem. Isso acontecia em Campinas, Rio Claro e, de certa forma, em Amparo. Em Amparo, a estação, quando construída em 1875, localizava-se fora da área urbana. Com o tempo, o seu entorno foi sendo ocupado por construções: para o lado da atual Avenida Bernardino de Campos (antiga Avenida Progresso) foram construídas, na sua maioria, casas de “porta e janela”.
(Imagens 10 e 11)

⁸² Ibid., p.159.

⁸³ Ibid., p.173 e 180.

Imagem 10 –
Avenida Bernardino de Campos (na década de 1930)

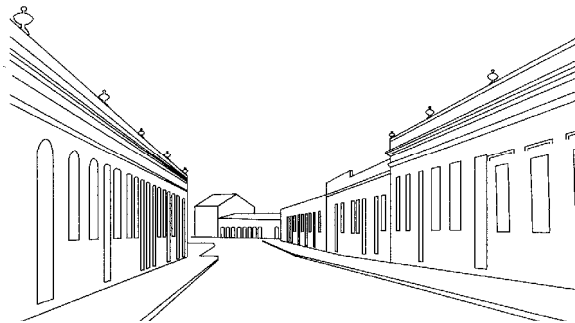


Imagem 11 –
Avenida Bernardino de Campos (na década de 1930)

Para o lado da Rua Treze de Maio e em frente ao Largo da Estação, foram construídos sobrados mais imponentes, que serviam como residências, hotel, lojas e restaurante. **(Imagens 18 e 19)**

Assim, a chegada da ferrovia significava, além da presença da estação na cidade, a construção de edifícios com funções inéditas, como armazéns, oficinas, escritórios, prédios administrativos e residências de ferroviários. Para compreendermos essas relações e esse universo que nos remetem ao caso de Amparo, citamos, mais uma vez, um trecho de Ana L. D. Lanna:

O movimento de carroças, bondes e pessoas no ir e vir diário para as estações cria um novo ritmo e sentido urbano. Os sons dos trens, os apitos e resfolegar das locomotivas, os relógios nos frontões centrais das estações marcam novas dimensões de tempo e espaço. Novas lojas, mais especializadas e diversificadas, mercadorias e personagens de todo o mundo passam a circular por estes espaços.⁸⁴

Nesse contexto, entretanto, há realidades diversas para cada cidade, porque, segundo a professora Ana Lanna, a passagem da estrada de ferro pelas cidades teve conseqüências múltiplas. Por exemplo, no Estado de São Paulo, os núcleos urbanos pré-existentes que não fossem privilegiados pela proximidade das linhas férreas tornar-se-iam “cidades mortas”, na expressão de Monteiro Lobato, porque não estariam vinculados ao

⁸⁴ Ibid, p.172

sistema agrário-exportador, e portanto, não teriam como competir com outros núcleos produtores de café servidos pela ferrovia. Uma outra consequência é a de que a ferrovia impôs uma hierarquia à rede urbana paulista. Com a Inglesa, houve uma concentração de bens, fortunas e práticas econômicas, sociais e culturais nas cidades de Santos e São Paulo, em detrimento de outros centros, como Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá e dos portos de Parati e São Sebastião⁸⁵. Relacionadas a essa realidade, existiram as elites absenteístas, que serão explicadas mais adiante.

Ainda conforme a professora, nesse contexto, não é possível generalizar, sustentando consequências e características comuns a todo esse processo, pois, condições prévias – como as particularidades locais - interferiam nos significados que a ferrovia trazia para a organização do mercado de trabalho e do espaço urbano. *Criando cidades, como na Noroeste, definindo cidades industriais, como em Jundiaí, fazendo parte da constituição de uma metrópole, como em Campinas*, os impactos da ferrovia são distintos porque, de forma única, *criam e articulam novos eixos de crescimento nas cidades e entre elas, marcam a paisagem com seus edifícios e trabalhadores, com suas associações e greves.*⁸⁶

Em Amparo, a ferrovia contribuiu, de forma decisiva, para o progresso econômico da região ao inserir a cidade na rede ferroviária que tinha como destino o porto de Santos. Como dissemos anteriormente, a ferrovia, juntamente com a grande produção cafeeira, ao enriquecer os fazendeiros, contribuiu para a transformação do pequeno vilarejo de taipa na cidade *Béle Époque* de alvenaria, ornamentada conforme o ecletismo com infra-estrutura de iluminação, rede de água e esgoto.

Desde 1872 (quando inaugurada em Campinas) a Companhia Mogiana estendia suas ferrovias acompanhando de perto as plantações de café. Nesse contexto, a cidade de Amparo, que via sua produção aumentada progressivamente, foi ligada à rede das ferrovias da Mogiana, em 1875, quando o trecho Campinas-Mogi-Mirim fora construído. O ramal ligava Amparo a Jaguary (atual Jaguariúna). No mesmo ano, uma pequena estação era edificada na cidade. **(Imagem 12)**

⁸⁵ REIS FILHO, 1994, apud LANNA, op. cit.

⁸⁶ LANNA, op. cit., p.186

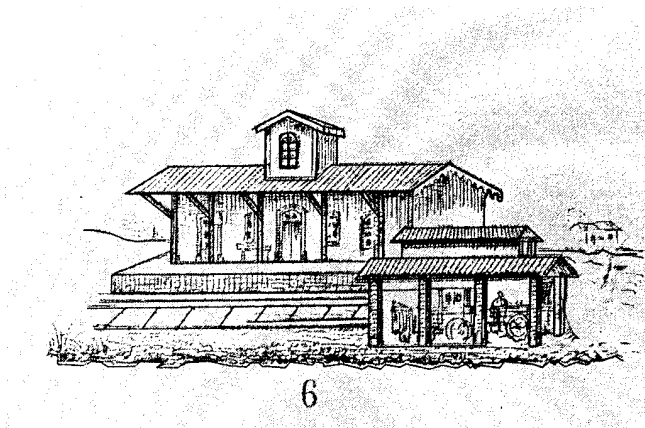


Imagem 12 – Pequena estação construída em Amparo, em 1875.

Ao analisarmos mapas e imagens antigas da cidade percebemos que, em 1875, a estação ferroviária estava localizada fora da área urbana, mas, 20 anos depois, em 1895, ela já se inseria dentro da malha urbana. Acontece, como já mencionamos, que as cidades paulistas, nesse período, vislumbraram um grande crescimento econômico e populacional devido à cafeicultura. Esse crescimento acarretou a planificação das urbes onde muitos novos edifícios eram construídos e onde houve a necessidade de se fazer melhorias na infra-estrutura, através das quais as urbes eram providas de redes de água, esgoto e luz elétrica.

Em Amparo, Luis Pucci⁸⁷ foi contratado para planejar o crescimento da cidade. Seu plano, elaborado em 1878, previa que a área da cidade duplicasse. Eram propostas novas ruas paralelas ao eixo da Rua Princesa Imperial, para ambos os lados, leste e oeste que, com suas transversais, configurariam um traçado ortogonal. Havia no projeto uma intenção clara em articular as novas áreas ao traçado urbano existente configurando, assim, a continuação das ruas antigas e reforçando o caráter de ortogonalidade do conjunto. Apesar de projetada como um plano cartesiano a cidade, por causa da adaptação à topografia, acabou tendendo a um grande “leque” disposto ao longo do rio Camandocaia. (**Imagem 13**)

⁸⁷ Luis Pucci (Luigi Pucci) nasceu em 1853, em Grassina, província de Florença, Itália. Emigrou para o Brasil onde se dedicou à construção. O seu primeiro trabalho no Estado de São Paulo foi o Plano de Amparo, em 1878. Em 1883, era membro da comissão encarregada de analisar o projeto de Tommaso Gaudenzio Bezzi para o Monumento do Ipiranga. Em 1885, ganhou a concorrência pública para a construção de tal monumento, tarefa que o manteria ocupado até 1890. No período entre 1890 e 1893, Pucci se encarregou de projetos para construção de algumas residências particulares de vulto, dentre elas a mansão da “Chácara do Carvalho”, a residência de Dona Veridiana Prado, um edifício na Rua Florêncio de Abreu. No ano de 1893, Pucci se associou a Giulio Michelli, arquiteto italiano que trabalhava em São Paulo desde 1892. No breve período de 3 anos, até 1896, a empresa Pucci & Michelli construiu diversas residências, lojas, galerias no centro e até uma rua que conectava a estrada da Penha à Rua da Bica. Pucci acabou voltando para a Itália e deixou seu estúdio para Giulio Michelli. Retornou ao Brasil, entretanto, onde viveu seus últimos tempos num palacete na Avenida Paulista. Morreu na Itália, em 1908, aos 55 anos. (LIMA, 1998, p.133)

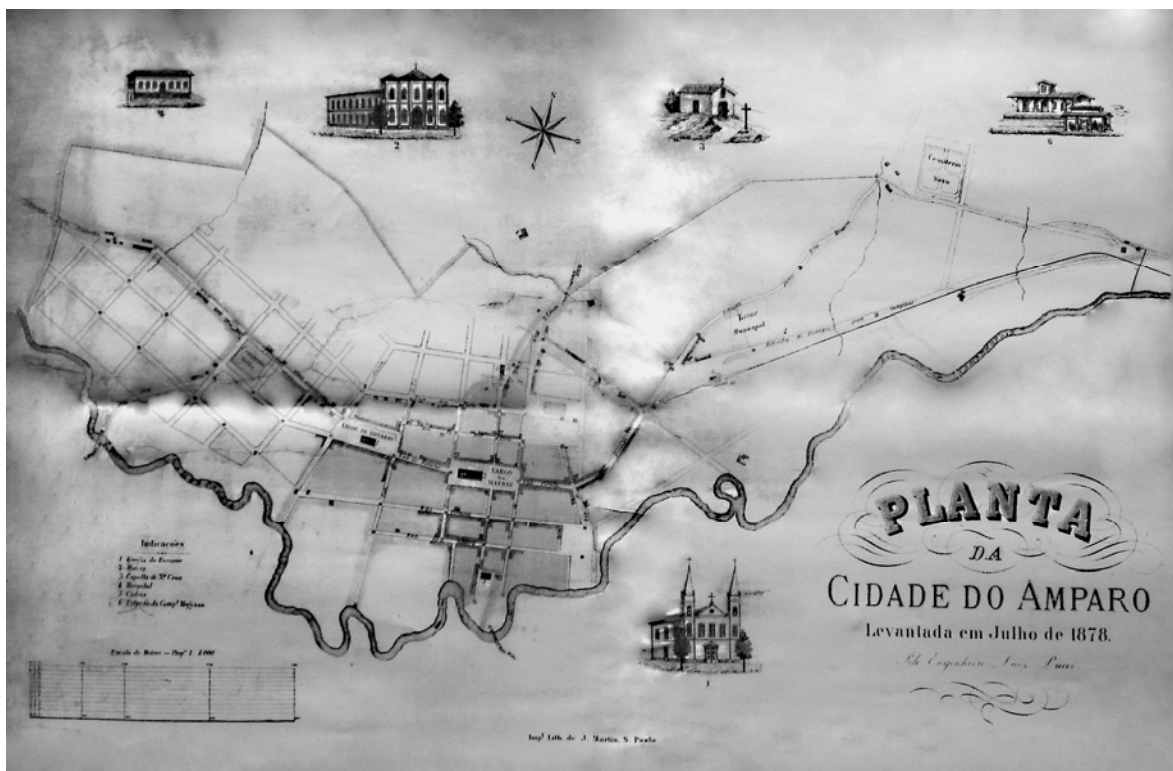


Imagem 13 – O Plano de Luis Pucci para Amparo elaborado em 1878.

Nesse sentido, é importante lembrar que o rio foi, desde a construção da primeira capela em 1818, um forte determinante da disposição e do crescimento da cidade, por causa dos terrenos inundáveis que ele fazia formar. O historiador Lima, sobre isso, fala que:

*Ao redor (da primeira capela) estaria configurada a nova praça, o novo “centro”, o largo da Matriz. Não se abandonou, porém, o núcleo que havia nascido ao redor da antiga capela. Ele foi incorporado ao novo traçado. Foi rearranjado, adaptado, na medida em que as ruas que partiam do novo largo da Matriz continuavam a acessá-lo. Principalmente, porque o rio Camanducaia que o ladeava ainda seria, por muitos anos, a fonte de água disponível. (...) Desde o início, a cidade estaria perfeitamente integrada à topografia do terreno e aos caprichos do rio Camanducaia. A primeira capela fora afastada do rio para não ser inundada nas cheias, mas também ficara suficientemente próxima para permitir que moradores do seu entorno se abastecessem de água.*⁸⁸

Segundo Roberto P. T. Lima⁸⁹ o crescimento da cidade, contudo, não seguiu de imediato os planos propostos por Luis Pucci, em primeiro lugar, devido à presença do rio

⁸⁸ LIMA, 1998, p.335-336.

⁸⁹ Ibid., p.107 e 126.

que impunha suas exigências⁹⁰. Depois, algumas medidas determinadas ou pela demanda mercadológica ou pela administração local foram responsáveis pelo fato de que o lado oeste da cidade crescesse mais e contrariasse o projeto que previa um crescimento maior para o lado leste. Essas medidas foram: a abertura da Rua do Aquidaban (hoje General Osório) e da nova estrada de rodagem para Campinas, paralela aos trilhos da estrada de ferro (mais tarde chamada Avenida Progresso e depois Bernardino de Campos). Também, a urbanização do Largo da Estação e a abertura da rua que iria ligar o mesmo largo à estrada de Bragança, assim como, o desmembramento de terrenos pertencentes a Albino Alves do Amaral de ambos os lados dessa rua, aliados ao desenvolvimento de comércio e serviços, contribuíram para o crescimento da cidade para o lado da estação. (Imagem 14) Isso significa que, apesar do Plano Pucci, a presença da estação de trem foi determinante no desenvolvimento da cidade na medida em que constituiu um elemento de atração de estabelecimentos comerciais, serviços e, conseqüentemente, de moradia demandando, inclusive, melhorias na infra-estrutura urbana.

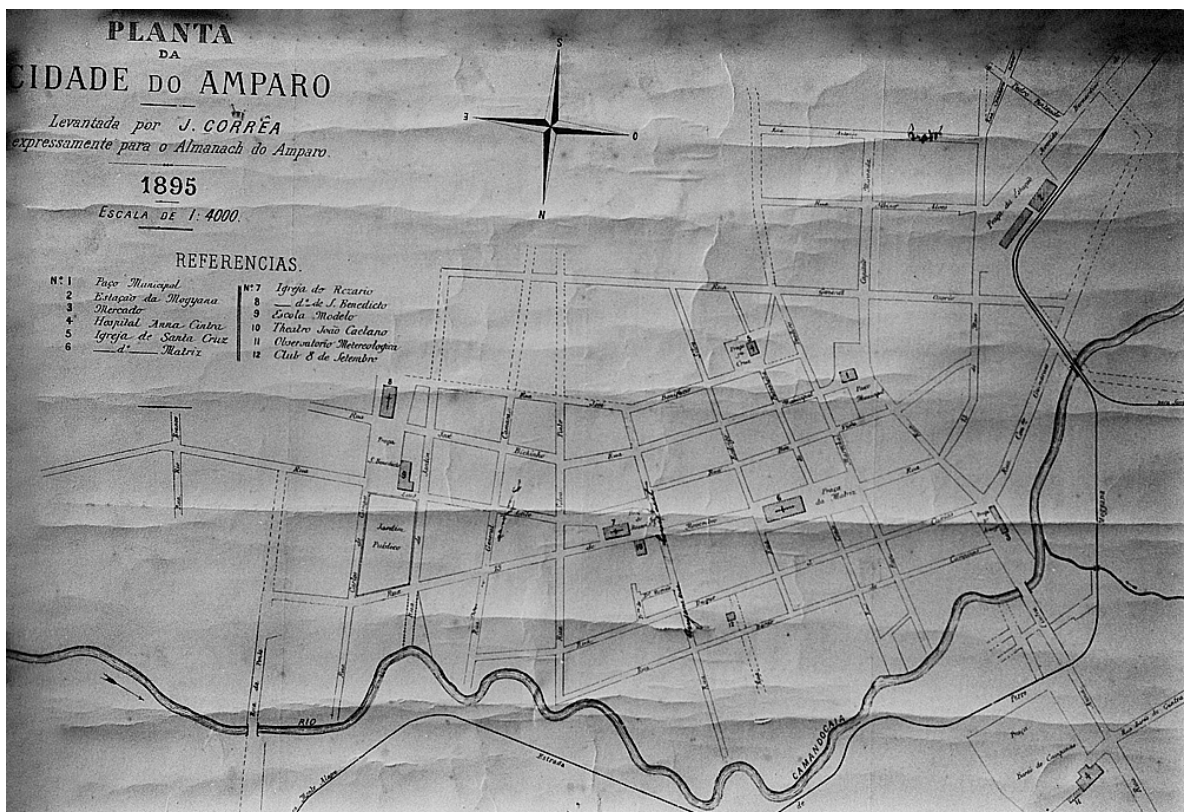


Imagem 14 – Planta de Amparo de 1895

⁹⁰ Ibid., p. 336.

Confirmando esse fato, temos a colocação da professora Ana Lanna⁹¹ sobre a diferença entre cidades pré-existentes e as criadas pela ferrovia. Nas cidades pré-existentes houve uma reorientação dos movimentos de expansão, que acabaram por unir a cidade da praça e da igreja àquela marcada pela estação ferroviária. Segundo a autora, em Rio Claro, esta situação é claramente definida: a cidade tem formato quadrangular, definido por ordenamento de 1832. Após a chegada da ferrovia, ela mantém seu traçado e sua expansão urbana será balizada a partir da disposição da estação reforçando o desenho já implantado. Entendemos que este também é o caso de Amparo, pois, apesar do Plano Pucci, de 1878, a cidade, em 1895, iria apresentar um outro desenvolvimento, uma reorientação do crescimento da malha urbana para o lado da estação ferroviária em função do fator de atração que esta representou.

Beatriz Mugayar Kühl (1998, p.129) lembra que, entre o final do século XIX e os anos 1910, quase todas as estações nas cidades paulistas foram reformadas ou reconstruídas em consequência do aumento da produção cafeeira e do movimento de pessoas e cargas transportadas. Lembra, também, que a arquitetura das estações vem refletir essa nova realidade. Nesse contexto é que ocorrem ampliações e reformas na estação de Amparo entre os anos de 1878 e 1895. (**Imagens 15**)

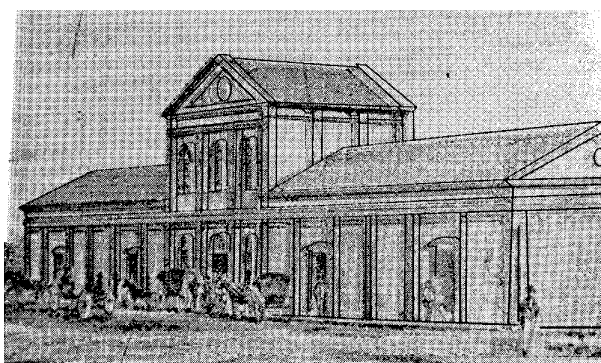


Imagem 15 - Desenho da nova Estação de Amparo em 1896

Também, a Estação deixava de ser o fim de linha porque novos ramais eram implantados pela Cia. Mogiana: um para Monte Alegre do Sul, inaugurado em 1890, e outro para Serra Negra, em 1892.

Nessa época, o carregamento de mercadorias, outrora feito em lombo de burros era gradativamente substituído por carroças, o que significa que o espaço do Largo da Estação de Amparo se tornava reduzido para a paragem do novo meio de transporte. Também, a quantidade de usuários da estação não exigia mais do que o pequeno prédio para se acomodar e as mercadorias eram transportadas diretamente para o trem, não necessitando

⁹¹ LANNA, op.cit., p.171-172.

ser estocadas. Mas, por volta de 1878, o edifício da Estação e o Largo se tornaram pequenos e ineficientes para a demanda de passageiros e para o armazenamento das cargas: os passageiros, a cada manobra do trem, tinham que descer e ficar ali no Largo aguardando a próxima viagem, sem proteção às intempéries. Além disso, por falta de espaço dentro do edifício, o café começou a ficar estocado ao relento e, por isso, era danificado.

Através de obras de reconstrução, o espaço ia sendo redimensionado, alargado, à medida que, no local, passava a afluir um maior número dessas carroças. E, assim, aquela área periférica ia se constituindo num espaço com o qual dirigentes da cidade se preocupavam e decidiam desapropriações para executar intervenções e melhorias na infraestrutura⁹². A grande produção cafeeira aqueceu a economia amparense fazendo surgir comércio e serviços na cidade para atender àquelas pessoas que lá estavam, por alguma razão, em função do transporte ferroviário e da cafeicultura. E, em breve, no entorno do Largo da Estação foram erguidos armazéns, lojas, botequins, restaurantes, pensões e hotéis. **(Imagens 16, 17, 18 e 19)**



Imagem 16 – Praça Pádua Salles no fim do século XIX.

⁹² Segundo Lima (1998, p. 122): *tendo sido confirmado o local a ser utilizado e efetivada a construção da estação, apressa-se a Câmara Municipal, ainda no primeiro semestre de 1875, em regularizar o seu entorno: “(...) Nesta ocasião o sr. Presidente fes ver a necessidade de proceder-se ao alinhamento em frente a Estação, bem como de um plano para se proceder a desapropriações e abrir ruas ou largos necessários para o transito em dito local e que se incumbisse a Comissão de obras publicas de examina-o, ver quaes as desapropriações a fazer-se e offerecer a Câmara o orçamento das despesas com ellas”.*

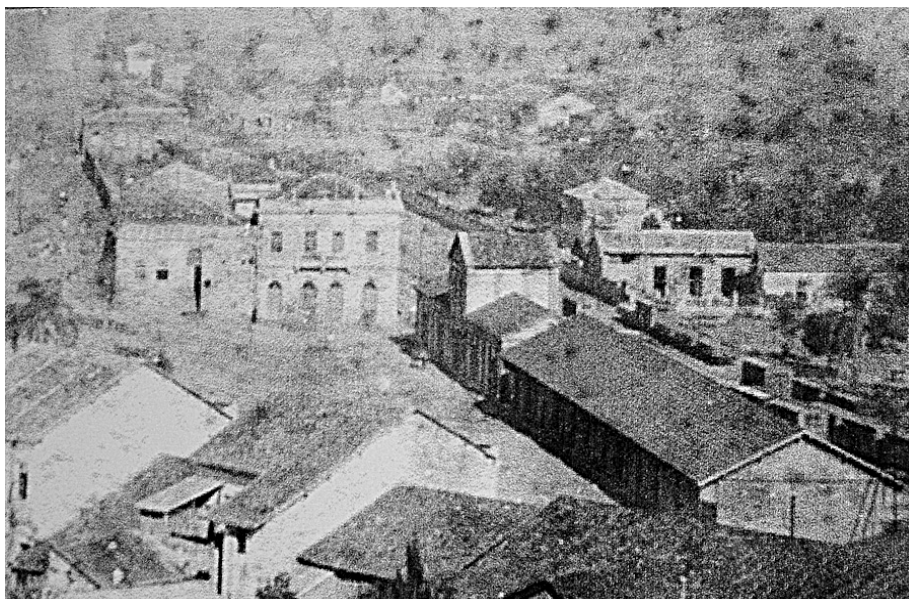


Imagem 17 - Vista do Largo da Estação por volta de 1930



Imagem 18 - Praça Pádua Salles no início do século XX. Vista para o lado da Rua Treze de Maio.



Imagem 19 - A Praça Pádua Salles com casario nos anos de 1930

A área da Estação ficou compreendida por um novo edifício, a Casa do Chefe e um conjunto de galpões para a estocagem do café. O Largo recebera canteiros e local para paragem de carroças. A plataforma de embarque e um amplo pátio de manobras, com pequenas oficinas de manutenção, configuravam a área detrás do conjunto construído. (Imagens 20 e 21)

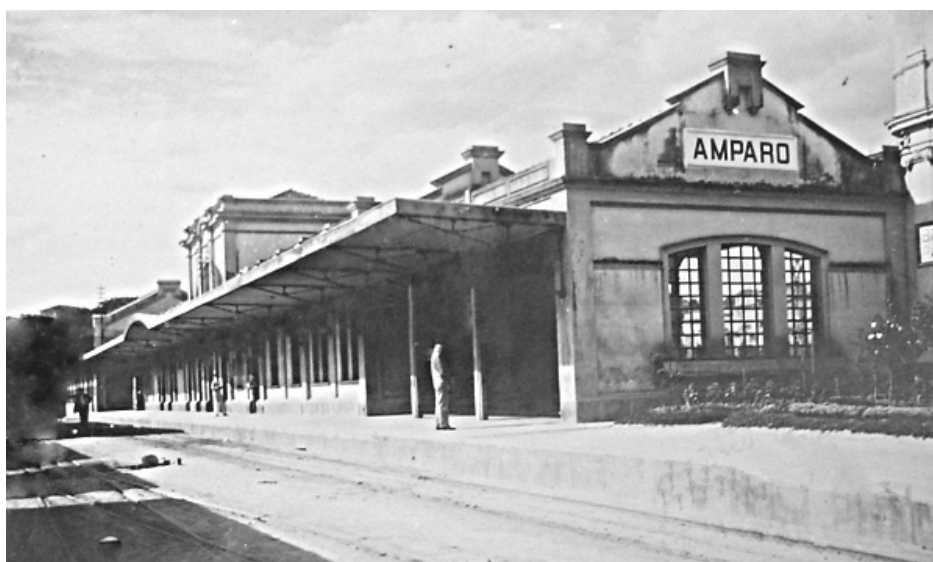


Imagem 20 – A plataforma de embarque



Imagem 21 – Pátio de manobras e oficinas

Através do *Relatório Felix Vianna* (de 1908), podemos perceber a determinação de melhoramentos no Largo, acontecidos por volta de 1895:

*para salvaguardar os interesses dos atuais proprietários dos prédios adjacentes e dada a impossibilidade de construção da nova estação no mesmo nível do largo, há necessidade da edificação de um paredão para dar lugar a um plano superior quadrangular. Esse novo plano servirá de ponto de recreio e será posteriormente embelezado.*⁹³ (Imagem 16)

Assim, ao adentrar o século XX, o Largo da Estação havia recebido melhorias e a conformação de uma “praça” que, apesar de servir como espaço de embarque e desembarque de passageiros e carga, passou a servir como espaço de lazer à população. O Largo se inseria, portanto, no conjunto dos equipamentos de lazer da cidade: as praças e os largos. (Imagens 22, 23)



Imagem 22 – A Praça por volta de 1938.



Imagem 23 – O relógio da Praça Pádua Salles por volta dos anos de 1960.

⁹³ CASTRO, 1994, p.46

Um fato inerente ao contexto histórico que apresentamos é a constituição de elites absenteístas que, segundo a professora Ana Lanna (2002, p.167), surgem em função dos rápidos deslocamentos proporcionados pelo trem. As famílias da elite do café tendiam a se transferir para a capital, São Paulo, onde dispunham de uma vida mais cosmopolita do que aquela da cidade do interior. Muito em função dessa elite houve, em São Paulo, a expansão dos bairros nobres, a construção de palacetes e a emergência de uma vida social e cultural diversificada. Enquanto isso, as cidades do interior teriam uma vida econômica ativa, mas desprovidas de elite, sem os *lustros civilizatórios* que elas estimulavam, permanecendo *caipiras*.

Ao pensarmos na elite de Amparo, podemos supor que ela era absenteísta, na medida em que figuras importantes no âmbito da política e da vida social tinham casas em Amparo e São Paulo, como Bernardino de Campos e, em São Paulo e Campinas, como o Barão de Campinas. Essas personalidades viviam cá e lá, conforme suas atividades e solicitações.

Entretanto, parece-nos difícil dizer que Amparo tenha se mantido “caipira”, na medida em que nela foram construídos palacetes como o do coronel Luís Leite, edificações imponentes como a sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, o Teatro João Caetano, o Hospital Ana Cintra, o Liceu de Artes e Ofícios e o Mercado Municipal.

A presença desses edifícios significa que havia na cidade uma sociedade que exigia espaços em que as famílias pudessem desfrutar de uma vida cultural e comunitária. Também, lembremos que grandes pintores, como Benedito Calixto e José Ferraz de Almeida Júnior, estiveram na cidade retratando as personalidades, pintando quadros na Igreja Matriz e o teto do Teatro João Caetano. Calixto e Almeida Júnior eram pintores, na época, já bastante reconhecidos e solicitados e sua presença em Amparo vem comprovar que as famílias e a sociedade amparense tinham um poder aquisitivo tão elevado quanto a da capital paulista naquele momento. Esse fato fica evidente, também, quando notamos a quantidade de casarões ecléticos de gosto neo-clássico que integram o conjunto das construções em Amparo. A elite amparense, assim como qualquer outra elite social de uma cidade mais cosmopolita do que provinciana, naquela época adotava, integralmente, o gosto pela arquitetura, decoração e produtos europeus.

Certamente Amparo não competia com a vida cultural de Campinas ou de São Paulo porque não dispunha de tantos equipamentos ou instalações para este fim. Por exemplo, o Teatro João Caetano em Amparo, construído em 1890, logo deixou de servir à

função original para abrigar o Cinematógrafo Falante, depois o cinema, e depois, em 1960, foi demolido.

Com essas explanações buscamos compreender no que consistia, exatamente, Amparo no final do século XIX: talvez, uma cidade no meio termo entre essas referências apontadas; mas, certamente, uma cidade, como afirma Pierre Deffontaines, que, conforme adquire maior complexidade, passa a se preocupar com o embelezamento de suas praças, com o ajardinamento dos espaços públicos e com as fachadas das casas. Não só isso, mas também, com a instalação de equipamentos culturais e de lazer e com a construção de monumentos que espelhassem a grandeza e as glórias da elite local. Nesse sentido, como aponta Roberto P. T. Lima (1998, p.104), diante da lavoura cafeeira em plena expansão e tendo a estrada de ferro a servir a cidade, a elite de Amparo teve, provavelmente, seu imaginário incendiado, entusiasmada com idéias progressistas e imagens urbanas que refletissem a sua ascensão econômica e o seu “grau de atualização” com a contemporaneidade. Associado ao embelezamento, é fato que a administração das cidades da região cafeeicultora paulista, que tinham suas populações duplicadas ou triplicadas rapidamente, tinham que pensar em infra-estrutura adequada e suficiente para o novo contingente. Lembremos, ainda, que planos urbanos globais e boas condições sanitárias e de higiene urbana eram já, naquela época, preocupações de engenheiros brasileiros e, portanto, aspectos técnicos a serem projetados nas cidades.

Um fator que vem nos esclarecer no que consistia Amparo - qual era o nível de desenvolvimento cultural e social que atingira, se fora realmente um centro regional ou, simplesmente, uma cidade que apoiava a produção cafeeira sem maiores abrangências sócio-econômicas - é a época de que estamos tratando que evidencia o apogeu ou a decadência econômica da cidade.

A respeito da concentração de equipamentos culturais e de construções imponentes em cidades paulistas, o professor Nestor Goulart Reis Filho (1994) afirma que a ferrovia transformara a hierarquia da rede urbana e que houve uma concentração de bens, fortunas e práticas sociais e culturais nas cidades de Santos e São Paulo, em detrimento de outros centros. Então, face às evidências, é provável que Amparo nunca chegou a ter a infraestrutura necessária para manter sua elite cativa à vida social e cultural que lá havia. É certo que Amparo possuía alguns equipamentos como o teatro e a Sociedade Italiana, mas, quem quisesse usufruir de uma vida mais sofisticada e ter acesso a uma vida cultural cosmopolita, teria que ir a Campinas ou a São Paulo. Em 1944, Pierre Deffontaines (1944, p.29) afirmava:

Hoje, (...), assiste-se a uma decadência de muitos pequenos centros urbanos em virtude das comunicações mais rápidas por estradas de ferro, por automóvel e por avião. Para gozar de uma vida social, não é mais preciso fundar cidades de domingo, crivadas de palacetes de fazendeiros, mais vale ir à grande cidade, mais afastada, porém fácil de atingir e na qual a vida de sociedade é muito mais ativa; em São Paulo, Campinas, Sorocaba, Belo Horizonte, os palacetes se multiplicaram, enquanto que as antigas praças das pequenas cidades se cercaram de casas fechadas e abandonadas, como acontece em Araras, em Amparo, em Atibaia, em Itu.

3.3. Crises da cafeicultura:

a situação de Amparo e do Largo da Estação no século XX

Na virada do século XIX ao XX Amparo vislumbrara grandes investimentos. Especificamente, entre os anos de 1878 e 1895, Amparo passou por grandes transformações urbanas: durante esse período, a trama urbana triplicara e os cafeicultores, principalmente, tiveram papel significativo na construção de edifícios e equipamentos públicos como as igrejas, o teatro, o “Lazareto”, o Hospital Ana Cintra e a iluminação a querosene. Segundo o historiador Lima, as edificações, regulamentadas pelos códigos de postura, *seguiam planos perfeitamente inseridos no traçado urbano, conferindo à paisagem um caráter geométrico e uniforme.*⁹⁴ Novas técnicas construtivas eram introduzidas. A arquitetura de alvenaria ornamentada conforme o gosto importado da Europa - o ecletismo - se intensificara na paisagem.

A cidade que, na década de 1880, encontrava-se em processo acelerado de modernização, no princípio do século XX, veria esse processo atingir seu auge: equiparase, tinha água encanada, rede de esgotos, iluminação elétrica e calçamento. Estava provida de dois hospitais, escola profissional, teatro, gabinete de leitura, fazenda Modelo e indústria.

Fora prevista a ampliação urbana para o lado sul da cidade, mas na realidade, esse projeto nunca se concretizou. Por outro lado, um novo bairro surgia no extremo da Avenida Progresso (Avenida Bernardino de Campos): o Ribeirão. Desde 1879, três casas, ao menos, já existiam no Ribeirão, mas, foi em 1887 que a área começou a ser loteada. Em 1890, o Banco Industrial Amparense adquirira três terrenos contíguos no Ribeirão para a implantação de um loteamento. O Jornal *Correio Amparense*, de 31 de dezembro de 1890,

⁹⁴ LIMA, 1998, p. 41.

afirmava que a intenção do banco era a construção de residências: *Novos Prédios: Sabemos que o Banco Industrial Amparense fez já aquisição de vários terrenos onde vae edificar importantes prédios (...).*⁹⁵ O Banco Industrial pretendia construir no Ribeirão um núcleo de casas populares para comercialização. Desta maneira, em 1891, havia surgido ali um núcleo urbano pequeno, com ruas traçadas, e, que se mantinha ligado ao centro da cidade através da Avenida Progresso. (Imagem 25)

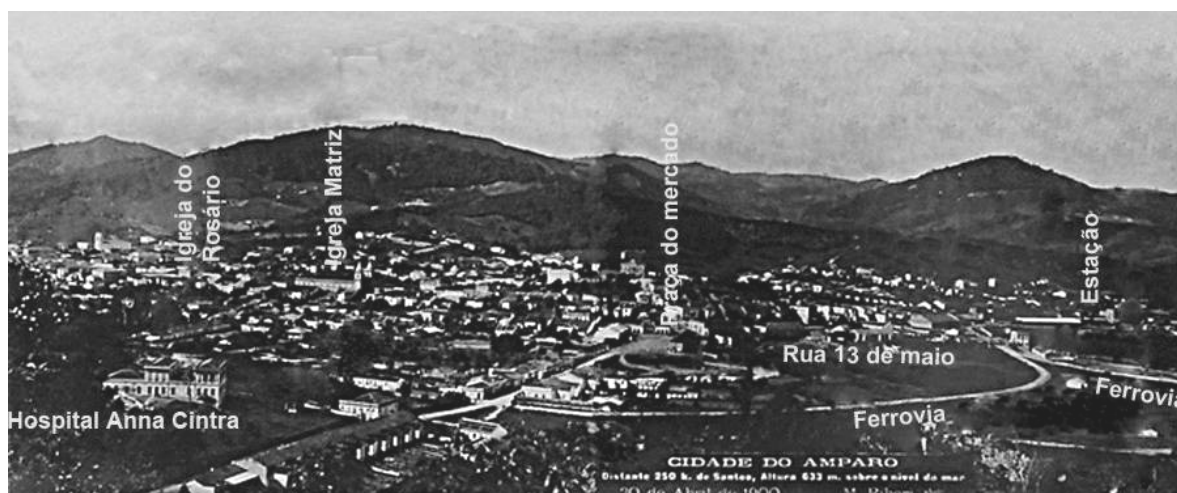


Imagem 24 - Vista de Amparo em 1900

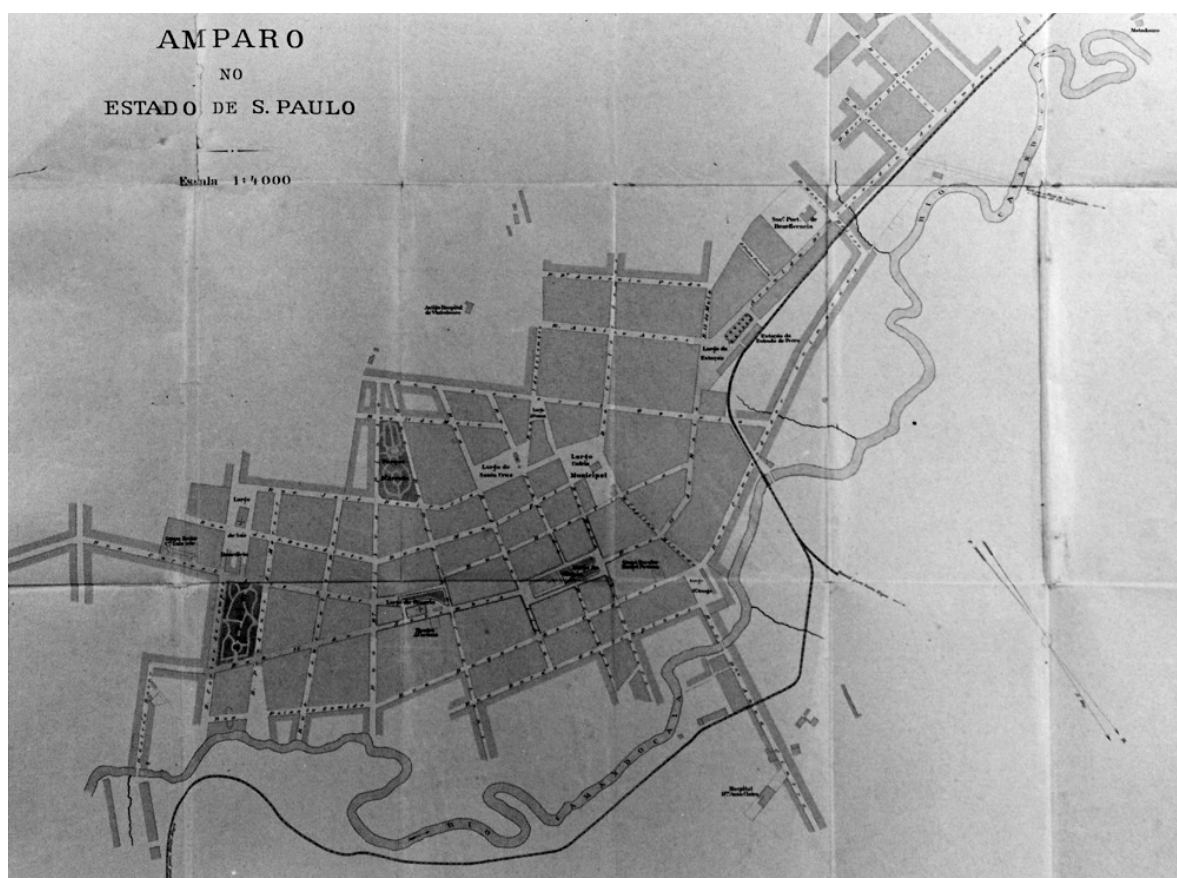


Imagem 25 – Planta de Amparo de 1909.

⁹⁵ Ibid., p. 217

Pela planta de 1909, percebemos que a área já estava bem urbanizada, dividida em lotes e a maioria deles com construções residenciais modestas. As casas eram, na sua maioria, do tipo porta e janela e destinavam-se a operários ou trabalhadores do comércio. Formou-se, ali, um grande conjunto urbano, uniforme, com as fachadas alinhadas na calçada com suas aberturas – porta e janela – em ritmo compassado, dispostas homogeneamente. No início do século, duas indústrias já estavam instaladas ali: a fábrica de cervejas de Romualdo Borgarelli (fundada em 1896) e a fábrica de fósforos de Gomes & Cia (fundada em 1912)⁹⁶. O Ribeirão foi adquirindo um caráter específico com suas casas modestas e com a instalação de indústrias, configurando até hoje, pelo menos aparentemente, um bairro industrial.

Entretanto, a partir de 1900 começava a se evidenciar uma crise de superprodução de café no Estado de São Paulo. Bernardino de Campos⁹⁷, o então presidente do Estado, em 1903, preconizava dias difíceis para os lavradores:

*A situação em que se acha o ramo mais importante da nossa agricultura, affectando profundamente a sociedade paulista e prejudicando os interesses geraes do paiz, determinou a actual convocação do Corpo Legislativo, de cuja esclarecida competencia solicitam-se providencias reparadoras. Na crise do café reflecte-se grandemente a influencia da sua própria riqueza. Mercadoria privilegiada por suas qualidades intrínsecas e pela limitação dos territórios apropriados à sua cultura, o café, por sua nobreza e opulência no commercio do mundo, legitimamente attrahiu a actividade de todos os que dispunham dos elementos naturaes para produzi-lo (...).*⁹⁸

⁹⁶ Ibid., p. 217 e 222

⁹⁷ **Bernardino José de Campos Júnior (1841-1915) exerceu duas vezes (1892-1896 e 1902-1904) o cargo de presidente do Estado de São Paulo.** Mineiro, nascido em Pouso Alegre, formou-se em Direito, em 1863, pela Faculdade do Largo de São Francisco. Foi jornalista, lutou pelo abolicionismo, foi o fundador do Partido Republicano Paulista, foi deputado provincial (1888/1889), chefe de polícia (1889/1890), deputado constituinte e deputado federal (1891/1892), presidindo a Câmara dos Deputados. Em 1892, iniciou seu primeiro mandato enfrentando a revolução dos federalistas. Entre o primeiro e o segundo governo de São Paulo foi Ministro da Fazenda (1896/1898) e Senador da República. No segundo mandato, iniciado em 1902, desenvolveu um novo plano de saneamento do porto de Santos; inaugurou o Museu do Ipiranga e melhorou o abastecimento de água na Capital; fundou a Escola Politécnica da USP, em 1893 (pela Lei Estadual Nº. 191), criando os cursos de engenharia civil, industrial, agrícola, entre outros. Prosseguiu sua carreira política como senador estadual entre 1903 e 1915. Apoiou a campanha civilista pró Rui Barbosa para as eleições à Presidência da República. Recebeu o título de General Honorário do Exército Brasileiro. Faleceu em São Paulo no ano de 1915. Bernardino tinha uma residência em Amparo, na Rua XV de Novembro.

⁹⁸ Mensagem enviada ao Congresso pelo presidente do Estado, Bernardino de Campos, em 05 de março de 1903. In: Boletim de Agricultura, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, nº.5, maio de 1903 apud LIMA, 1998, p. 288 e 39.

Convinha que os possuidores da enorme massa de capitaes, empregada exclusivamente nas plantações de café e nos custosos aparelhos do seu preparo, tratassem de lançar as vistas para horizontes mais longínquos, além dos contornos dos preciosos cafezaes, examinando a situação commercial do seu producto. (...).⁹⁹

Bernardino de Campos propunha aos possuidores de capitais que investissem em outras fontes de renda, com “vistas para horizontes mais longínquos”. Isso demonstra que, no início do século XX, os dirigentes do Estado já se preocupavam em diversificar a produção econômica paulista já que o declínio da monocultura era iminente. Nesse século, crises de superprodução do café ocorreram consecutivamente no Brasil muito em função de reduções bruscas do mercado consumidor europeu que vivia conflitos como a I e a II Guerra Mundial. Também, com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, a economia em outras partes do mundo foi afetada. Esse, entre outros acontecimentos, contribuiu ainda mais para a queda do preço do café e a redução de sua produção em Amparo e em outros pólos cafeeiros.

Diante dessa realidade, de 1900 até os anos de 1930, Amparo foi perdendo o ímpeto de crescimento econômico e urbano por razões que abrangiam esferas de interesse e ação muito mais amplas do que aquela cidade tivesse condições de impedir.

Conforme Roberto P. T. Lima, com o declínio da cafeicultura - de 933.333 arrobas em 1886, para 690.580 arrobas em 1920, e para 348.867 arrobas em 1935 - a população em Amparo diminuiu porque, nesse período, muitos amparenses viram-se forçados a deixar a cidade (e o trabalho no campo) para buscar ocupação em outras cidades providas de atividades comerciais e serviços diversificados. A população do município, que crescera de 17.325 habitantes, em 1886, para 34.192 habitantes, em 1900, e para 47.713 habitantes, em 1920, no ano de 1934 diminuía para 39.962 indivíduos. Ainda segundo o autor, entre os anos de 1934 e 1940, uma boa parte da população que deixou o meio rural, não se mudou para a cidade de Amparo, pois, de 6.225 pessoas que deixaram a lavoura em terras amparenses só 1.502 pessoas se estabeleceram na cidade.¹⁰⁰

Portanto, a partir dos anos de 1934, muitas pessoas saíram da região e da cidade de Amparo em busca de trabalho em outras partes já que a monocultura do café, na qual a economia amparense se baseava, estava em crise. Em consequência, nos vinte e cinco anos que se passaram, entre 1909 e 1934, a trama urbana de Amparo não sofreu transformações significativas - o desenvolvimento da cidade estagnou - e, talvez, esse seja o primeiro

⁹⁹ LIMA, op. cit., p. 332.

¹⁰⁰ Ibid., p.286-288.

motivo (dos que vieram em seguida relacionados à preservação do patrimônio histórico) que explicam o porquê de hoje o Município ter seu conjunto urbano do século XIX (o Centro) bastante conservado. (Imagem 25)

Em 1909, em vista da crise da cafeicultura, e, a fim de se diversificar a produção agrícola e as atividades econômicas em Amparo, intensificou-se o interesse em se criar uma *Fazenda Modelo para Campo de Experiências*:

*1909 – “Acha-se desde hontem entre nós o distinto agrônomo paulista dr. Emílio Castello, que vem commissionado a este município com o fim de escolher o melhor local para a fundação de uma fazenda modelo regional. É de difícil intuição a utilidade que provem ao nosso município com a criação de tão importante estabelecimento que virá impulsionar a nossa lavoura, abrindo novos horizontes”.*¹⁰¹

A Fazenda Modelo prometia impulsionar e diversificar a produção agrícola e a pecuária em Amparo. Em 1914, a Fazenda já estava em funcionamento e tinha um posto zootécnico com reprodutores importados do estrangeiro e provia os fazendeiros do município de conhecimentos práticos para o preparo do solo por meio de mecanismos aperfeiçoados, seleção de sementes, experiências em cultura de plantas, combate de diversas pragas, preparo de aradores, fornecimento de sementes selecionadas, entre outros.¹⁰² Nesse contexto, alguma nova arquitetura era erguida em Amparo como a *Ponte do Modelo*, construída em 1911, a segunda ponte construída em concreto armado no Brasil e instalada na Fazenda Modelo.¹⁰³ Em 1924, entretanto, o Governo do Estado transferiu à Câmara Municipal de Amparo a propriedade da Fazenda que foi, então, desativada, retalhada e vendida a particulares.

Além da Fazenda Modelo, havia o interesse em construir um Liceu de Artes e Ofícios, o que demonstra a vontade de incrementar os setores de prestação de serviços, manufaturados e industrial na cidade.¹⁰⁴ Entre 1910 e 1912, deu-se a efetivação do projeto

¹⁰¹ Ibid, p.332. Sobre a criação da Fazenda Modelo, temos o seguinte relato que aponta Pádua Salles como um dos envolvidos nessa realização: “O Diário”, Amparo, 10 nov. 1909: “Achando-se na capital o Cel. João Bellarmino Ferreira de Camargo e, em palestra com exmo. Sr. Dr. Pádua Salles, novo secretário da agricultura, este manifestou-lhe grande desejo de criar nesta cidade uma fazenda modelo para campo de experiências, tendo anexo um posto zootécnico. (...)”.

¹⁰² GODOI, Jorge Pires de. *Almanach do Amparo para 1914*, p. 637.

¹⁰³ LIMA, op. cit., p. 293.

¹⁰⁴ “O Diário”, Amparo, 1º. De novembro de 1909: *Acha-se desde ante-hontem entre nós o distinto agrônomo paulista Dr. Emilio Castello, que vem commissionado a este município com o fim de escolher o melhor local para a fundação de uma fazenda modelo regional. É de fácil intuição a utilidade que provem ao nosso município com a criação de tão*

e a construção do conjunto do Liceu: a Casa do Administrador, o Estábulo-paiol, o Alojamento para muares e a implantação de viveiros para mudas, pomares, entre outros. O projeto para o edifício foi feito por Aquilles Nacarato e Carlos Rosencrants. Suas fundações mereceram matéria especializada no nº.46 da *Revista Polytechnica*, de outubro de 1913, devido ao pioneirismo no uso deste tipo de técnica:

*“Plancher’ em concreto armado da Escola de Artífices da cidade de Amparo – Exposição feita para mostrar o modo pratico do uso das fórmulas – O plancher que actualmente se está construindo é uma das bellas applicações do concreto armado; saptisfaz esta construcção à todas as exigências technicas, e ainda mais, a economia resultante veio demonstrar que mesmo entre nós, onde os dois principaes elementos componentes do concreto armado são ainda de elevado preço, o typo de construcção escolhida resolve com vantagem o problema.”*¹⁰⁵

Em 1913, já funcionavam no Liceu os cursos de desenho, matemática, eletricidade, carpintaria e selaria e, em 1916, os cursos de mecânica, marcenaria, correaria e pintura haviam sido introduzidos. Assim, o Liceu passou a formar profissionais que tiveram atuação nessas diversas áreas. Portanto, vemos que houve uma clara tentativa de diversificar a economia amparense, no início do século XX, até então baseada na cafeicultura em vista da grave crise que essa produção vislumbrava. Com a Fazenda Modelo procuravam-se novas alternativas para a agricultura com uma proposta visando à diversificação dos produtos cultivados ao passo que com o Liceu de Artes e Ofícios buscou-se formar uma mão-de-obra técnica e especializada para os trabalhos da indústria, da manufatura e da prestação de serviços. Conforme Lima, esses foram projetos modernizadores que, além de prenunciarem a crise de 1929, buscavam preparar a cidade para uma nova era. O resultado dessas medidas e estratégias foi que, em 1940, Amparo encontrava-se novamente em pleno desenvolvimento econômico, mas agora, baseado numa produção agricultura, pecuária e industrial diversificada.¹⁰⁶

importante estabelecimento que virá impulsionar a nossa lavoura, abrindo novos horizontes. A fazenda modelo constará de grandes campos de experiências agrícolas e de um importante posto zoothechnico. Sabemos que o exmo. Sr. Dr. Pádua Salles pretende annexar à fazenda Modelo um Lyceu de Artes e Mechanica. Sabemos que fugindo dos moldes antigos e tendo em vista tudo que foi iminentemente pratico e moderno, pretende o Dr. Pádua Salles fundar aqui um estabelecimento da maior utilidade para a classe dos lavradores. In: LIMA, op. cit., p. 332.

¹⁰⁵ LIMA, op. cit., p. 297.

¹⁰⁶ Ibid., loc. cit.

Em função desse universo de eventos ocorridos desde o fim do século XIX, o **Largo da Estação** – depois chamado de Praça Pádua Salles - passou, consecutivamente, tanto por modificações formais quanto de uso. Os próprios nomes indicam isso: enquanto o primeiro denota uma área de circulação, de carregamento e descarregamento, de embarque e desembarque, o segundo pode ser entendido como um “ambiente de estar”, um espaço público para o encontro, o lazer, o descanso e a permanência. As transformações de usos deram-se em função de eventos como a desativação do ramal férreo da Cia. Mogiana, em 1967, e a execução de um projeto de requalificação dos espaços remanescentes no entorno da Estação, em 1979. Houve, portanto, um momento em que o Largo da Estação perdeu a sua função original e passou a exercer outras. Vejamos como isso aconteceu.

Como mencionado anteriormente, a primeira estação de Amparo fora inaugurada em 1875 quando um pequeno edifício foi erguido no mesmo local onde se encontra a atual Estação. A partir da inauguração deste edifício, rapidamente (em menos de um século) o espaço do entorno, que se localizava fora da cidade, urbanizou-se, tornou-se o Largo da Estação, ao redor do qual, progressivamente, novas construções e melhorias foram feitas.

Em 1895, o pequeno edifício foi substituído por uma construção mais imponente, construíram-se armazéns para as sacarias de café, oficinas de reparos dos trens e a Casa do Chefe da Estação. A Casa do Chefe era um edifício localizado perpendicular à Estação. Com a construção desses edifícios o Largo passou a se configurar num espaço mais delimitado. **(Imagens 17 e 22)** No Largo, foram instalados, progressivamente, novos elementos, esculturas e paisagismo, transformando o espaço, cada vez mais, num local de permanência, com bancos, árvores e chafariz. **(Imagens 22 e 23)**

Já, por volta de 1929, o Largo da Estação possuía o nome de Praça Pádua Salles. Esse nome se deve à pessoa de Antônio de Pádua Salles que fora advogado, legista, senador e presidente do Partido Republicano Paulista¹⁰⁷. Em 1938, o edifício da Estação ainda passou por uma reforma e, a partir daí, permaneceu com o mesmo aspecto até hoje. **(Imagens 27)**

¹⁰⁷ Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Antônio de Pádua Salles já trabalhava, por volta do ano de 1884. Desta Personalidade, hoje recebem o nome: a Escola Municipal Dr. Antônio de Pádua Salles, em Jaú, a Rua Senador Pádua Salles, no bairro do Pacaembu, em São Paulo e uma cidade no interior do estado. Em 1908, integrando o Congresso Legislativo, Pádua Salles decretou, junto aos colegas, a reforma da Constituição Política do Estado de São Paulo. Por volta de 1911, exerceu o cargo de Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado. Participou da concepção de decretos, como o n.º. 3.708, de 1919, que regulava a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Assinou, como presidente do Partido Republicano Paulista, junto a outras personalidades, a Ata da Aclamação e Posse de Pedro de Toledo no posto de Governador de São Paulo, em 1932, entre outros feitos.



Imagem 26 - A Estação ferroviária de Amparo após reforma de 1938.



Imagem 27 – Vista aérea da Praça Pádua Salles por volta de 1930



Imagem 28 – Planta da cidade de Amparo em 1929

Ocorrida a **desativação do ramal de Amparo**, em 1967, o espaço composto pela estação, pelo largo e pelo pátio de manobras permaneceu e a população, angustiada com os acontecimentos (**Imagem 29**) – estes que refletiam a decadência econômica daquela cidade que outrora se desenvolvera tanto - manifestou-se a favor da demolição do edifício da estação. Os manifestantes estavam *“indignados com a atitude da Companhia Mogiana que alegava que a renda do município era insuficiente para suportar um ramal ferroviário”*. Diziam as pessoas: *“... se foram os anéis, que levem também os dedos. Não devemos pleitear os prédios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro localizados neste município, como compensação pelo mal que se fez ao povo amparense”, e, “para esta troca vergonhosa é melhor que destruam tudo, para que fiquem nesses locais o vazio das cabeças daqueles que isto determinaram e daqueles que deixaram que isto se determinasse”*.¹⁰⁸



Imagem 29 – Decepção dos amparenses face à desativação do ramal férreo em 1967.

108 CASTRO, 1980, p.45 - 59

Para justificar a perda de função da estação ferroviária de Amparo e sua conseqüente desativação, em 1967, devemos ter em mente três datas relacionadas aos seguintes eventos: em 1875, época de grande produção de café, ocorreu a fundação da Estação de Amparo e iniciaram-se as atividades do ramal férreo da Cia Mogiana na cidade; desde o fim do século XIX até os anos de 1930, o café fora sofrendo crises consecutivas que afetaram o seu preço no mercado externo; e, em 1967, ocorreria a desativação do ramal férreo. O ramal de Amparo foi desativado porque funcionava muito em razão da produção cafeeira. Se essa produção reduzira, é bastante claro que o ramal passou a dar prejuízo à Cia. Mogiana e, não havendo outro produto de grande demanda que substituísse o café, o ramal teve que ser removido.

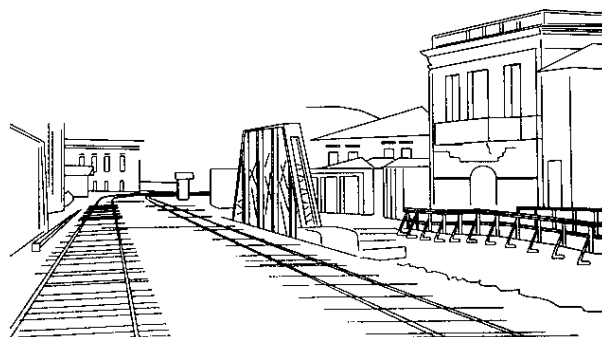
Há, ainda, outras razões para ele ter sido desativado: desde os anos de 1950, com a opção governamental pela expansão das rodovias, as ferrovias brasileiras passaram a ser sistematicamente destruídas, quer seja pela desativação, desmonte e sucateamento de linhas e ramais, quer seja pela sua não-modernização. Um dos marcos deste processo foi a estatização forçada, em 1961, da então economicamente saudável Companhia Paulista de Estradas de Ferro através de uma manobra por meio da qual o Governo do Estado apoderou-se de seu controle acionário. Logo em seguida, vieram as desativações de ramais, inicialmente, por aqueles mais periféricos.¹⁰⁹

Entretanto, findas as atividades da ferrovia, o edifício da Estação, a Casa do Chefe e os armazéns permaneceram erguidos. Com a estação destituída de seu uso original aquele amplo espaço composto pelo largo, pela estação e pelo pátio de manobras, tornou-se área remanescente de uma época e de uma atividade que já não existia mais. Assim, a partir dos anos de 1970, esses edifícios – a Estação, a Casa do Chefe e os armazéns - acabaram apropriados para outros usos e o traçado da área em torno à estação modificou-se, mantendo, contudo, resquícios da antiga configuração. Por exemplo, a Rua José de Araújo Cintra ocupou a área linear, outrora ocupado pela estrada de ferro que seguia em direção à Campinas. O mesmo ocorreu com as atuais ruas José Alves de Godoy e Ferruccio Guarizzo.

(Imagem 30)

¹⁰⁹ O instrumento decisivo para o desmonte da malha ferroviária paulista, contudo, viria surgir no princípio da década de 1970 com a criação da Fepasa. Concebida a partir de uma idéia administrativamente coerente - a unificação das cinco ferrovias estatais paulistas numa única Estrada – a Fepasa apresentou bons resultados em seus primeiros momentos, mas, o Governo do Estado, através de sucessivos governantes, passou a gerir essa empresa estatal Fepasa de modo desastroso. Em 1995, o governador do Estado, Mario Covas, decidiu oferecer a companhia como parte do pagamento de uma dívida do Banespa junto ao Governo Federal que a privatizaria logo que assumisse seu comando. Em 1998, a Fepasa, sob administração do Governo Federal, era uma divisão da RFFSA, a chamada Malha Paulista. Em 1999, a privatização da empresa se efetivou, sendo seu controle passado para as Ferrovias Bandeirantes S.A., a Ferroban. In: <http://www.ferrovias.org/fepasa.htm>.

Imagem 30 – Atuais ruas José Alves de Godoy e Ferrucio Guarizzo, ainda como leito da ferrovia que seguia em direção à Monte Alegre do Sul.



Em 1945, Amparo tornou-se Estância Hidromineral devido à qualidade das águas medicinais que se encontravam nas imediações da cidade. Desde então, a cidade passou a vislumbrar interesses econômicos, agora, provenientes do turismo. Contudo, só em 1979, a preocupação com o fomento a essa atividade se intensificara. Na entrevista do Prefeito Carlos Piffer à *Folha das Estâncias*, em abril do mesmo ano isso se torna claro: “... Apesar de Estância, o turismo só agora começa a se desenvolver em Amparo. (...) Além disso, estão sendo desenvolvidas na **Praça Pádua Salles** obras de reurbanização, com auxílio do Fumest, que transformarão o logradouro em um recanto de lazer, onde não só o povo amparense desfrutará de horas agradáveis, mas também o turista”. A praça passava, assim, a ter funções relacionadas ao lazer e ao turismo.¹¹⁰ Em função desse projeto, parte da Rua José de Araújo Cintra desapareceu, o edifício da Estação foi restaurado, assim como, os galpões de armazenagem de café, que passaram a abrigar exposições, ensaios de escola de samba e coral. As áreas outrora utilizadas para embarque e desembarque de cargas, foram transformadas em imensos jardins, arborizados, com playground e fontes luminosas. Porém, nesse mesmo ano de 1979, após algum tempo do estabelecimento das novas atividades nos galpões, eles foram demolidos. O edifício da Estação chegou a servir como sede do serviço de merenda escolar. Tivera vários usos, abrigara a rádio da cidade e a Secretaria de Cultura. Hoje, na Estação, funciona uma sala de cinema.

A Casa do Chefe foi restaurada em 1980, e hoje, abriga a Secretaria da Cultura e a Pinacoteca. Uma lanchonete foi construída, mas hoje, nela funciona o CITEC (Centro de

¹¹⁰ CASTRO, *ibid.*, p.60 – 65.

informações turísticas e culturais). Uma escola infantil vizinha poderia estar inserida dentro da Praça senão fossem seus muros altos. Um edifício, recentemente construído, localizado dentro dessa área abriga a Sede da Rádio de Amparo. Os espaços livres da Praça são ainda compostos por árvores frondosas; diversos bancos, pavimentação em mosaico português, concha acústica, vagas de estacionamento, duas bancas de jornal e monumentos (escultura e totem). O edifício da Estação e a Casa do Chefe ainda permanecem erguidos e são dois dos imóveis tombados pelo Condephaat.

Amparo mantém o título de Estância Hidromineral até hoje. Foi a primeira cidade a compor o *Circuito das Águas Paulistas* que, como já dissemos, compreende as Estâncias de Serra Negra, Socorro, Lindóia, Águas de Lindóia, Morungaba, Monte Alegre do Sul, Jaguariúna e Pedreira, localizadas todas na Serra da Mantiqueira (Estado de São Paulo). Jaguariúna e Pedreira integram o Circuito desde novembro de 2004 e apesar de não serem estâncias, possuem rios, cachoeiras e fontes de água mineral como a Santa Úrsula, em Jaguariúna. Rotas de tropeiros que buscavam ouro a caminho de Goiás e Minas Gerais, as oito cidades têm suas peculiaridades, mas também, semelhanças e interesses comuns e, por isso, suas prefeituras têm como objetivo divulgar o turismo na região e colaborar para o desenvolvimento econômico e social em conjunto. Os oito municípios são, hoje, centros de lazer com infra-estrutura hoteleira e de serviços. Além dos esportes de aventura no meio rural, o Circuito oferece um roteiro que visita a produção artesanal de queijos, vinhos, cachaças e água mineral, e, um roteiro histórico que percorre as muitas fazendas de café e as cidades que ainda preservam a arquitetura dos séculos XVIII e XIX. No *Circuito*, Amparo é a cidade que tem melhor preservada a sua configuração urbana histórica, com seus 558 prédios listados e 19 exemplares tombados em diversos estilos arquitetônicos.

Outro fato importante para explicar a Amparo atual são as obras de **retificação do rio Camanducaia** que ocorreram em função do problema das inundações frequentes na cidade. Para tanto, duas medidas foram tomadas: primeiro, a margem esquerda do rio (do lado do Centro) foi aterrado durante a gestão do prefeito Antonio Andretta, em 1964; depois, no mesmo ano, o rio começou a ser retificado com maquinário cedido pelo

DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) de Brasília, graças à iniciativa de uma comitiva da cidade que se organizou para pedir dragas (para a execução da obra) a Ranieri Mazzilli, que ocupava, temporariamente, a cadeira do presidente ausente Juscelino Kubitschek e era casado com uma amparense. As dragas foram cedidas e as obras no rio começaram em 1965. Em 1969, entretanto, ainda ocorreram inundações nas áreas urbanizadas marginais do rio e, por isso, as obras de canalização do rio continuaram e só terminaram em 1970.¹¹¹

A canalização do rio é um fato importante no desenvolvimento urbano de Amparo: até então, o rio Camanducaia impunha os locais e a forma de ocupação e de extensão urbana, mas, depois da canalização e do aterramento, a cidade pôde ocupar toda a extensão das suas margens ao longo das quais foram pavimentadas avenidas e edifícios foram construídos.

3.4. Desenvolvimento, questões urbanas e culturais na Amparo atual

Neste capítulo, apresentamos aspectos sobre o município de Amparo que o caracterizam na atualidade e que, no entanto, decorrem do processo da história. São eles: aspectos da população, do desenvolvimento econômico, do patrimônio histórico construído, dos eventos culturais e do atual Plano Diretor.

A genealogia da gente que formou a **população de Amparo** é composta por origens muito diversificadas: há desde bandeirantes pioneiros na região e negros africanos, até aventureiros, foragidos de guerras, pessoas tentando a sorte. Várias nacionalidades contribuíram para a formação do povo amparense, mas, pode-se dizer que foram seis as principais colônias que se instalaram na cidade em épocas e por motivos diferentes: italiana, africana, portuguesa, espanhola, japonesa e sírio-libanesa.¹¹² Também, alemães e franceses instalaram-se na cidade. As colônias de imigrantes deixaram suas marcas. Algumas materializaram-se em monumentos e prédios singulares: os sírio-libaneses

¹¹¹ Conforme informou-nos o Professor Gustavo Neves da Rocha Filho em entrevista realizada em março de 2006. Na época, o professor trabalhava em Amparo elaborando um projeto para a cidade: é de autoria dele o Plano Diretor de 1966.

¹¹² Segundo Julio Arthur Marques Nepomuceno, professor, jornalista e membro da Academia Amparense de Letras. In: Almanaque de Amparo – 170 anos. 1999.

deixaram o monumento “O Bandeirante”, na praça São Benedito; italianos deixaram sua marca no “coreto” do Largo da Matriz e no prédio da Sociedade de Mútua Assistência Italiana que hoje abriga a sede da Prefeitura; portugueses ergueram o edifício do “Grêmio Português de Beneficência”. A mão-de-obra negra está impressa nas paredes de prédios como o da Igreja do Rosário.

Conforme nos esclarece Lima (1998), tanto na sua conformação humana quanto física, a região de Amparo (do vale do Camandocaia), *é como um sistema onde tudo se mistura e se reestrutura numa unidade original*. O historiador se refere ao fato de que na Amparo do final do século XIX, a cultura vivenciada pela sociedade era bastante influenciada pelas tecnologias e os transportes mais modernos da época, pela engenharia e pelas tendências e estilos consagrados na Europa e importados pelo Brasil, aplicados às fachadas das construções e nos interiores, evidente nos utensílios domésticos e em diversos outros equipamentos. Quase tudo era importado em Amparo:

(...) mesmo os vegetais tidos como regionais eram, na verdade, (...) espécies autóctones há muito ali estabelecidas. Quase todas nasceram muito longe e foram trazidas pelo europeu como, por exemplo: a mangueira, a laranjeira, o limoeiro, a tangerineira, o pinheiro (a exceção do pinheiro do Paraná), o eucalipto e o café (originário da Ásia).¹¹³

Nesse universo, a sociedade amparense (do final do século XIX) era formada por muitos descendentes de italianos, abolicionistas, republicanos (como Bernardino de Campos), fazendeiros enriquecidos com a produção do café, que financiavam as melhorias urbanas, contratavam arquitetos e engenheiros de São Paulo e encomendavam obras a pintores como Benedito Calixto e Almeida Junior.

Hoje, em Amparo, é possível encontrar vários descendentes desses personagens do século XIX: netos daqueles que construíram a urbe que ainda percebemos na paisagem atual. Entretanto, a população amparense atual é bem variada, composta por pessoas vindas de outras cidades e Estados por causa da indústria e do mercado de trabalho que o Município oferece. As mais recentes levas de migrantes vieram de Minas Gerais, do Paraná e dos Estados do nordeste brasileiro. Dessa diversidade de origens e raças formou-se o povo de Amparo, cada qual com suas memórias, sua cultura e seus costumes.¹¹⁴

¹¹³ LIMA, Roberto Pastana Teixeira. In: <http://www.sitioduascachoeiras.com.br/amparo/home.html>

¹¹⁴ Almanaque Amparo 175 anos, Amparo, Prefeitura Municipal de Amparo, 2004, p.24, 25.

O Estado de São Paulo é considerado hoje o mais moderno e cosmopolita de todos os Estados brasileiros e o pólo de maior **desenvolvimento econômico** da América Latina. Geograficamente privilegiado, o Estado se destaca por sua variada gama de oportunidades: possui o mais amplo parque industrial do país e concentra cerca de 30% de todos os investimentos privados realizados em território nacional; sua indústria se apóia em sólida base tecnológica, gerando produtos com alto valor agregado, com destaque para os segmentos de tecnologia da informação e da informática, aeroespacial e automotivo; o setor agropecuário paulista é igualmente diversificado e exibe altos índices de produtividade, sendo, hoje, o segundo maior produtor mundial de cana-de-açúcar e de suco de laranja, e, o quarto maior produtor mundial de café.

Dentro dessa realidade, está atualmente Amparo, um município paulista que alcançou uma considerável expansão econômica a partir dos anos de 1970. Conforme dados de 2003 (do IBGE), as atividades econômicas no município de Amparo são diversificadas e abrangem a agricultura (café, tomate e milho), a pecuária (criação de bovinos, galinhas, produção de leite e ovos) e a indústria (têxteis, couros, peles e produtos similares, transformação de materiais não metálicos, feltros e algodão em pasta, cola para carpinteiro e madeira). Os estabelecimentos comerciais em Amparo são bastante diversificados, podendo-se encontrar de tudo na cidade. Há, entretanto, maior venda de gêneros alimentícios, louças, ferragens, fazendas entre outros.¹¹⁵ Os principais centros consumidores dos produtos amparenses são Santos, São Paulo e os municípios vizinhos. Mantém transações comerciais com Pedreira, Monte Alegre do Sul, Socorro, Serra Negra, Águas de Lindóia, Campinas e a capital, São Paulo.

No ano de 1940, Amparo contava 35.000 habitantes. Em 1950, essa população era de 26.965 habitantes, o que significa uma queda bruta no contingente que foi devida às crises da cafeicultura que abalaram a economia amparense. Em 1970, a população do município aumentou, novamente, para 31.000 habitantes. Em 2000, os amparenses contavam 60.414 habitantes, isto é, a população duplicou em relação ao ano de 1970. Atualmente (segundo dados de 2005), Amparo conta com 66.423 habitantes. Desses, 35% vive na zona rural, fato que evidencia a economia local, baseada na agricultura e na pecuária. Certamente, até o ano de 2010, a população do município deverá crescer mais. Vemos, portanto, que a providência de infra-estrutura adequada e qualidade de vida para

¹¹⁵ Ver, neste trabalho, o Anexo 2 “Quadro sobre o Município de Amparo” e o site do IBGE: www.ibge.org.br.

essa população futura são preocupações em Amparo, e, que os projetos para a cidade não podem se restringir à preservação do patrimônio histórico construído, mas, devem prever o crescimento do município.

Nos anos de 1980, grupos em defesa do **patrimônio histórico construído** da cidade buscavam o tombamento do conjunto urbano junto ao CONDEPHAAT. Em 1985, foi aberto o processo de tombamento para 23 imóveis ou conjuntos de imóveis. Desses, 15 foram tombados em 1987¹¹⁶. Vários edifícios de Amparo (entre tombados e não tombados) foram considerados “marcos referenciais com valor histórico” e foram classificados, cronologicamente, por tipologias no “Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo”, executado em 1982, pelo arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, para o CONDEPHAAT¹¹⁷.

Um representante muito ativo dessas reivindicações a favor da proteção do patrimônio construído de Amparo foi o chamado *Grupo do Museu*, um grupo de historiadores, arquitetos e interessados que, além dessa iniciativa, deram início à montagem do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos que hoje possui um grande número de objetos e peças de valor histórico e cultural da cidade. Grande parte desse acervo foi doada pela população da cidade. Entretanto, segundo Elza Helena C. C. Castro (2002), quando se trata da restrição decorrente do tombamento dos imóveis de valor histórico, alguns habitantes de Amparo têm mostrado, ainda hoje, descontentamento. Outros, por outro lado, têm sido bastante participativos no processo de manutenção da paisagem construída da cidade e, ao reformar as fachadas de suas residências, por exemplo, buscam auxílio de especialistas e se preocupam em reconstituir as características originais da arquitetura, mesmo que seu imóvel não esteja dentre os listados pelo CONDEPHAAT. Castro fala, ainda, que em fins da década de 1980, no Estado de São Paulo, não havia

¹¹⁶ O Centro Histórico de Amparo é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico de Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) segundo as Resoluções Nsº. 10/11.02.87 e 12/04.03.96.

¹¹⁷ Os imóveis eram classificados segundo suas tipologias: Casa térrea - de porta e janela, de meia morada, de morada inteira; casa térrea para comércio; casa de sobrado, com residência em cima; casa com porão - de porta e janela, de meia morada, de morada inteira; casa de sobrado, com porão; casa de sobrado com entrada lateral; casa isolada em meio a jardins; e casa construída depois de 1930. A aparente variedade de tipos de edifícios não esconde a uniformidade da maioria, com características urbanas do período colonial e imperial (até quase final do século XIX): casas sobre o alinhamento, paredes laterais sobre os limites do terreno, largura pequena dos lotes, de 2 a 5 braças (4,40 a 11,00 metros) - uniformidade que era, em parte, devida a padrões fixados em Cartas Régias e em posturas municipais. In: ROCHA FILHO, Gustavo Neves da - **Amparo: Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo**. São Paulo, CONDEPHAAT, 1982.

muitas cidades com bens tombados, cujo patrimônio fosse protegido nas mesmas condições de Amparo:¹¹⁸

As pessoas estavam acostumadas à preservação do “monumento”, do excepcional, embora desde a década de 70, já se ponderasse o estudo da preservação como condição essencial nos planos de desenvolvimento urbano e regional. No entanto, inexistia uma consciência da população quanto à importância da permanência nas cidades de bens que não fossem monumentais.

Naqueles anos, a adoção de uma política voltada para a preservação dos bens tombados em Amparo foi de difícil aceitação popular, já que tal medida dava a impressão de que se poderia incidir em estagnação econômica e urbana, colocando em risco o desenvolvimento que se fazia necessário. Realmente, afirma Castro, a atuação dos “preservacionistas” pode, às vezes, ser radical ou ineficaz, pois, suas práticas são relativamente recentes nos planos de desenvolvimento.¹¹⁹ A autora indica-nos, entretanto, uma medida eficiente a ser tomada em relação ao futuro da cidade de Amparo:

Para a garantia da permanência desse patrimônio cultural na cidade, é necessário que a questão da conservação do núcleo histórico seja incorporada aos seus planos de desenvolvimento, com políticas eficazes para sua implementação. (CASTRO, 2002, p.17)

As preocupações mais atuais em relação ao desenvolvimento urbano e à preservação do patrimônio histórico em Amparo giram em torno da necessidade de integração do núcleo histórico do município às áreas de expansão mais novas da cidade, processo que, segundo Castro (2002, p.13), deve buscar adaptar o conjunto construído às necessidades urbanas contemporâneas para garantir a permanência das características arquitetônicas do conjunto histórico dentro do tecido urbano atual. Como mencionamos, com a elaboração do Plano Diretor neste ano de 2006, essas medidas foram tomadas, conforme prevê o Estatuto das Cidades que, também, orienta que sua concepção seja feita juntamente ao trabalho de conscientização junto às comunidades locais sobre os valores históricos e culturais inerentes aos espaços da cidade. Faz-se necessário a educação sobre o patrimônio cultural para que as pessoas se sensibilizem com a questão da preservação dos imóveis e valorizem a sua cidade. Assim, contribui-se para o fortalecimento de um tipo de

¹¹⁸ CASTRO, 2002, p.14.

¹¹⁹ Ibid., p.16.

ação, cada vez mais difundido em nosso país, que é a participação comunitária nos processos de recuperação urbana e preservação do patrimônio cultural. Para tanto, as pessoas necessitam estar cientes dos valores culturais locais e do direito de usufruí-los. Essa segunda medida que apontamos tem bastante a ver com o presente trabalho, já que está-se falando de *educação patrimonial*, para a qual se torna imprescindível o conhecimento e a valorização da identidade e da memória da cidade.

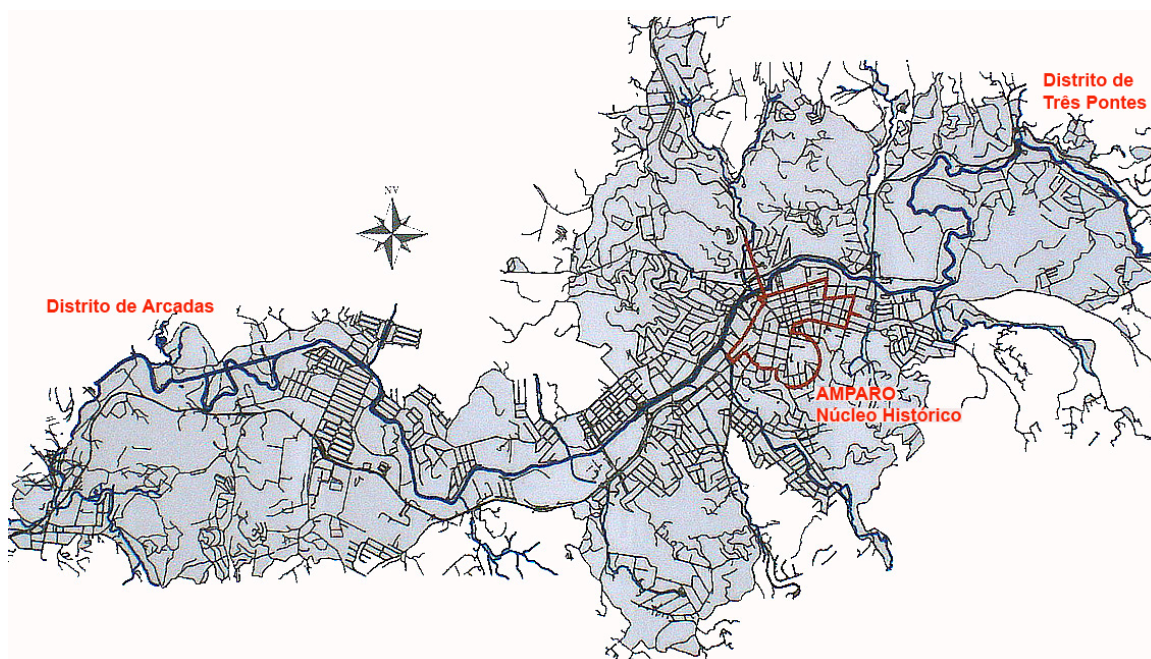


Imagem 31 – Planta atual (2006) do município de Amparo

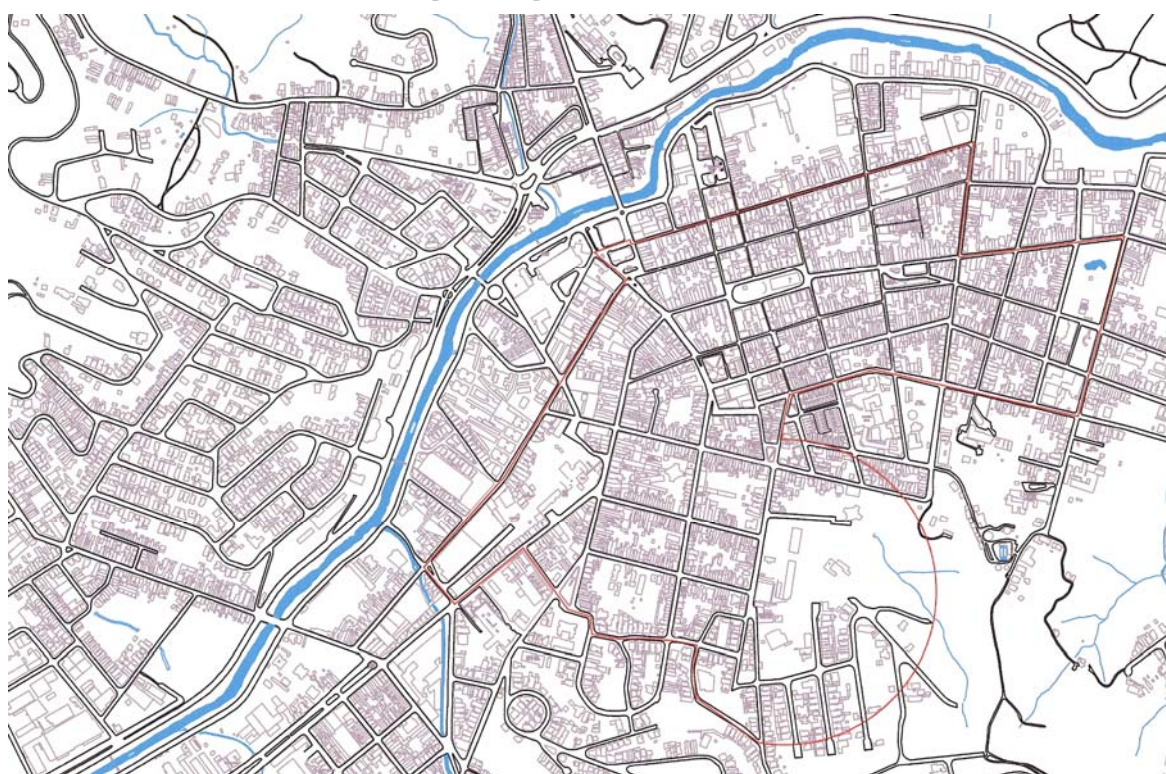


Imagem 32 – Perímetro do núcleo histórico tombado pelo CONDEPHAAT (em vermelho)

Em Amparo, atualmente, ocorrem diversos **eventos e festividades**. Dentre as atividades culturais na cidade, a mais famosa e que atrai mais turistas é o *Festival de Inverno* que dura o mês de julho inteiro e oferece diversas atividades como apresentações musicais, dança, teatro, cinema, oficinas educativas, recreação e lazer para crianças, e a feira de artesanato e quitutes. Além desse festival, acontecem, todos os anos, as folias de carnaval e desfiles de escolas de samba, o Aniversário da Cidade (em 08 de abril), a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Amparo (em 08 de setembro), a Feira de Artes, Artesanato e Quitutes (um evento permanente) e as festas de Fim de Ano (em dezembro). Essas são festas tradicionais e típicas da cidade e, em relação a elas, a administração pública tem tomado medidas, amparadas pela *Lei de Incentivo à Cultura*¹²⁰, que visam não só a promoção desses eventos para o usufruto da população local, mas também, para atrair o turista. Nesse sentido, a administração pública tem incentivado a promoção ao turismo em Amparo, não somente em função dos seus atrativos como *Estância Hidromineral* ou *cidade histórica*, mas também, em função do seu patrimônio cultural (imaterial) representado por todas essas festas - pelo seu famoso carnaval, pelo Festival de Inverno, dentre outros. É importante lembrar que muitos desses eventos acontecem nos espaços da Praça Pádua Salles conforme apontamos no *Quadro de eventos em Amparo* do Anexo deste trabalho.

Recentemente, em agosto de 2006, a Prefeitura Municipal de Amparo terminou a elaboração do seu novo¹²¹ **Plano Diretor** que seguiu instrumentos e ações preconizadas pelo *Estatuto da Cidade*, Lei Federal 10.275 de 2001.

O Estatuto da Cidade provém do *Movimento Nacional de Reforma Urbana* para o qual milhões de pessoas se mobilizaram a fim de incluir no texto da Constituição Federal de 1988 o *direito à cidade e a função social da propriedade*. Esse movimento teve início nos anos de 1990 e até o ano de 2001 ocorreram vários processos de negociação para a instituição desta lei com a participação de diversos atores sociais. No dia 10 de julho de 2001 a lei do Estatuto da Cidade foi sancionada pelo então Presidente da República,

¹²⁰ Lei Estadual de Incentivo à Cultura: Lei Complementar nº. 990, de 20 de fevereiro de 2006, que altera Lei Complementar nº. 686 de 1º. de outubro de 1992. Lei nº. 12.268 de 20 de fevereiro de 2006: institui o Programa Ação Cultural – PAC e dá providências correlatas.

¹²¹ O Plano Diretor anterior do município de Amparo foi elaborado em 1966 pelo arquiteto-urbanista Gustavo Neves da Rocha Filho. Sobre o Plano ler: ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Plano Diretor da Estância de Amparo. São Paulo, FAUUSP, 1966.

Fernando Henrique Cardoso, com um veto em relação ao instrumento de regularização fundiária da concessão especial de uso para fins de moradia. Apesar do veto, o Governo se comprometeu a enviar até a entrada em vigor da lei - dia 10 de outubro de 2001 - uma nova proposta para o Congresso Nacional, mediante a Medida Provisória 2220.¹²² O Estatuto regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.¹²³ O fato de ter levado mais de uma década para ser instituída não significa que seja uma lei antiga ou desatualizada, pelo contrário, o Estatuto da Cidade é uma lei inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, sociais e políticos de nossas cidades. Para caracterizar a função social da propriedade e a democratização da gestão urbana, previsto nesta lei, aos municípios¹²⁴ foram instituídos um prazo (outubro de 2006) e diretrizes para a elaboração e aprovação de seus Planos Diretores de forma participativa.

Conforme o estatuto, o **Plano Diretor** deve ser um instrumento de política urbana, utilizado pela maioria dos municípios brasileiros, que auxilia no seu desenvolvimento e crescimento de forma democrática. É por meio dele que são discutidas as diretrizes para promoção desse desenvolvimento, bem como a indicação das áreas que devem ser ocupadas e as que serão protegidas ambientalmente. Dessa maneira, o Plano Diretor indica as áreas a serem ocupadas de um município, sua forma de ocupação e as áreas sob proteção através da instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), do Direito de Superfície, da Regularização Fundiária, do Tombamento de Imóveis, do Imposto Territorial Urbano (IPTU) Progressivo, entre outras medidas. Assegura, ainda, espaços adequados para a provisão de novas moradias sociais que atendam à demanda da população de baixa renda, prevê condições atraentes para a atividade das micro e pequenas empresas e os meios de evitar a ocupação irregular e informal de áreas municipais. O Plano Diretor é denominado *participativo* porque deve ser elaborado em conjunto com a população, de maneira que as normas precisam ser cuidadosamente planejadas e discutidas com toda a comunidade: governo, iniciativa privada, sociedade organizada (associações de

¹²² Medida Provisória 2.220, de 4 de setembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

¹²³ Texto baseado em informações encontradas no site: <http://www.estatutodacidade.org.br/estatuto/>

¹²⁴ A elaboração do Plano Diretor é obrigatória para todos os municípios com mais de 20.000 habitantes, ou ainda para aqueles que integrem regiões metropolitanas ou pertencem a áreas de especial interesse turístico e, ainda, as inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional.

bairro, movimentos sociais, entidades de classe) e moradores em geral.¹²⁵ Esta é uma exigência legal determinada pelo Estatuto da Cidade, especificamente, de acordo com o Artigo 2º das suas Diretrizes Gerais onde consta o parágrafo II, que determina a *gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano*; e o parágrafo III, que determina a *cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social*.¹²⁶

Em outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Amparo deu início à elaboração do seu Plano Diretor promovendo oficinas e audiências para a sua discussão. Essas reuniões ocorreram em três etapas e contaram com a participação de diversos agentes sociais, entre representantes de conselhos municipais, vereadores, representantes de associações de moradores de bairro, de sindicatos, agentes comunitários e outras lideranças locais.

Na **primeira etapa** de reuniões, foram discutidos os conceitos e principais aspectos de um Plano Diretor e foi chamada de “A Amparo que temos”. Na **segunda etapa**, denominada “A Amparo que queremos”, ocorrida em julho de 2006, as reuniões voltaram-se para a discussão dos aspectos da história da ocupação no município e tiveram por finalidade informar e conhecer as necessidades das diferentes localidades do município, debater e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Nestes encontros foram expostos, pelos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, seis temas (Patrimônio Histórico, Meio Ambiente, Trânsito, Transporte e Acessibilidade, Ocupação do Território, Habitação e Desenvolvimento Econômico) que nortearam as propostas incluídas no Projeto de Lei. Também, foram eleitos representantes dos diversos segmentos da população e indicados os representantes do executivo municipal, estadual e federal que compuseram uma Comissão Consultiva com 60 membros que participaram da terceira etapa de reuniões denominada “A Amparo de todos”. Nesta **terceira etapa**, ocorrida em agosto de 2006, foram definidos a estrutura do Projeto de Lei, as políticas relacionadas ao território (Macrozoneamento, zoneamento, parcelamento do solo), o sistema de gestão e os instrumentos de aplicação do Plano Diretor. No fim desse processo, a minuta do Projeto de Lei foi apresentada em audiência pública e o texto final foi concluído e entregue à Câmara Municipal no fim de agosto de 2006.

¹²⁵ Texto baseado em informações contidas no site oficial da Prefeitura Municipal de Amparo: www.amparo.sp.gov.br

¹²⁶ O Estatuto da Cidade comentado está disponível no site da Caixa Econômica Federal entre outros sites do governo federal: www.caixa.gov.br, www.planalto.gov.br, www.senado.gov.br, www.polis.org.br.

Podemos concluir, através da análise das temáticas propostas nas discussões sobre o Plano Diretor (*A Amparo que temos, A Amparo que queremos e A Amparo de todos*), que o município tem a preocupação em preservar determinadas qualidades do cotidiano e a memória urbana, consolidados no ambiente construído, em vista das transformações urbanas que a cidade possa sofrer no futuro, e, que a cidade deve receber projetos, que considerem esses aspectos, e que visem à constituição de ambientes construídos em que a coletividade seja beneficiada como um todo. Dessa maneira entendemos, também, que as preocupações e o enfoque que damos em nossa pesquisa de mestrado estão bastante coerentes com a realidade que vem ocorrendo em Amparo: a preocupação em construir a memória da cidade e basear a identidade urbana neste processo, é clara nas oficinas realizadas, assim como, em nosso trabalho.

Na **Minuta da Lei do Plano Diretor** de Amparo consta, entre outras determinações, que: *são objetivos gerais da política territorial* (Capítulo I) *preservar as características do Município que o distinguem como Estância Hidromineral* (§1); *promover o desenvolvimento sustentável, a justa distribuição das riquezas e a equidade social no Município* (§2); *e elevar a qualidade de vida da população através do saneamento ambiental, da infra-estrutura urbana e de áreas verdes, bem como garantindo o oferecimento e o acesso amplo aos equipamentos de saúde, educação, esporte, lazer, cultura e aos serviços públicos em geral, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do Município* (§3); *garantir a acessibilidade universal, entendida como o acesso de todos a qualquer ponto do território, garantindo o atendimento às necessidades das pessoas portadoras de deficiência* (§11); *estimular parcerias entre os setores público e privado em projetos de urbanização e de transformação dos espaços públicos, atendendo às funções sociais do Município* (§12); *e elevar a qualidade ambiental, por meio da proteção e da recuperação dos meio-ambientes natural e construído* (§14); *contribuir para a construção e difusão da memória e identidade, por intermédio da proteção do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Paisagístico, Arqueológico e Documental de Amparo, utilizando-o como meio de desenvolvimento sustentável* (§15); *estimular parcerias com instituições de ensino e pesquisa visando a solução de problemas locais e regionais, bem como a formulação de soluções tecnológicas e ambientalmente adequadas às políticas públicas municipais* (§17); *estimular o planejamento regional, por intermédio da cooperação e*

articulação com os demais Municípios do Circuito das Águas Paulista, contribuindo para uma gestão integrada (§18).

Consta, também, que entre as *funções sociais do Município de Amparo* (Capítulo II- SEÇÃO I), está a garantia de *preservação da memória histórica, cultural e paisagística* cujas áreas de abrangência são definidas através das *Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPPH)* (§5). *As Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico são áreas às quais pertencem sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados, onde se deve zelar pela preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Paisagístico, para as quais se aplicam dispositivos especiais, nos termos da Lei 3.048, de 30 de novembro de 2004 (SEÇÃO III, Art. 22). E, são consideradas ZEPPH: o Centro Histórico do Distrito Sede (Art. 23). As intervenções urbanísticas nas ZEPPH devem zelar pela preservação do valor histórico destas áreas (Art. 23).*

A Política de preservação do PAC (Patrimônio Cultural) municipal deverá seguir os seguintes objetivos (Título V – DO PATRIMÔNIO CULTURAL - Art. 50) : (I) contribuir para a construção da cidadania cultural, garantindo a inclusão cultural da população de baixa renda no Município de Amparo; (II) valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do PAC; garantir usos compatíveis para as edificações que façam parte do Patrimônio Arquitetônico do Município (Art.51 - I) ; garantir a participação da comunidade na política de preservação do Patrimônio Histórico do Município . (Art. 51 - II)

O Plano de Preservação do PAC estabelecerá como ações, entre outras, a (Capítulo I - DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - Art. 52): implantação do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo (...) (I); ações de fiscalização com relação ao Patrimônio edificado tombado ou com interesse de preservação (VI) ; criação de programas especiais de educação patrimonial (VII); consolidação do potencial turístico da área central da cidade, de forma compatível com a preservação de seu Patrimônio Histórico (VIII); e incentivo à divulgação e inclusão destes imóveis de interesse no roteiro cultural e turístico no Município e região, de forma compatível com a preservação de seu Patrimônio Histórico (IX).

O Poder Executivo Municipal poderá promover Operações Urbanas Consorciadas, visando alcançar transformações urbanísticas e estruturais, bem como melhorias sociais e valorização ambiental da cidade (SEÇÃO VII - DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS - Art. 99). Para os fins desta Lei considera-se Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação e recursos de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados (Art.

100). E, por fim, *o Plano Diretor instituído pela Lei deverá ser revisto a cada dez anos através de processo participativo coordenado pelo Poder Público Municipal (...) (TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS - Art. 108).*¹²⁷

Entendemos que as determinações da Minuta da Lei destacados aqui dão referência, entre outras áreas do município, à **Praça Pádua Salles**, já que a preservação ou as transformações urbanas nesse local devem contemplar a maioria delas. Por exemplo, quando se pretende *eleva a qualidade de vida da população* através da melhoria *da infraestrutura urbana, da existência de áreas verdes, do acesso amplo aos equipamentos para o lazer e culturais* (§3) tem-se que integrar, ao conjunto desses espaços da cidade, a Praça, porque ela é hoje considerada um dos locais mais utilizados para o desenvolvimento dessas atividades.

Também, como mencionaremos detalhadamente mais adiante, a Praça deve receber *projetos de urbanização e de transformação dos espaços públicos* (§12), para atender melhor às funções como local de visitação turística, cartão-postal da cidade, além de espaço de lazer do cotidiano e dos eventos e festividades. E, para tanto, deve haver a organização de parcerias entre os setores público e privado para a efetivação dessas transformações. Um terceiro exemplo que poderíamos citar, a partir das determinações da Minuta da Lei destacadas, é que a Praça é um dos locais da cidade em que se deve pensar na permanência, ou *construção, da memória e da identidade urbana, por intermédio da proteção do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Paisagístico, Arqueológico e Documental de Amparo, utilizando-o como meio de desenvolvimento sustentável* (§15).

Assim, poderíamos ir interpretando as determinações da Minuta da lei especificamente em relação à Praça Pádua Salles e veríamos quão ampla seria essa abordagem, de maneira que, em nossos estudos, os significados e os aspectos que enfocamos, parecem bastante coerentes com a realidade atualmente faceada pelo município.

¹²⁷ Atualmente (agosto de 2006), qualquer pessoa tem acesso à *Minuta da Lei do Plano Diretor do Município de Amparo* através do site oficial da Prefeitura: www.amparo.sp.gov.br.

4. COTIDIANO

Em nossos estudos sobre identidade e memória urbana entendemos que tão importante quanto o reconhecimento do processo da história é conhecer em que condições se encontram hoje a cidade e a Praça Pádua Salles. Por isso, já no capítulo anterior, verificamos como está a economia, a sociedade, a cultura, o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida em Amparo atualmente e damos, agora, prosseguimento ao trabalho verificando os aspectos cotidianos da Praça.

4.1. Cotidiano

Poderíamos definir “cotidiano” como sendo o tempo e o espaço dos acontecimentos banais, corriqueiros, aparentemente sem importância que ocorrem no dia-a-dia na cidade. Essa esfera de acontecimentos, que engloba esse tempo (o dia-a-dia) e esse espaço (a cidade) vincula-se ao uso dos espaços públicos, dos locais de encontro em que circulam transeuntes, onde ocorre o comércio informal, as conversas, onde as pessoas se mostram e são vistas.

Baseamo-nos, nesse capítulo, no trabalho *Paradigmas do Cotidiano*, de João Carlos Tedesco, para explicar o termo “cotidiano” e sua abrangência. O autor coloca que, segundo Agnes Heller (1989), *não há uma realidade humana que não esteja, bem ou mal, imbricada e vinculada à realidade do concreto cotidiano ou que não esteja inserida numa cotidianidade*. Todos possuem uma vida cotidiana plena de contrariedades, ambigüidades, rotinas, ocupações, conflitos, *alguns a consideram como um subsistema, ligado a outros níveis mais globais, porém servindo de base para atividades consideradas superiores. É desse modo que a vida cotidiana torna-se um espaço por excelência de reprodução do indivíduo em concomitância à reprodução do complexo social*¹²⁸. É um espaço estratégico de usos e táticas, de desvios, de “tecnologias disseminadas” que, conforme Michel De Certeau, refere-se à arte de fazer, de falar, de silenciar, de registrar. E, conforme Henri Lefebvre, *é um misto de natureza e de cultura, de história e de vazio, de individual e social, de real e irreal, um lugar de transição e de encontro, de interferências e de conflitos, enfim, um nível de realidade*.¹²⁹

¹²⁸ TEDESCO, 2003, p.25.

¹²⁹ Ibid., p. 26.

Tedesco fala que tanto Heller quanto Lefebvre enquadram os movimentos sociais, as instituições como a família e a escola como “centros de poder”, ao passo que a subjetividade, a festa, o imaginário social, a cidade, o pequeno grupo, a prática política e a moralidade pública e individual, como “relações libertadoras”, *como pequenas conquistas, como rupturas de carências radicais, como atitudes promotoras da passagem da particularidade à individualidade e essa ao humano-genérico.*¹³⁰

A *cotidianidade*, portanto, tem uma relação estreita com as formas de organização e de existência da sociedade, mas também, a vida cotidiana é um produto histórico porque possui uma relação estreita com os movimentos, as rupturas e as continuidades que as sociedades e grupos assumem. Estudar o cotidiano é, conforme Tedesco, privilegiar a presença histórica, social e psicológica dos sujeitos; *sua ação está aí, orientada pelo ausente, por um universo simbólico que ordena o ontem e o amanhã, lembranças ou projetos contidos na evocação do passado ou na percepção do devir.* Assim, o estudo do cotidiano compromete-se com a análise do indivíduo histórico:

*um sujeito envolvido num complexo de relações presentes numa realidade histórica em virtude de suas significações culturais e não da necessidade de produzir identidades em massa ou coletivos presentistas e inorgânicos, parecido com o que hoje se convencionou chamar, paradoxalmente, de “pós-moderno global”, em que fluxos de mercadorias e identidades a elas agrupadas unificam consumidores e partilham identidades, homogeneizando-as globalmente. Um estudo crítico da vida cotidiana não se resume ao interesse das atividades padronizadas em conformidade com modelos que se apresentam na base de culturas de grupo, (...) Há diversidades e especificidades sociais e culturais que dificilmente se enquadram na estandardização, seja ela em nível micro, seja no âmbito da chamada “mundialização da cultura.”*¹³¹

Uma abordagem crítica do cotidiano implica, segundo o autor, ter a história como perspectiva. *O presente, por mais que alguns não acreditem, é um produto histórico em função do qual organizam-se o tempo e o espaço: o espaço que é apropriado através do seu uso diário, em uma rotina.* Segundo Balandier (1983):¹³²

¹³⁰ Ibid., p.163.

¹³¹ Ibid., p. 28-30.

¹³² BALANDIER, G. Essai d'identification du quotidien. Cahiers Internationaux de Sociologie, Paris, v. LXXIV, p. 5-12, 1983. apud TEDESCO, 2003, p.163.

o que caracteriza a temporalidade cotidiana é a repetição contra o acontecido (como fator de segurança contra os acasos), a ruptura contra a repetição (reavivar o cotidiano: as festas, as férias...) e o cotidiano contra o tempo, gerenciando-o, organizando-o para não tumultuar a rotina.

Nesse sentido, por mais que o cotidiano seja pleno de banalidade há significados inseridos nessa realidade. Afirma Tedesco que há graus diferenciados de banalidade assim como há fatos que delimitam, no cotidiano, espaços de resistências, de confronto entre atividades regulares e em relação à dimensão da sociedade global. No mundo atual, mesmo que as técnicas tenham dominado o cotidiano social, relações tradicionais permanecem; *continuidades estão presentes em meio a rupturas*, de maneira que a complexidade do cotidiano não se resume à simplificação imposta pela técnica, conseqüente da divisão do trabalho, do tempo, do espaço, das classes, do saber, do poder. Conforme o autor, o cotidiano preserva antigas realidades, representações e práticas sociais. Preserva relações diversificadas frente à *realidade pobre, programada e colonizada* da contemporaneidade, do mundo globalizado.

A globalização (o processo global) que norteia as relações capitalistas e de mercado são negadoras do sujeito: a sociedade contemporânea, já há tempos, induz a uma dependência sempre muito forte do indivíduo em relação ao sistema e a uma personalização crescente de atividades cada vez mais especializadas, ou seja, *os modos de vida se homogeneízam e os estilos de vida se particularizam; quanto maior a organização global das funções especializadas (divisão do trabalho), mais o sistema requer regularidades, produzindo, assim, rotinas e hábitos de vida cotidiana.*¹³³

Tanto Agnes Heller quanto Henri Lefebvre afirmam que no capitalismo a vida cotidiana foi colonizada, acirrando-se profundamente a alienação, o que não quer dizer que haja necessariamente uma correlação direta entre vida cotidiana e alienação, afirma Tedesco¹³⁴:

Mesmo que a vida cotidiana seja um terreno fértil para a alienação (estando alienada), não significa que a individualidade não possa se superar. O contrário disso seria afirmar que a realização do particular em relação ao gênero humano não seria possível no seio da esfera cotidiana. A alienação só é alienação em face de algo, ou, mais especificamente, em face dos elementos promotores da genericidade da humanidade – trabalho, linguagem, moral, arte, liberdade, consciência social (Duarte, 1993).

¹³³ TEDESCO, op. cit., p. 26-33.

¹³⁴ Ibid., p.159.

O capitalismo colonizou a vida cotidiana; *criou uma cotidianidade (conjunto de significações, de signos que significam as práticas cotidianas, sobretudo no âmbito do simbólico) sob o signo do consumo (consumo dirigido), modelado pelo fetiche da produção capitalista (publicidade, produtividade, burocratização etc.), racionalizando e quantificando valores, signos e formas de vida.* O cotidiano, sob a ideologia do insignificante e do banal, fornece a base que constitui o capitalismo em sistema de reprodução de relações sociais em meio à reprodução da força de trabalho e de outros meios de produção. *Essa reprodução, imbricada aos elementos da dinâmica produtivista, forma a ética tecnocrática que reduz a vida cotidiana a uma empresa, a instantes previamente definidos, a programação espacial-temporal, a mesmos gestos em torno dos mesmos objetos.*¹³⁵ (...) O cotidiano deixou de ser rico em subjetividade para se tornar objeto da organização social capitalista. Tedesco coloca, ainda, que a partir das micro-relações podemos apreender fatos sociais totalizantes, por exemplo, o *universo da mercantilização capitalista.* Podemos perceber, também, que *o vazio e a banalidade não são expressivos de insignificância,* mas de resistência, rupturas em relação às representações da tecnicidade, das segregações socioeconômicas, religiosas, espaciais, entre outras e da negação dos aspectos subjetivos da nossa existência. Isso é; uma análise crítica do cotidiano pode revelar limites e contradições da racionalidade tecnológica; *revelar riquezas e sutilezas não aparentes no seio da pobreza do cotidiano.*

O cotidiano é *lugar,* por excelência, para a análise social porque é aí que se constitui a sociabilidade, afirma Tedesco. Na dimensão do cotidiano, o espaço é um *locus* onde se despregam forças sociais antagônicas, lutas em jogo, regulação dos conflitos, apropriações e representações do espaço, segregações de classe e contradições do espaço. Fala o autor, também, que o cotidiano é constituído por uma teia de *significações insignificantes,* efemeridades, *pequenos nada*s e polissêmicas que constroem a força e a permanência da vida.

As minúsculas atitudes do cotidiano têm uma extraordinária capacidade de subversão e de poder de escapar aos processos de controle social. Há uma astúcia estrutural, uma sabedoria que compõe o cotidiano e que lhe dá estatuto de sabedoria social. O intercâmbio de sentimentos, as tagarelices sem consistência e o imoralismo ético possuem

¹³⁵ Ibid., p. 28-29.

*força de coesão; são orgânicos, resistem e, ao mesmo tempo, revelam a complexidade e a riqueza de cenário da vida cotidiana.*¹³⁶

Portanto, o estudo da cidade sob os aspectos do cotidiano, faz-nos perceber uma vida desenquadrada da estandardização, plena de diversidades, de especificidades, de espaços de resistências em que o presente mostra-se como um produto da história. Seguimos, agora, analisando nosso tema, a Praça Pádua Salles, em relação a esses aspectos.

4.2. Entrevistas com usuários da Praça Pádua Salles

Como mencionado, para esse trabalho foram feitas entrevistas com usuários da Praça Pádua Salles¹³⁷. O questionário das entrevistas foi elaborado de modo bastante informal e, por isso, tratou-se mais de uma conversa com as pessoas que ali estavam do que de um levantamento minucioso. Entretanto, acreditamos que essa pesquisa “in loco” serve-nos, aqui, para compreendermos as funções e os significados daquele espaço no cotidiano. Analisadas as entrevistas, concluímos os seguintes aspectos sobre a Praça:

Em dia de semana pessoas diversas vêm à Praça, acompanhadas ou não, principalmente, a partir das 12:00 horas, em razão do tempo livre para almoço que dispõem. Nessas circunstâncias, muitas dessas pessoas trabalham nas proximidades. Entretanto, há também, aposentados que vêm ao local caminhar ou descansar debaixo das sombras das árvores, pessoas que trazem crianças para brincar no playground e outras, ainda, que simplesmente atravessam a Praça para alcançar outros pontos nas proximidades como a Rua Treze de Maio ou a Rua Comendador Guimarães.

A maioria dos entrevistados disse que vem ao local freqüentemente, isto é, todos os dias. Consideraram que o que a Praça oferece de melhor são a música da Rádio, os espelhos d'água, as fontes, a sua posição central na cidade, as sombras, os bancos, os ambientes de descanso, o playground e os edifícios históricos. Por outro lado, o que é ruim na Praça são cachorros soltos, a falta de policiamento, a presença de alguns “vândalos” e baderneiros, a falta de banheiros apropriados, sujeira, o chão de areia e o barulho das festas. Com isso, podemos concluir que a Praça é bem quista por sua tranquilidade - como

¹³⁶ Ibid., p. 125-126 e 147.

¹³⁷ As entrevistas são apresentadas no Anexo - 5. Entrevistas com usuários da Praça Pádua Salles neste trabalho.

espaço público para o descanso, para os pequenos encontros diários e para o lazer de crianças pequenas.

Os entrevistados apontaram alguns aspectos de como a Praça poderia ficar ainda melhor: com a instalação de mais iluminação, um novo playground, piso cimentado em toda a área, bebedouros, policiamento e mais segurança, lanchonete, limpeza, novos equipamentos públicos, banheiros, e até, um redesenho que englobe toda a área.

Quando perguntamos *quais são os outros espaços públicos que utilizam na cidade*, mais da metade dos entrevistados respondeu *o Jardim Público*. Podemos supor que esse espaço é do gosto da maioria porque oferece qualidades, ambiente e utilidade semelhantes ao da Praça Pádua Salles. Isto é, em ambos os espaços, as pessoas podem descansar, usufruir de sombra, jardins, fontes e levar crianças pequenas para brincar. Ambos os espaços são para o lazer diário e tranquilo.

Como a maioria respondeu que vem à Praça freqüentemente, podemos supor que ela é utilizada durante a semana pela comunidade local. Nos fins de semana é diferente: podemos perceber que usufruem dela um público que mora em outros locais da cidade e em função, principalmente, da existência de um playground para as crianças. Portanto, podemos afirmar que durante a semana ela é um espaço de importância local, a passo que nos fins-de-semana, ela se torna um atrativo na esfera da cidade, e, por sediar muitas festividades e celebrações públicas, ela assume um papel de espaço cívico, de representatividade, dos monumentos e do orgulho da população.

4.3. Um dia na Praça

Buscamos, agora, descrever o que ocorre na Praça Pádua Salles na tarde de um dia qualquer. A visita e as fotos foram feitas em dois dias diferentes: um durante a semana e outro no fim-de-semana, em outubro de 2004. Narramos o que vimos e o que podemos perceber sobre os espaços e a maneira como são utilizados.



Foto 01 - Canteiros e árvores na praça

Os espaços da Praça compõem-se de canteiros, árvores, construções, brinquedos, esculturas, monumentos e áreas livres.

Nessa imagem, do lado esquerdo, temos a Avenida Bernardino de Campos, e do lado direito, canteiro, árvores e sombra. No fundo, aparece a Casa do Chefe da Estação, atual Secretaria da Cultura.



Foto 02 - Esculturas e monumentos

Aqui, há escultura, espelho d'água e a avenida.



Foto 03 - Monumentos e espaços cívicos

Estamos, de certa forma, no meio da praça onde há local para hasteamento de bandeiras e o Monumento aos Soldados.



Foto 04 - Recintos de conversa

Há, na praça, caminhos, “recintos” de descanso e de conversa, como este, na frente da Estação, atual sala de cinema.

No cotidiano, por conter bancos, os espaços da praça parecem “sala de estar” em que taxistas e vendedores ambulantes (que têm seus pontos de trabalho próximos) sentam-se e conversam.



Foto 05 - Recintos de descanso

Aqui, temos mãe e filha descansando num banco em local sombreado mais para “dentro” da praça que fica cercada de muros.

Na praça há caminhos: não é que eles tenham sido projetados e construídos. Foram feitos pelo uso freqüente das pessoas que atravessam a área, estão marcados no chão e mostram os trajetos rotineiros, cotidianos.



Foto 06 - “Caminhos” da praça

Esses caminhos são atalhos que podemos visualizar apesar da amplitude dos espaços.

São praticados por aqueles que querem chegar de um ponto a outro da vizinhança, lembrando do fato que a Praça se encontra em pleno “coração da cidade” onde há uma grande concentração de comércio, serviços e residências.



Foto 07 - “Caminhos” da praça

Vemos, aqui, a Estação da Cia Mogiana (atual Cinema) do lado de dentro da praça.



Foto 08 – Ciclista atravessando a praça

Bicicletas atravessam a Praça e o seu caminho se consolidou de tal forma que foi equipado de rampas e piso de cimento.



Foto 09 - Travessia no sentido transversal

As bicicletas são elementos que desagradam alguns usuários da Praça que afirmam que elas *podem machucar alguém que esteja distraído*. Mas, verdade é que testemunhamos muitos ciclistas descerem de suas bicicletas e, conduzindo-as com as mãos, atravessarem a Praça caminhando lentamente.



Foto 10 - Travessia no sentido transversal

São duas as direções de travessia da praça: na transversal, da Rua Comendador Guimarães à Avenida Bernardino de Campos; e longitudinalmente, da Rua Araújo Cintra à Rua José A. Godoy.



Foto 11 - Travessia no sentido longitudinal

Como os espaços são amplos e abertos as pessoas circulam em qualquer direção a fim de atingir os estabelecimentos de comércio e serviço ou as residências no entorno.



Foto 12 – Travessia no sentido longitudinal

Nos espaços da Praça dispersam-se as construções por entre canteiros e árvores frondosas. Tranqüilidade é o que o espaço mais oferece, provido de bancos, sombra e playground. Enquanto que, inseridas nessa amplitude espacial, as construções adquirem grande destaque na paisagem: o vazio impõe-lhes a presença.



**Foto 13 –
Edifícios na Rua Comend. Guimarães**

Envolta pelas ruas de comércio e serviços e por edifícios residenciais a Praça tem uma localização central e vida urbana intensa. Na Rua Comendador Guimarães há vários edifícios residenciais.



**Foto 14 –
Edifícios históricos em frente à Praça**

No entorno da Praça, na Rua Treze de Maio e na Avenida Bernardino de Campos, encontram-se ainda erguidos alguns edifícios antigos como o Hotel Berardo e sobrados residenciais.



**Foto 15 –
Edifícios históricos em frente à Praça**

Na Avenida Bernardino de Campos, a maioria das construções é ocupada por estabelecimentos de comércio e de serviços.



Foto 16 - Cinema na Rua Araújo Cintra

E na Rua Araújo Cintra (sem saída) há estacionamento e salas de cinema. A Rua José A. Godoy fica próxima ao comércio intenso da Rua Treze de Maio.



Foto 17 - Praça P. Salles esquina com Rua B. de Campos

Da esquina da Rua Treze de Maio quase não se enxerga os detalhes que configuram a praça: vê-se, somente, copas de árvores e muitas plantas



Foto 18 - Banca de jornal: ponto-de-encontro. Passagem da Rua Comendador Guimarães

Adentrando a Praça pela passagem mais estreita e entre muros que se inicia na Rua Comendador Guimarães, temos a surpresa de encontrar a vastidão dos espaços, o verde, os objetos e as construções.



Foto 19 – Passagem para a Praça pela Rua Comendador Guimarães



Foto 20 - Ponto-de-encontro: Monumento

Aqui, grupos de jovens elegeram seu ponto-de-encontro: o Monumento dos Soldados. Sentam-se ali, conversam e passam o tempo.



Foto 21 - Descanso após o almoço

Mas a Praça tem outros pontos, recintos de conversa: em frente às bancas de jornal, alguns senhores aposentados procuram pelo jornal do dia e aí ficam a prostrar. Debaxo das árvores, sentados nos bancos, todos os dias depois do almoço, encontramos colegas de trabalho conversando e esperando por mais alguém que está a chegar.



Foto 22 - Crianças no playground

Essa cena é mais comum nos fins-de-semana quando a praça tranqüila transforma-se em local animado, muito adequado às crianças pequenas.



Foto 23 - Crianças no playground

Velhos, solteiros, namorados, mães com crianças, famílias e grupos de jovens: dependendo da hora do dia e do dia da semana, eles aparecem e se põem a conversar, a brincar, a ler ou, simplesmente, a observar.



Foto 24 - Crianças no playground

Nos espaços eleitos como pontos-de-encontro, as pessoas passam suas horas de lazer, seja no playground, num banco sombreado ou nas bancas de jornal.



**Foto 25 –
Edifício Histórico na praça: a Estação**



**Foto 26 –
Edifício Histórico na praça: a Estação.**

Percebe-se que, dentre os edifícios da Praça, dois são antigos e de valor histórico: o Edifício da Estação e a Casa do Chefe.



**Foto 27 –
Edifício Histórico na praça: Casa do Chefe.**

Como mencionado, as construções da Praça estão dispostas de forma que os espaços livres as envolvem e o seu acesso se dá, diretamente, sem que haja intermediações ou barreiras.

Isso ocorre no caso do Cinema (edifício da Estação), da Rádio, do Citec (Centro de Informações Turísticas) e da Secretaria da Cultura e Pinacoteca (Casa do Chefe).



Foto 28 - O edifício do Citec

O edifício do Citec, situado bem no meio da Praça, tem seu entorno composto de espelhos d'água e áreas livres. Essas áreas ficam desocupadas porque, apesar do porte do edifício, o Citec exerce quase que unicamente a função de centro de informações turísticas. Ocasionalmente, em torno do Citec, ocorrem exposições e venda de livros.



**Foto 29 –
Maquete eletrônica do Edifício da Rádio**

Os outros edifícios interagem com o espaço livre que as envolve. Por exemplo, em frente ao edifício da Rádio há um palco onde as bandas da cidade podem se apresentar.



Foto 30 - Escola murada, vizinha da praça

Somente a escola primária (EMEI Gasparzinho) não interage livremente com os espaços públicos porque é cercada por um muro alto. O muro, desconectando a escola da Praça, impede que as crianças tenham qualquer contato com o mundo externo



Foto 31 - Vista de dentro da escola

As crianças perdem, portanto, a oportunidade de usufruir da praça, de seus espaços generosos, seus brinquedos, árvores e plantas. De certa forma, esse muro vem confirmar o fato de que a praça representa perigo, de algum modo, e em algum momento do dia.



Foto 32 - Espaço livre em frente à Pinacoteca e à Estação

A Pinacoteca e a Secretaria da Cultura (no mesmo edifício), juntamente com o Cinema, conformam um “L” que compreende um espaço retangular onde é montada a feira de artesanato nos fins-de-semana.



**Foto 33 –
Tenda de artesanato durante a semana**

Durante a semana, predomina na Praça um astral de calma e descontração, aspecto do ambiente muito prezado pelos usuários, que, segundo nossas entrevistas, mostram-se incomodados com maiores alvoroços a sua volta.



**Foto 34 –
Feira de artesanato no fim-de-semana**



**Foto 35 –
Feira de artesanato no fim-de-semana**

O clima de festa fica por conta dos fins-de-semana, quando as famílias vêm, com suas crianças, ao playground, à feira de artesanato ou assistir a apresentações musicais de bandas da cidade.



Foto 36 - Espelhos d'água na praça

Os espelhos d'água ocupam uma grande área, tendo entre seus lagos, um desnível de aproximadamente dois metros. Num deles há um monumento.



Foto 37 - Espelhos d'água na praça

O restaurante que existia no edifício do Citec parece não fazer falta à comunidade porque refrescos, sorvete, algodão-doce e pipoca podem ser comprados de um vendedor ambulante, que, com seu carrinho, circula oferecendo os produtos. Um trailer funciona como lanchonete e se localiza na extremidade da Praça, próximo às vagas de estacionamento.



Foto 38 –

Lanchonete improvisada em um trailer

A Praça tem todo esse universo de coisas e relações, mas, poderia ter ainda mais, porque o olhar de um arquiteto vê melhorias e soluções ainda mais atraentes e eficientes. Mas os usuários parecem se contentar com as qualidades da Praça, embora há quem reclame dos seus brinquedos velhos, da insegurança e da presença de vândalos que a tornam perigosa à noite.



Foto 39 - Vendedor de pipoca e algodão-doce

Assim como a cidade de Amparo, a praça é um espaço querido por todos, provavelmente porque proporciona diversas atividades como a leitura de um livro, o brincar e o descansar debaixo das árvores frondosas nas tardes quentes.

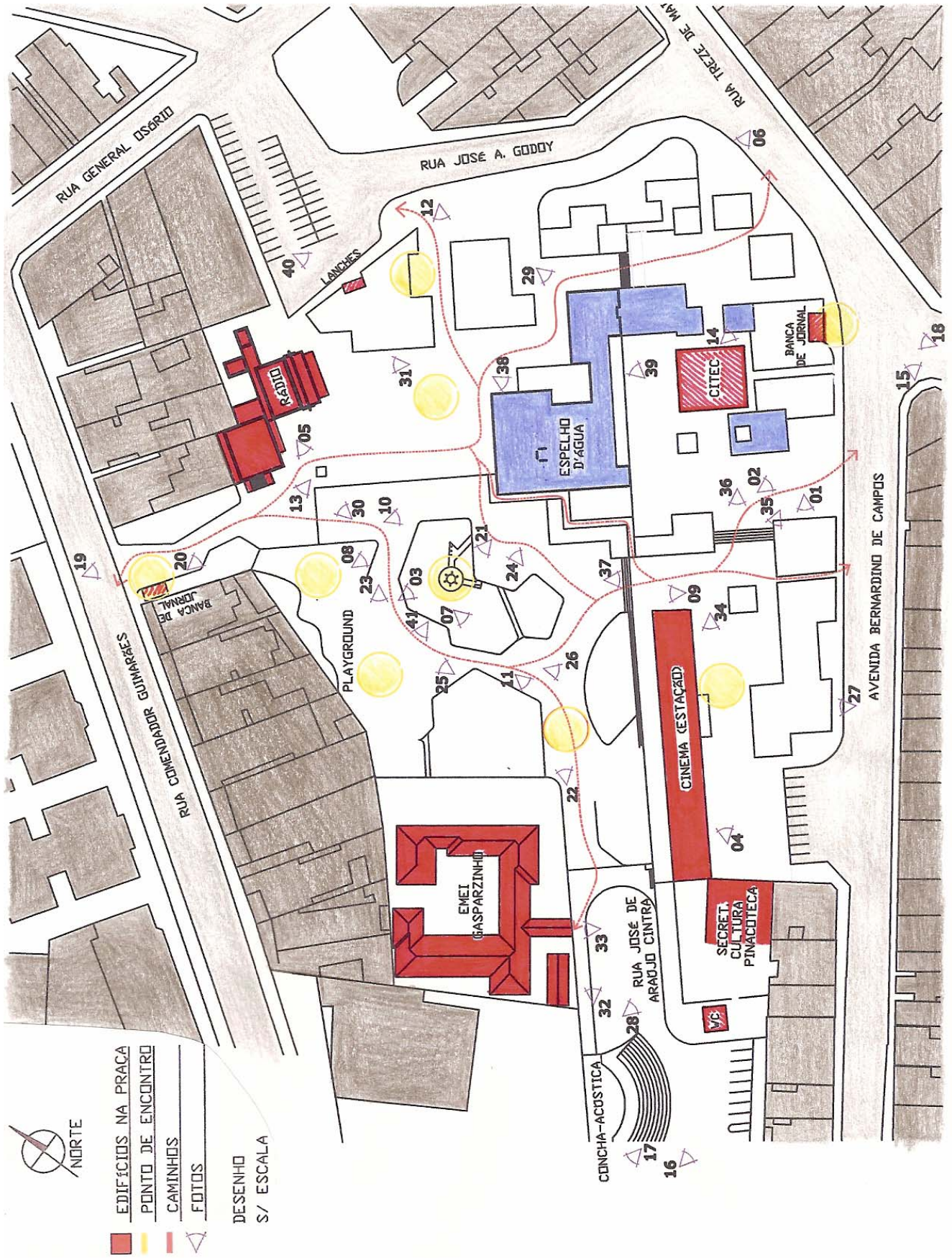


Imagem 33 – Planta atual da Praça Pádua Salles com localização das fotos, circulação e permanência.

4.4. Praça Pádua Salles: O “coração da cidade”

Em nossos estudos, o termo “coração da cidade” foi se tornando cada vez mais sugestivo e apropriado para designarmos o significado da Praça Pádua Salles em relação à cidade de Amparo. Entendemos que a Praça é o coração da cidade porque ela possui os atrativos para o convívio e o lazer diário da população, serve como espaço cívico e para as festividades e consiste num espaço provido de história e memória tendo, ainda, dois edifícios antigos – a Estação e a Casa do Chefe – e um entorno com um notável conjunto edificado composto por hotéis, restaurantes, lojas e oficinas. Essa área mantém, ainda, relevantes aspectos da paisagem e da configuração urbana da Amparo do século XIX e início do XX, tempo em que na Praça funcionava a Estação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.



Imagem 34 – Casario no entorno da Praça Pádua Salles

Atentemos, contudo, para o seguinte aspecto: denominamos a Praça Pádua Salles “coração da cidade”, mas na verdade, ela está inserida no Núcleo Histórico que, entendemos, também poderia ser chamado de “coração” ou, pelo menos, o eixo em que se encontram a Praça Pádua Salles, a Praça do Mercado (Praça Dr. Araújo), a Praça da Matriz (Praça Monsenhor João Baptista Lisboa), o Largo do Rosário e o Jardim Público (Parque Alonso Ferreira de Camargo), poderia, igualmente, ser considerado o local mais pulsante da cidade por tudo que oferece: comércio, serviços, habitação, centralidade, locais para encontro, para eventos civis, religiosos, edifícios históricos, monumentos, etc. Entretanto, acreditamos que dizer que a Praça Pádua Salles é “o coração” não soa de todo mal, já que é dos espaços mais representativos e simbólicos da cidade.



Imagem 35 – Praça Pádua Salles no fim do século XIX

Diante dessas colocações, sentimos a necessidade de explicar o que seria um “coração da cidade”, por isso, seguimos dissertando sobre o termo.

“Coração da cidade” ou “core” foi um conceito introduzido no debate do urbanismo com o VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em Hoddesdon, Inglaterra, em 1951¹³⁸. O *Coração da Cidade* foi o tema desse congresso em que se propunha uma revisão das idéias expostas no manifesto “Nine points on monumentality” de 1943, assinado por Josep Lluís Sert, Fernand Léger e Sigfried Giedion.¹³⁹ Os três - Sert, Léger e Giedion - entraram no debate com esse manifesto que vislumbrava um novo quadro para as intervenções arquitetônicas segundo uma estética urbana e regional baseada no novo monumento enquanto "expressão das mais altas aspirações culturais do homem" que “representam o espírito ou o sentimento coletivo dos tempos modernos”.¹⁴⁰ Esse tema representava uma expansão consciente das quatro funções urbanas básicas que foram elaboradas na Carta de Atenas: *habitação, trabalho, recreação e circulação*. O manifesto dava, portanto, prosseguimento à evolução do movimento moderno, pois, enquanto a arquitetura (moderna) inicialmente teve que se voltar para os

¹³⁸ Sobre os CIAM: foram realizados 10 congressos que Kenneth Frampton (1997, p.327-329) separa em três etapas de desenvolvimento: a primeira (1928-1933) compreendeu a declaração de La Sarraz em 1928, o CIAM II em Frankfurt em 1929, e o CIAM III em Bruxelas em 1930. O segundo estágio (1933-1947) compreendeu o CIAM IV em Atenas em 1933, quando houve a elaboração da Carta de Atenas, o CIAM V em Paris em 1937. O terceiro (1947-1953) compreendeu o CIAM VI em Brigwater (Inglaterra) em 1947, o CIAM VII, o CIAM VIII em Hoddesdon em 1951 e o CIAM IX em Aix-en-Provence em 1953. No CIAM X em Dubrovnik em 1956, ocorre a extinção dos encontros e a sucessão do grupo chamado de TEAM X, formado por arquitetos dissidentes da ideologia anterior.

¹³⁹ Os “Nove Pontos da Monumentalidade” afirmavam que: (1) Monumentos são marcos criados pela humanidade como símbolos dos seus ideais, anseios e como suporte das suas ações. Eles sobrevivem ao período em que foram criados e constituem uma herança para futuras gerações, por isso, eles fazem uma ligação entre passado e futuro. (2) Monumentos são a expressão dos anseios culturais mais relevantes do homem. (3) Monumentos provêm de períodos em que existem consciência e cultura unificadas. (4) Eles representam o espírito ou o sentimento coletivo dos tempos modernos. (5) Hoje, arquitetos modernos sabem que edifícios não podem ser concebidos como unidades isoladas e que eles devem estar incorporados no vasto esquema urbano e, por isso, não há realmente fronteiras entre arquitetura e desenho urbano, da mesma forma como não há fronteiras entre cidade e região. (6) Mudanças do período pós-guerra, em toda a estrutura econômica, poderiam introduzir-nos à organização da vida comunitária na cidade. (7) As pessoas querem que o edifício represente sua vida social e comunitária e que seja mais do que simplesmente funcional. Elas querem atendidas suas aspirações pela monumentalidade, prazer, orgulho, e satisfação. Um monumento sendo a integração do trabalho do urbanista, arquiteto, pintor, escultor e paisagista demanda colaboração íntima entre eles. (8) locais para a colocação de monumentos devem ser planejados. (9) Materiais modernos e novas técnicas devem ser utilizados. In: OCKMAN, 1993, p.29-30.

¹⁴⁰ OCKMAN, 1993, p.27 e 29.

problemas mais imediatos da habitação e do urbanismo, no período pós-guerra o seu novo papel passou a ser a reorganização da vida comunitária através do planeamento e do desenho dos centros cívicos, dos conjuntos monumentais e da prática de atividades nos espaços públicos.

Assim, nos anos de 1940 a “nova monumentalidade” consistiu em um dos aspectos da arquitetura mais debatidos e fez aflorar as questões da representação simbólica, dos valores coletivos e da relação entre arquitetura moderna e objetos/espacos históricos. Ignasi de Solà-Morales (1995) nos dá uma noção de como o “coração da cidade” passou a ser compreendido a partir daqueles anos de 1940:

a discussão mais renovadora destes anos sobre o core das cidades como uma nova zona a considerar na organização das distintas funções urbanas significou estabelecer não só a necessidade de um centro pluriforme e de máximo alcance social para a cidade como, sobretudo, a caracterização dessa centralidade como coração, isto é, como o lugar físico no qual encontram assento os sentimentos humanos mais elevados e mais necessários para a plenitude de uma arquitetura em busca de um novo humanismo.

Segundo consta no prólogo do livro *Il Coure della Città? Per una vita piú umana delle comunitá*, Josep Lluís Sert expunha que o significado do “core” tinha a seguinte abrangência:

O coração da cidade trata dos problemas urbanísticos daqueles setores urbanos que são lugar de congregação de massas, centro de vida coletiva e, ao mesmo tempo, símbolos da cidade mesma, são também centros de reunião das artes, donde os principais monumentos se agrupam ao redor de praças públicas e passeios visitados por turistas, orgulho dos cidadãos, dão personalidade própria à cidade, que não se pode conceber sem eles. Representam nossa cultura com paisagens cívicas, onde o que é criado pelo homem, o artificial, predomina sobre o natural. Como disse Ortega e Gasset em seu ‘Rebelião das Massas’, estes espaços definem a urbe e a polis. A polis não é, primordialmente, um conjunto de casas habitáveis, senão um lugar de reunião civil, um espaço destinado às funções públicas. Isso foram o Ágora e o Fórum, as praças de armas das cidades da América Latina, os passeios públicos das cidades dos séculos XVIII e XIX. A dispersão urbana provocada pelos modernos meios de transporte, ao transformar nossas cidades, tende a suprimir os lugares de reunião, centros criados para pedestres, à escala do homem. Mas as casas suburbanas, com rádio e televisão, ainda que permitam comodidades até hoje desconhecidas, não tendem a reunir as pessoas, senão separá-las, e, a função principal das cidades é a de fomentar intercâmbios de idéias, expressadas

livremente em lugares de reunião abertos à cidadania em geral. A livre conversação desenvolvida e fomentada pelos centros urbanos é a base de nossa cultura; neles se flagram os grandes acontecimentos políticos, sociais, culturais, artísticos. Os CIAM acreditam que as cidades modernas, como as de ontem, devem ter um coração ou núcleo. O urbanismo humanista, preconizado pelos CIAM, acredita ser necessário o planejamento dos setores centrais de nossas cidades e o desenvolvimento de novos centros, pois a vida urbana de hoje precisa de lugares de reunião (valendo-se dos meios modernos) que correspondam à eterna necessidade de facilitar o intercâmbio de idéias em um marco urbanístico-arquitetônico, que possa competir em dignidade e beleza com os antigos corações das grandes cidades de outros tempos.

Sert enfatiza, aí, a importância dos lugares *de congregação de massas, centro de vida coletiva e de reunião das artes* que, ao mesmo tempo, representam a cidade, na sua grandeza e nas suas glórias e ao redor dos quais *os principais monumentos se agrupam*. Assim, supomos que a idéia de um coração remete à existência de *lugares de reunião*, espaços para a permanência e o convívio como são as praças e os passeios públicos, nos centros das cidades contemporâneas, *que possam competir em dignidade e beleza com os antigos corações das grandes cidades de outros tempos*. Aí fica claro, que os arquitetos dos CIAM passam a considerar em suas discussões sobre o urbanismo, e mesmo tomar como exemplo, a forma e a função das cidades antigas.

Entretanto, sabemos que o “coração” não é um aspecto das cidades que surgiu com os CIAM, já que toda cidade antiga – clássica, medieval ou renascentista, sem considerar as cidades do Oriente - tinha um centro com as características expressas por Sert: com as funções religiosas, simbólicas, comerciais e para as cerimônias, as festas e os jogos. Pode ser que nos anos de 1950 arquitetos e urbanistas da Europa se voltassem para a questão dos centros cívicos, mas a idéia de um “coração” é inerente à idéia de cidade: se pararmos para pensar na idéia original de cidade, nas suas funções tradicionais, o porquê da sua existência, vemos que essa preocupação com o “core” surgiu a partir do momento em que a urbe passa a não tê-lo mais, ou pelo menos, a presença de um centro cívico deixa de ser um aspecto urbano relevante. E isso aconteceu, precisamente, com o advento dos tempos modernos, da indústria, dos transportes e das máquinas que facilitaram a circulação e exigiram a abertura das vias e, dentro das cidades, das avenidas. Nesse sentido, quem se preocupava com o “core”, já no século XIX, foi Camillo Sitte.

No livro *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen* (O planejamento urbano segundo seus princípios artísticos), lançado em 1889 em Viena, Sitte analisava o

caráter, tanto urbano quanto artístico, de cidades antigas da Europa que mantiveram sua conformação desde a época pré-industrial. Da disposição irregular das praças e ruas, dos edifícios e monumentos dessas cidades, o autor extraiu uma série de claros princípios com os quais procedeu a crítica às realizações dos planejadores urbanos de seu tempo. Pôs em manifesto o estereotipado caráter de muitos conceitos que estavam sendo utilizados, tanto na modernização, quanto no projeto de novos distritos urbanos. Sitte expôs, também, diversas sugestões a respeito de como se poderia reintegrar a arte ao planejamento urbano apontando como mais importante exemplo (e objeto de suas críticas) o que estava ocorrendo em Viena: a execução da Ringstrasse.¹⁴¹

A Ringstrasse era objeto de críticas contundentes de Camillo Sitte que as dirigia, de modo geral, contra “os técnicos e os especialistas” que construía as cidades. Opunha-se à tendência, iniciada no século XIX, do planejamento racional das cidades que, geralmente, as provia de espaços amplos, vazios e isoladores dos edifícios, de largas vias de circulação, de traçados urbanos ortogonais, retilíneos e das “maçãs” - blocos de construções diretamente colocados nessa malha urbana sem espaços intermediários entre eles e as vias de circulação¹⁴². O problema que ele via era de como conceber o projeto urbano na sua totalidade para que a cidade fosse psicológica e fisiologicamente adequada às necessidades das posteriores gerações de cidadãos que residiriam nela, especificamente, avaliando a qualidade de seus espaços abertos e passeios públicos.¹⁴³

Sitte defendia a manutenção dos “corações” - dos espaços aglutinadores de pessoas, das artes e das atividades urbanas. Em suas críticas, baseava-se na beleza das cidades que haviam sido herdadas do passado e as tomava como exemplo, não por causa de qualquer estilo de construção em particular, mas por sua essência artística, sua harmonia e suas proporções. Sugeriu que as cidades modernas deveriam preservar as dimensões dos espaços públicos condizentes com a sensação de bem-estar do pedestre, em que os monumentos e as obras de arte estivessem em localização privilegiada e compusessem um espaço aconchegante, numa escala adequada ao conforto humano, como costumavam ser as praças da Antiguidade clássica, da Idade Média e da Renascença. Em seu tempo Sitte escrevia:

¹⁴¹ Desde o instante em que ascenderam ao poder, em 1860, os liberais da Áustria começaram a dar nova forma à cidade de Viena. O ponto culminante desta reconstrução urbana foi a Ringstrasse: um vasto complexo de edifícios públicos e casas particulares enclavados em um largo cinturão de terreno que separava a velha cidade interior de seus subúrbios. In: SCHORSKE, 1981, pág 45.

¹⁴² Para termos uma idéia de que tipo de desenho urbano Sitte se referia, lembremos dos traçados da Paris de Haussmann e da Barcelona de Cerdá.

¹⁴³ COLLINS, 1980, p.66

A significação das praças abertas em meio à cidade (...) modificou-se essencialmente. Hoje, empregam-nas muito pouco para as grandes festas públicas e cada vez menos no uso diário, sendo com frequência seu fim único, procurar mais ar e luz, interromper a monotonia da massa de casas e, talvez, fazer ressaltar plenamente o efeito arquitetônico de algum edifício monumental, permitindo sua livre contemplação. Completamente oposto era no antigo; as praças principais de cada cidade eram então indispensáveis para sua cotidiana existência. Nelas desenvolviam-se a maior parte da vida pública, para a qual se utilizam atualmente recintos fechados. (...) O ágora das cidades gregas era o lugar das assembléias que se reuniam ao ar livre. A segunda praça em importância, o mercado, ainda se conserva ao descoberto, mas se recolhe, cada vez mais, em pavilhões fechados. (...) igualmente sucedia com todos os jogos, que as tragédias e demais obras dramáticas se representavam em teatros abertos. No sul da Europa e especialmente na Itália onde não somente se conservam em parte disposições urbanas da antiguidade, mas também, muitos costumes da vida pública, as praças principais das cidades permaneceram, até nossa época, fiéis à tradição do antigo foro. Uma parte importante da vida pública era-lhes peculiar e em consequência uma parte também de sua significação pública, assim como muitas relações naturais com os edifícios monumentais que as rodeiam. (...) Estas praças, primorosamente ornamentadas, ainda que na Idade Média e no Renascimento, eram a alegria das cidades: concentrou-se nelas o tráfego, celebraram-se festas públicas, solenidades e cerimônias de estado, promulgaram-se leis, etc.¹⁴⁴

Nada caracteriza melhor a preocupação de Sitte em fazer esse reparo do que sua comparação da cidade “aberta” de fins do século XIX, atravessada pelo tráfego, com a tranqüilidade do núcleo urbano medieval ou renascentista: *“Durante a Idade Média e o Renascimento, as praças públicas eram freqüentemente usadas para finalidades práticas... elas constituíam uma entidade com os edifícios que as rodeavam. Hoje servem no máximo de lugar para estacionar veículos e não têm nenhuma relação com os edifícios que as dominam... Em suma, falta atividade precisamente naqueles lugares em que, antigamente, elas eram mais intensas: perto das estruturas públicas”*.¹⁴⁵

Voltando às discussões arquitetônicas ocorridas no século XX, algumas correntes profissionais afirmaram que as idéias de Camillo Sitte eram ainda válidas e, em função disso, surgiram certas tendências que podemos chamar de “sittesca”, conforme George R. Collins (1980, p.120), que nos dá os seguintes exemplos: *alguns dos livros mais populares sobre desenho urbano estão ilustrados seguindo o costume iniciado por Sitte, Henrici e*

¹⁴⁴ COLLINS, 1980, p.160-171-172

¹⁴⁵ FRAMPTON, 1997, p. 18 e 19.

Brinckmann; as obras de renovação urbana em Filadélfia e outras cidades se descrevem e ilustram geralmente por seus realizadores em uns termos que são basicamente o Stadtbilder sittesco; o conjunto de edificações urbanas que formam as novas residências de Eero Saarinen para a Universidade de Yale é, em definitivo, o Bebauungsplan de Sitte; os centros de algumas das Novas Cidades inglesas têm suas praças e redes de calçadas projetadas de tal maneira que o próprio Sitte as teria aprovado. Todos esses são exemplos da influência das teorias de Camillo Sitte em tempos que o sucederam. Suas idéias têm relação direta com o conceito do coração da cidade, mais tarde desenvolvido pelos arquitetos do CIAM.



Imagem 36 – Praça Pádua Salles no início do século XX

É assim, pois, que compreendemos a Praça Pádua Salles, como coração da cidade, representativo, simbólico, afetivo, permanente e memorável... lugar de identidade.

5. CONCLUSÃO

5.1. Memória e identidade da Praça Pádua Salles

Afirmamos, enfim, que a Praça Pádua Salles tem a sua identidade fundamentada na memória da cidade de Amparo: memória essa que está presente e se concretiza nos espaços da Praça e no entorno urbano que a envolve. Essa relação entre identidade e memória justifica-se pelo reconhecimento do processo da história e dos aspectos do cotidiano que determinam que a Praça Pádua Salles é, realmente, um *lugar* e um *coração da cidade*.

A **história** da formação e das transformações ocorridas na Praça Pádua Salles está inserida num contexto mais amplo do que o da cidade de Amparo e coincide com a história do desenvolvimento econômico, urbano e dos transportes no Estado de São Paulo¹⁴⁶. Essa história é contada por fazendeiros do café, imigrantes europeus, engenheiros, sanitaristas e empreendedores da ferrovia, que viveram em tempos de grandes mudanças nas relações sociais, na economia e na política do Brasil do século XIX.¹⁴⁷ Essa fora a época em que núcleos urbanos surgiam ao longo das ferrovias e as cidades pré-existentes se transformavam em função do aumento das populações e das atividades urbanas como o comércio, os serviços e, mais tarde, a indústria. Nestas cidades, a arquitetura, antes de taipa, era substituída pela alvenaria ornamentada conforme o ecletismo, o neo-clássico ou ainda outro estilo europeu daquele século. Prevendo o crescimento das cidades, planos urbanos eram elaborados por engenheiros que as proviam de melhorias na sua infraestrutura, principalmente em relação às condições sanitárias, de higiene e iluminação. Este é o contexto em que Amparo, de um pequeno núcleo urbano transformara-se na cidade

¹⁴⁶ Em diversas cidades paulistas coincide o processo da história em que: o desenvolvimento econômico ocorreu pelas mesmas razões e de maneira semelhante, desde a prospecção do ouro e a agricultura de subsistência do século XVIII à grande lavoura cafeeira do século XIX; o desenvolvimento urbano, do pequeno povoado à cidade *Belle Époque*; e o desenvolvimento dos transportes, do caminho de tropeiros às ferrovias e, depois, às rodovias.

¹⁴⁷ Os imigrantes europeus foram, principalmente, italianos, alemães, franceses, espanhóis e portugueses vindos para trabalhar nas lavouras de café; os engenheiros e sanitaristas que trabalharam em Amparo foram, entre outros, Luis Pucci, Garcia Redondo e Victor Dubugras. Luis Pucci projetou o Plano de Amparo em 1878; Manoel Ferreira Garcia Redondo projetou o Teatro João Caetano, o Hospital Ana Cintra (ambos inaugurados em 1890) e melhoramentos urbanos em Amparo, como rede de água e esgoto. Garcia Redondo foi professor da primeira turma da Escola Politécnica de São Paulo (em 1894). Victor Dubugras fez o projeto o Grupo Escolar Luis Leite em Amparo, em 1896. (LIMA, 1998, p.236-247) Em Amparo, os empreendimentos ferroviários foram feitos pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro. As transformações sociais de que falamos são referentes ao fim da escravidão e a presença dos estrangeiros nas cidades, a mão-de-obra assalariada e detentora de novos conhecimentos técnicos; e as transformações na economia foram determinadas pela grande produção de café, e depois, seu declínio, e o surgimento da pequena indústria. Na política do Brasil do século XIX, as mudanças se deram em função da queda do Império e a Proclamação da República.

Béle Époque do final do século XIX e início do XX: a urbe cuja configuração subsiste até hoje.

Em relação à **memória**, vimos que, diferentemente da história, ela não pertence ao tempo passado, mas, acompanha a evolução da cidade e da sua gente, conforme os valores, a cultura e os espaços são vivenciados. Enquanto a história envolve métodos analíticos, reconstrói o objeto no plano impessoal, universal e disciplinar, a memória se refere ao plano pessoal, afetivo e reconstrói o objeto a partir da emoção. Conforme Ulpiano T. Bezerra de Meneses, *a memória é processo, refere-se ao presente e é mecanismo tanto de acumulação quanto de filtragem*¹⁴⁸, no sentido de que constrói a cidade, a cultura e o lugar, ao mesmo tempo em que (e de maneira contrária) cria os mitos e as tradições que não acrescentam, mas sim, filtram conhecimentos em benefício, geralmente, da manutenção de uma ordem social pré-estabelecida. A *memória urbana*, especificamente, depende da permanência dos espaços e das construções históricas na cidade, isto é, ela depende da preservação do patrimônio construído e das pessoas terem conhecimento e serem capazes de reconhecer os fatos que explicam e justificam esses bens. Isso vale para o nosso caso estudado, a Praça Pádua Salles. É necessário que as pessoas valorizem e desejem preservar o patrimônio cultural que, como explicamos, engloba não apenas as construções e os sítios históricos, mas também, os bens imateriais: os conhecimentos, os valores, as crenças e os costumes locais. No caso de Amparo e, conforme verificamos na *Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor*, elaborado até agosto de 2006, o município deve continuar atuando no sentido de preservar seu patrimônio e a sua memória urbana. Segundo uma definição simplificada, o patrimônio de Amparo refere-se à configuração da cidade *Béle Époque* consolidada no fim do século XIX e início do XX, e consiste em um bem cultural no sentido de que expressa um modo de vida, os valores, os aspectos sociais, de produção, dos transportes e os conhecimentos técnicos e urbanísticos daqueles tempos, provenientes da Europa e aplicados aqui no Brasil.

Portanto, Amparo é um município que deve, no futuro, manter sua identidade fundamentada na memória e na cultura local, já que esses valores são reconhecidos legalmente, tanto pelo CONDEPHAAT (através das Resoluções Nº.10/11.02.1987 e Nº.12/12.04.1996) quanto pelos amparenses (comunidade e administração pública) que, no recém-elaborado Plano Diretor para o município, discutiram e votaram suas lei que, por sua vez, deixam claro o desejo pela permanência e valorização desses aspectos da urbe.

¹⁴⁸ Entrevista cedida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.282).

Um aspecto relevante entre a *memória* e a *identidade urbana* é que essa relação implica na educação, transmissão e difusão da importância da manutenção de certos elementos culturais e construções históricas na cidade. Por causa disso, compreendemos que a prática da **educação patrimonial**, como instrumento de conscientização desses aspectos, juntamente com as políticas de preservação e de gestão urbana, é uma atividade que aproxima os conhecimentos (sobre a história, a cultura e a cidade), o meio científico (a universidade) e a administração pública (a prefeitura) da comunidade. É um instrumento que possibilita às pessoas, usuárias dos espaços públicos, o acesso às discussões e a compreensão acerca dos significados da cidade que, lembremos: é genuinamente de interesse da coletividade.

Entendemos que no Brasil contamos, cada vez mais, com esse tipo de ação como auxílio às políticas públicas que envolvem a promoção do lazer e da segurança nos espaços públicos de uso coletivo como praças, parques e até avenidas. Ao lermos a *Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor de Amparo*, percebemos que há diversas determinações voltadas para esse fim: que enfatizam a preservação dos espaços e construções históricas da cidade, assim como a sua qualidade, acessibilidade, a participação da comunidade nas políticas de desenvolvimento urbano e, primordialmente, consta na Minuta, a *criação de programas especiais de educação patrimonial* (Capítulo I - Art. 52 - VII). Portanto, compreendemos que essas atividades (a educação patrimonial e a recreação em áreas livres da cidade), podem contribuir para despertar entre as pessoas o desejo pelo usufruto dos espaços públicos e o interesse pela preservação dos bens culturais.

Compreendemos que a **identidade urbana** provém dos aspectos físicos da cidade, da sua configuração, da relação entre as construções e áreas livres e da geografia em que está inserida. Provém, também, da sensação de *pertencimento* que as pessoas manifestam em relação ao espaço físico em que vivem. A identidade, por isso, depende das pessoas poderem se *identificar* com as coisas, as construções, e daí, sentir que pertencem a um lugar. Nessas condições, elas valorizam os aspectos da sua cidade porque determinados espaços construídos lhes são caros: sua casa, sua rua, seu bairro, sua escola, o local de trabalho, o centro da sua cidade. Existem, aí, relações emotivas das pessoas para com a cidade que fazem com que elas gostem ou desgostem de determinados aspectos da urbe,

sintam saudades de quando, em certas épocas de suas vidas, usufruíam algum local em particular, sintam orgulho e satisfação por alguns lugares, e assim por diante.

Outro aspecto que vimos sobre a identidade é que ela não é estática, conforme nos explicou o professor Ulpiano. Ela tem duas faces que se opõem determinadas pela *semelhança* e pela *dessemelhança*, o que significa que não existe uma identidade absoluta que possa ser preservada já que ela é mutável, está sempre em transformação, tanto quanto o ser humano. Compreendemos, enfim, que a identidade evolui com a cidade e com seus cidadãos e se define em relação a uma situação específica determinada pelos parâmetros da memória, dos valores culturais, dos hábitos e costumes e das técnicas locais.

Nesse sentido, a identidade indica a existência dos **lugares** na cidade; ela provê esses lugares de um conjunto de características que tornam a urbe única e específica. Nos lugares ocorrem os contatos sociais e *as relações profundas entre o homem e o seu meio*, com as palavras de Milton Santos (2004). A identidade remete às noções de *pertencimento* e de *lugar*, como afirmamos, mas também, se relaciona a um *imaginário urbano*, que é o conjunto de imagens, memórias e aspectos diversos da cidade. A esse respeito, fala-nos Lucrécia D'Aléssio Ferrara (2000, p.124) que *a geração dos lugares da cidade é uma atividade informacional acionada pelo imaginário contido no repertório cultural dos habitantes de um lugar*. Nesse sentido, o incentivo ao conhecimento sobre os bens culturais de uma cidade e a vivência dessa cultura são plenamente justificados já que nutrem o imaginário coletivo. Segundo a professora (FERRARA, 2002, p.16),

informação, imagem e memória, operando conjuntamente à maneira de um sistema, são os vetores operativos do design dos lugares da cidade. A experiência origina o lugar informado. Essa informação é contextualizada conforme as variáveis de trabalho, indústria, habitação, consumo, educação que atuam como determinantes locais. Essas variáveis exteriorizam-se em usos, hábitos, valores e crenças, signos da diferença local e são conservados na memória que relaciona as experiências do passado e do presente.

O lugar é o *espaço capaz de dar ao homem a noção de pertencer a uma cidade e que o impede de alienar-se*. (SANTOS, 2004 apud FERRARA, 2000, p. 148) *É o espaço marcado pelas lembranças onde se aglomeram as experiências do passado em confronto com as do presente e que permite uma aprendizagem. Memória, experiência e aprendizagem constituem a tríade que legitima o espaço como lugar memorável e como lugar banal porque se encontra diluído no cotidiano de ontem e de hoje e é recuperável pela narração que procura discernir, no geral e banal, os traços que justificam o cantar.*

(FERRARA, 2000, p. 148) Assim, o lugar concentra uma identidade única que se baseia nas experiências cotidianas, na cultura vernácula e na memória de um espaço específico.

Conforme Santos e Ferrara, a noção de *espaço banal* (ou *das banalidades do cotidiano*) instrui a noção de lugar. O *coletivo banal* é a marca e diferença dos lugares. Considerado um espaço banal, o lugar

*processa rapidamente seus significados, o que quer dizer que os esvazia na mesma velocidade em que os processa: espaço banal, sua vida pode ser efêmera porque seu espaço não é consagrado, pode instalar-se num bairro ou pedaço dele, num cruzamento de ruas, num resíduo remanescente de outros espaços, num vazio qualquer que só existe enquanto dura uma ação ou um uso. São as feiras ou os mercados, os velhos bairros marcados pela utilidade que resiste ao tempo e ao desgaste, os cruzamentos que assinalam os pontos de encontro, de disputas ou discriminações econômicas, sociais e morais. Sem modéstia ou pudor, o lugar indicial mostra-se na irreverência da sua banalidade (...)*¹⁴⁹

Dessa maneira, a memória e a identidade estão impressas na cidade e são perceptíveis no tempo **cotidiano**. Com isso, queremos dizer que é no dia-a-dia, na experiência diária e corriqueira de se vivenciar a cidade que percebemos os aspectos e peculiaridades da cidade e dos seus lugares. A esse respeito, fala-nos a professora Lucrecia (FERRARA, 2000, p.123) que *a imagem ocorre, na cidade, no plano da experiência concreta e cotidiana da vida e constitui o modo pelo qual ela, a cidade, apresenta-se visualmente e é processada como informação. Também, a apropriação é o espaço da cidade qualificado, informado pelo uso; cidade como espaço habitado, vivido, qualificado, modificado: espaço socializado, espaço social. (...) Essas imagens de apropriação são, até certo ponto, irracionais, na medida em que são desencadeadas por estímulos afetivos e não se explicam por apelos institucionais. (...) Porém, essa apropriação, essa qualidade não é homogênea, ao contrário, ela corresponde a ritmos e formas tão diversas como as experiências cotidianas dos usuários da cidade.* A professora enfatiza a experiência de se vivenciar a cidade no cotidiano como o meio de se estudar as imagens da cidade, não as institucionalizadas dos cartões postais, mas aquelas dotadas de emoção, de afeto, anônimas para a maioria das pessoas, mas, importantes e reconhecíveis para o indivíduo que percebe, experimenta e vivencia a cidade de um jeito individualizado, no dia-a-dia, segundo a sua sensibilidade, suas emoções e lembranças.

¹⁴⁹ FERRARA, 2002, p. 28-29.

No caso da **Praça Pádua Salles**, as construções e os objetos lá inseridos, além do entorno urbano, definem sua identidade. Configuram o seu espaço que passa a ser compreendido como um *lugar* da cidade devido aos seus atributos físicos e aos seus usos, seu valor sentimental e por lembrar o passado da Praça quando ela fora o Largo da Estação. Entretanto, como dissemos, por ser a identidade mutável, a configuração da Praça Pádua Salles, hoje, não remete, única e definitivamente, à imagem do Largo da Estação dos séculos XIX e XX. Percebemos na paisagem atual que ali fora o Largo e é possível, inclusive, perceber como se deu a evolução urbana naquela área, mas, a Praça atual é um emaranhado de impressões e resquícios que apontam diversas intervenções ocorridas no espaço por razões e em ocasiões diferentes. Um bom exemplo disso é que o edifício da Estação fora adquirindo diversas fisionomias com o passar do tempo, assim como, a área sofreu modificações de usos em que foram removidas construções (como os galpões de armazenamento de café) e acrescentadas outras (como o edifício do CITEC, a Rádio, o Monumento aos Soldados, etc.). Então, essas intervenções representam os anseios e as necessidades de uma outra sociedade que viera utilizar o espaço em outro tempo e de outra maneira, quando a ferrovia já não vigorava mais e a estação, o pátio de manobras, as oficinas de manutenção perderam sua função e razão de existência. Nesse sentido, salvo os edifícios da Estação e da Casa do Chefe, esse conjunto construído foi removido e deu lugar a outros equipamentos quando o Largo da Estação deixou de servir ao transporte de mercadorias e passou a funcionar como praça, local de convívio e lazer.

Assim, a identidade da Praça, por mais que resgate a memória da cidade consolidada no final do século XIX, também se justifica pelas relações de uso e de valores da atualidade. Entretanto, será que a imagem da Praça de hoje representa, perfeitamente, os anseios e as necessidades da população de Amparo? No decorrer desse trabalho, vimos diversos aspectos sobre o atual município de Amparo: seus planos de crescimento, sua política e gestão urbana, a promoção ao turismo, a preocupação com a preservação do seu patrimônio, entre outros aspectos. Analisamos, também, os usos e as ocupações da Praça no cotidiano, e, considerando-se que a identidade deve evoluir conforme o tempo aponte a corrosão de certos valores e imagens, entendemos que a Praça Pádua Salles de hoje tem razões que justificam uma intervenção, já que há aspectos nela que julgamos deficientes (como os equipamentos de lazer velhos, banheiros em más condições de uso, o jardim mal cuidado, a iluminação deficiente, a necessidade de prover o espaço de melhor infra-estrutura para abrigar o *Festival de Inverno* e outros eventos e o

desejo puro e simples pela renovação, por uma imagem mais inovadora que represente os desafios e os planos de desenvolvimento do município).

Nesse sentido, podemos prever (mesmo que mantendo a identidade vinculada à memória) uma transformação formal e de uso dos espaços da Praça. A compreensão de que a identidade é mutável permite um redesenho, não esquecendo, entretanto, que os monumentos e as construções históricas devem ser mantidos no espaço da Praça por seu valor simbólico, afetivo, histórico, cultural, algo relacionado à origem da cidade, aos momentos de glória e de prosperidade; e porque são as permanências que nos dão a sensação de pertencimento, de segurança, de que nada está perdido, as “pedras da cidade que nos acolherão hoje e sempre”.

Dessa maneira fizemos nossa pesquisa e chegamos a conclusões que julgamos acertadas acerca dos significados da **Praça Pádua Salles**. Vimos, praticamente, que no cotidiano a Praça tem aspectos diferentes: durante a semana, ela é mais utilizada por pessoas que trabalham ou moram nas redondezas e serve para o descanso, o lazer e para os encontros tranquilos, predominando um clima de calma e quietude, enquanto que, nos fins-de-semana, ela serve a uma outra comunidade proveniente de diferentes locais da cidade que vem em grupos ou com as famílias e usufruem a Praça (do playground, da feira de artesanato, do cinema, etc.) exprimindo uma animação, com mais movimento e mais pessoas do que durante a semana.

5.2. As permanências da Praça

Outros aspectos que vêm determinar a identidade urbana baseada em sua memória são as permanências no espaço construído da cidade. Os eventos, as construções e a organização espacial ocorridos no passado explicam a forma urbana de Amparo hoje. Atualmente, o edifício da Estação e a Casa do Chefe permanecem erguidos na Praça, apesar do conjunto construído do entorno ter se modificado consideravelmente (ainda que mantenha a conformação geral dos espaços e o traçado urbano consolidados no século XIX). Os aspectos físicos do entorno e, especificamente, as duas construções históricas são considerados por nós, como *rugosidades*, conforme Milton Santos (2004), ou como *permanências*, conforme Aldo Rossi (2001), porque são construções que carregam consigo significados urbanos do passado, recuperados no presente pela memória: essas duas construções denotam uma série de relações de antigos tempos e, por constituírem marcos do passado, as edificações e o entorno resgatam ao tempo presente parte da memória e dão identidade à cidade contemporânea. Dentro do contexto em que o Largo da Estação (depois denominado Praça Pádua Salles) vai se modificando, algumas construções são demolidas e outras construídas. Há objetos, resquícios, fragmentos antigos que permanecem entre as construções novas. Esses fragmentos indicam os eventos passados, os tempos ocorridos naquele espaço da Praça.

Explica-nos Milton Santos (2004, p.43) que as rugosidades são heranças físico-territoriais, sócio-territoriais e sócio-geográficas, saliências resultantes da expansão não-homogênea dos sistemas tecnológicos, ou, anomalias técnicas ou organizacionais que resultam da elaboração ou evolução desigual de um conjunto, de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra se atrasa. A professora Lucrécia (FERRARA, 2002, p.33) compreende as rugosidades como sendo

o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (...). No entanto, essas marcas, rugosidades, colam-se à imagem do lugar físico, mas têm, também, uma dimensão impalpável ou interna porque criadas pela sensibilidade individual e conservadas na memória das coletividades que agitam os lugares.

As *permanências*, conforme Aldo Rossi (2001, p.49), relacionam-se à idéia da *cidade como artefato* em que o passado é, em parte, experimentado no presente. Elas são

detectáveis através dos monumentos, dos sinais físicos do passado, e também, através da persistência dos traçados e do plano urbano. Nesse sentido, as cidades desenvolvem-se mantendo, contudo, a posição dos seus antigos traçados, crescendo conforme o significado de *Fatos Urbanos* mais antigos. O *Fato Urbano* (ROSSI, 2001, p.01-58) consiste num objeto ou conjunto urbano que adquire individualidade e complexidade no decorrer do tempo com a adição, remoção ou modificação de elementos componentes do espaço urbano com o passar do tempo. Essa individualidade responde pela maneira de ser da Praça Pádua Salles (o Largo da Estação): única e complexa na sua conformação, utilidade e localização. No decorrer da história o *Fato Urbano* vai se constituindo, sofrendo as ações e intervenções de diversos usuários, dando espaço a eventos subsequentes da sociedade. Nesse processo, algumas funções, alguns valores e objetos construídos no espaço permanecem e outros se modificam completamente. São, portanto, a *persistência* e a *permanência*, dadas por seu valor constitutivo – pela história, pela arte, por sua presença e memória – que constituem o *Fato Urbano* e lhe dão *identidade*. O *Fato Urbano* remete a construção à história e à memória da cidade, isto é, refere-se à idéia que se tem feito de um edifício, da memória mais geral deste edifício enquanto produto da coletividade e da relação que se tem com a coletividade através dele, da sua representatividade. A complexidade do *Fato Urbano* emerge ao se compreender a totalidade do seu caráter urbano mediante o estudo de suas diversas manifestações, de seu comportamento, de cada um de seus componentes que têm um valor específico. É, pois, como um ‘fato urbano permanente’ que entendemos a Praça Pádua Salles, lugar em que identidade e memória urbana se complementam e se inter-relacionam, e, juntas preenchem o que seria somente um espaço urbanizado com valores e significados que o individualizam, tornando-o complexo, específico, único.

Às vezes, esses fatos permanecem idênticos, são dotados de uma vitalidade contínua, e, às vezes, se extinguem; resta então a permanência da forma, dos sinais físicos, do “locus”. Assim, a permanência mais significativa é dada pelas ruas e pelo plano que persiste sob diversos aspectos. Segundo Rossi, dentre as *permanências* há os *elementos permanentes de modo vital* e os *elementos patológicos*. Elementos vitais seriam aqueles que, de alguma forma, dialogam com o conjunto da cidade e através dos quais as pessoas se identificam e dão valor ao elemento considerando-o como um monumento ou uma obra de arte. Os elementos patológicos são aqueles que se perderam no contexto urbano da

contemporaneidade e que são mais compreendidos como algo que atrapalha do que algo que se deva preservar.¹⁵⁰

A permanência “vital” de um elemento construído antigo dentro do novo contexto urbano depende da capacidade de ser adaptado a um novo uso. Essa condição é ainda mais válida para aqueles elementos construídos que não são monumentos, mas simples construções. Nesse sentido, o processo dinâmico da cidade tende mais à evolução do que à conservação e, nessa evolução, os monumentos se conservam e representam fatos propulsores do próprio desenvolvimento. Assim, conforme o autor, continuamos a fruir fatos urbanos cuja função foi perdida faz tempo. Isso significa que o valor desses fatos reside na sua forma, forma esta que participa intimamente da forma geral da cidade. Esses fatos estão geralmente relacionados aos elementos constitutivos e de fundamentação da cidade e, por isso, consistem nos monumentos locais. Desta maneira, essas permanências dependem do fator *tempo* para que obtenham o atual reconhecimento de seu valor que se constituía no passado. Construções pequenas, de caráter provisório, cuja arquitetura não é relevante, tendem a desaparecer e dar lugar a novas edificações. Assim, com o passar dos tempos certas construções de destaque na cidade permanecem ao passo que as construções simples, que são a maioria, são demolidas dando lugar a outras. Essas construções permanentes acabam por se tornar os *monumentos* da cidade porque são diferenciadas, são antigas e têm valor para diferentes gerações da população. Elas representam a coletividade, fazem as pessoas do presente lembrar os seus ancestrais que ali trabalharam, ali moraram. Em torno desses monumentos as referências mudaram com o passar dos tempos, mas, eles continuam ali e são considerados *permanências* porque ainda, no tempo presente, têm utilidade e função apesar de carregarem as formas do passado. Por isso, afirma Rossi, *existem muitos tempos na forma da cidade, mas a forma que a cidade apresenta hoje é a real forma do tempo da cidade*. Cabe, entretanto, às permanências a função de trazer à tona a memória urbana.

¹⁵⁰ Para ilustrar essa idéia, temos o exemplo dado por Rossi sobre o caráter permanente do Palazzo della Ragione de Pádua: (...) *aqui, a permanência não significa apenas que nesse monumento ainda se experimenta a forma do passado, que a forma física do passado assumiu funções diferentes e continuou a funcionar condicionando aquele entorno urbano e constituindo, ainda hoje, um foco importante. Em parte, esse edifício ainda é usado e, embora estando todos convencidos de que se trata de uma obra de arte, considera-se também ponto pacífico que, no térreo, ele funcione mais ou menos como um mercado varejista. E isso prova a sua vitalidade.* (ROSSI, 2001, p.53)

Hoje, dentre as construções na Praça Pádua Salles, constituem *permanências* a Estação e a Casa do Chefe, por manterem suas formas e por ainda conformarem aquele espaço a sua frente que fora justamente chamado de Largo da Estação. Esses dois edifícios, dispostos em “L”, formavam o largo juntamente com as outras construções (hotéis, armazéns, lojas e restaurantes) do outro lado da avenida. Esses outros edifícios ainda estão erguidos apesar de alguma desconfiguração que apresentem. Suas funções são outras, mas, a volumetria e as fachadas permanecem. São, pois, os sinais físicos do passado de que falava Rossi. Da mesma forma, os traçados urbanos do centro de Amparo são *permanências* porque se mantêm exatamente como eram no século XIX (e no início do século XX). Assim, o município prossegue em seu desenvolvimento mantendo, entretanto, a sua configuração antiga: ele cresce a partir de sua estrutura anterior, mas, o *significado dos fatos urbanos* mais antigos persiste. Assim, essas *permanências* apontam, hoje, o que a cidade e a Praça foram no passado. Lembremos de uma *permanência* muito relevante em Amparo: nesta cidade, nada é mais profundamente permanente, ancestral, do que o rio Camanducaia, ele que é parte do ambiente natural, que definiu a paisagem e a disposição da cidade, que determinou para onde cresceria a urbe, que terras ocupar, onde erguer a igreja, fundar a cidade, construir o centro. Mesmo depois de retificado, de ter suas margens (antes alagáveis) aterradas, ele permanece ali, ladeando a cidade, sempre presente apesar da cidade ter ‘voltado as costas’ para ele, ter poluído suas águas, as mesmas que antes eram utilizadas para beber e para a higiene pessoal.

Portanto, a determinação das *permanências* de um espaço construído no tempo, provido de *memória* e de uma *cultura própria* faz com que reconheçamos a Praça Pádua Salles como um *Lugar* (da cidade de Amparo) que, como mencionamos, é entendido como um espaço único, específico, construído pelo homem no decorrer do tempo em sua adaptação ao meio e onde ocorrem as trocas culturais. Mais do que isso: afirmamos que a Praça, por ser um local histórico e da memória da cidade, dos acontecimentos cotidianos e civis, simbólico e representativo da coletividade, é um *coração da cidade* no sentido explicitado por Josep Lluís Sert, em 1955, que se referia à condição de uma área urbana ser representativa da coletividade, espaço cívico, dotado de história, memória, que desperta o orgulho e a satisfação da população.

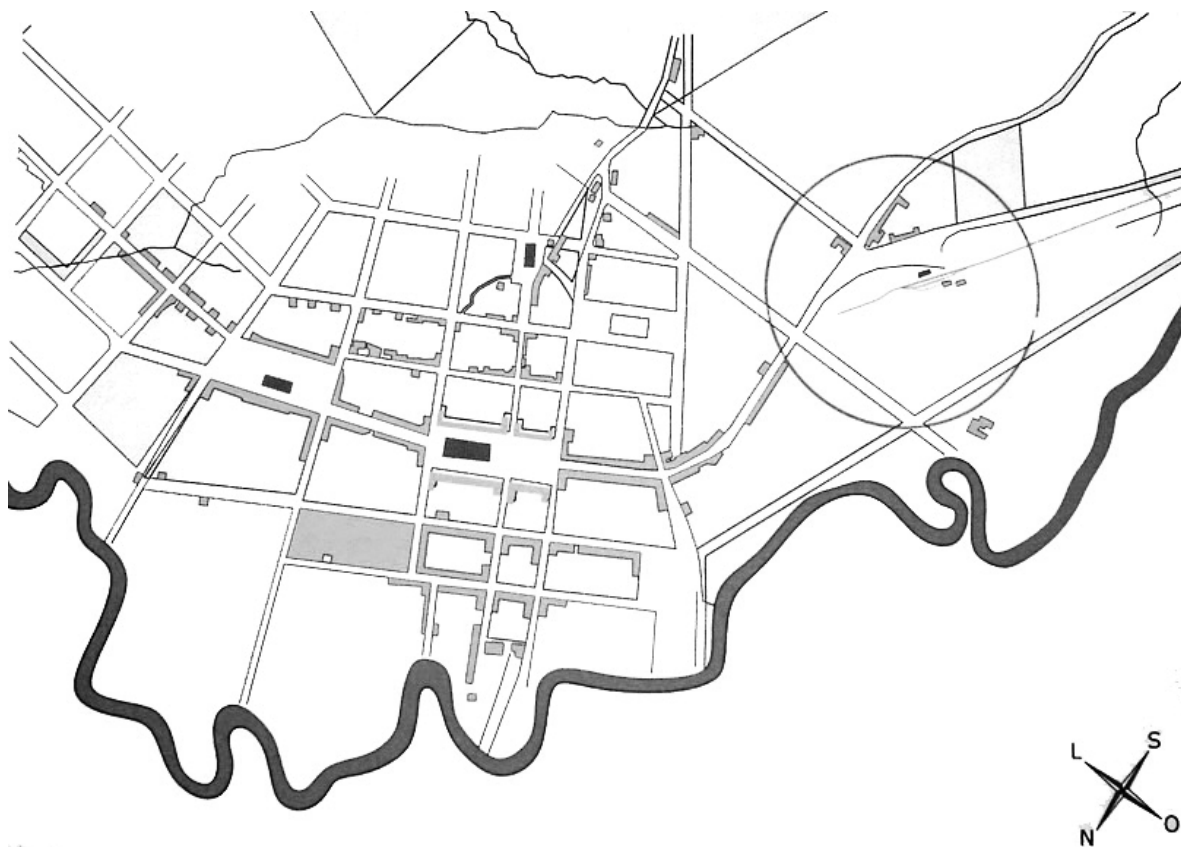


Imagem 37 – A cidade e a área da Estação nos anos de 1878, segundo a planta de Luis Pucci.

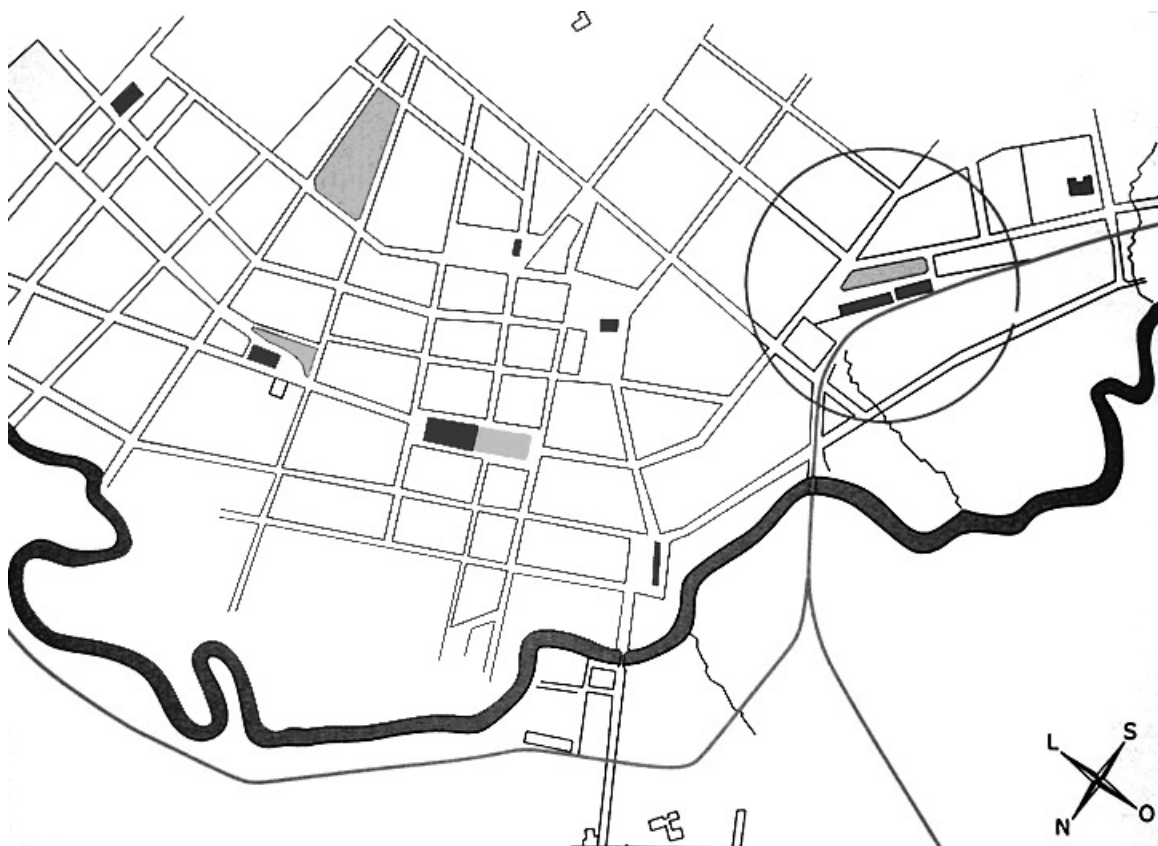


Imagem 38 – A cidade e a área da Estação nos anos de 1909 (situação semelhante aos anos de 1895)



Imagem 39 – A cidade e a área da Estação nos anos de 1929

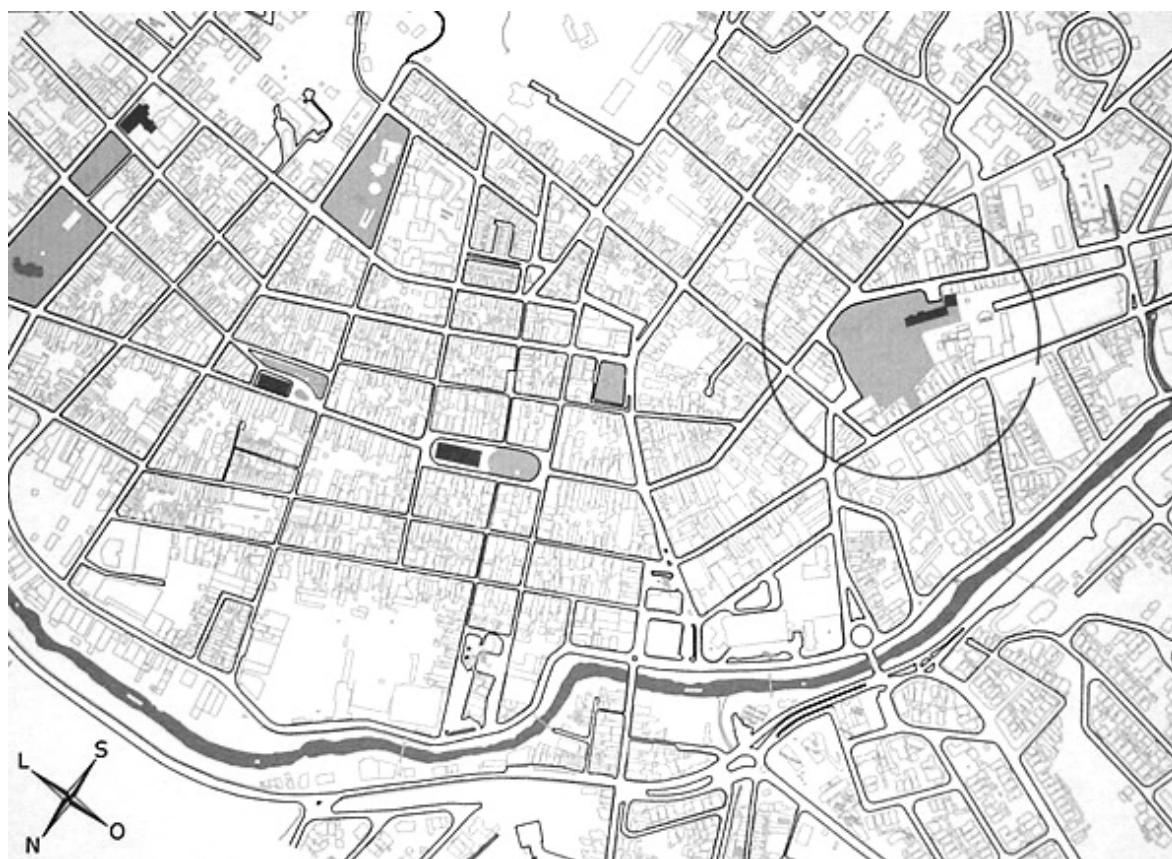


Imagem 40 – O centro e a área da Estação em 2006

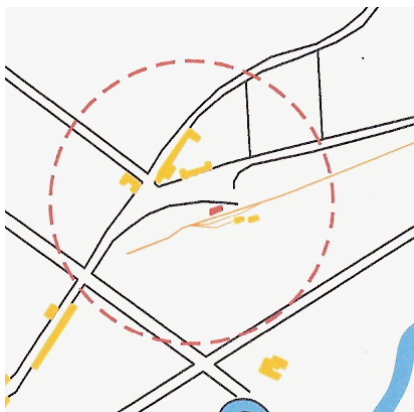


Imagem 41 - O Largo da Estação em 1875.

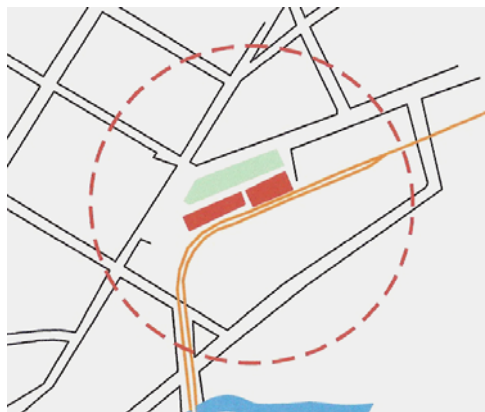


Imagem 42 - O Largo da Estação nos anos 1895 e 1909.



Imagem 43 - A Praça Pádua Salles em 1929.



Imagem 44 - A Praça Pádua Salles em 2006.



Imagem 45 - Sobreposição da configuração antiga da Praça Pádua Salles (de 1929) sobre tecido urbano atual.

5.3. A Praça para o amanhã

Por que o redesenho? Conforme os estudos que desenvolvemos, propomos, na conclusão, o redesenho da Praça Pádua Salles¹⁵¹ porque, apesar de se tratar de um local histórico, esta área não pode ser “congelada” de maneira que suas construções e configurações fiquem eternamente intocáveis ou se degradem. Vimos que a cidade deve evoluir com seus habitantes no decorrer das eras. Entendemos que o antigo e o contemporâneo podem conviver lado a lado, e, que as formas do passado devem permanecer no espaço que pode receber, entretanto, sempre novas funções, conforme haja a necessidade. Também, porque a experiência de vivenciar a Praça no cotidiano nos informou que há determinados objetos e aspectos da paisagem atual que estão defasados, envelhecidos ou não agradam aos usuários do espaço. E, por fim, entendemos que o redesenho é bem quisto já que a cidade, como um todo, vislumbra novos projetos que visam à melhor qualidade de vida dos habitantes e melhor infra-estrutura para o turismo e para os diversos eventos e festividades.

Portanto, o redesenho teria que considerar, conforme os estudos aqui realizados, os aspectos da identidade desse espaço que enxergam o seu passado, o seu presente (a memória e o cotidiano) e as intenções/desejos futuros. Isso porque, a maioria das cidades e, certamente, Amparo também, são construções que levam tempo para se constituir e carregam consigo (e na sua evolução) a cultura, a técnica e os valores representativos da organização social que lhe deu origem. Ao pensar o futuro de uma cidade é impossível desprezar a existência dos bens materiais e imateriais - de valor histórico ou cultural - porque eles determinam a identidade da urbe, a sua essência, o seu aspecto único. Assim, devemos considerar os aspectos da história e da memória urbana para mantermos a identidade fundamentada na cultura local.

Como poderia ser o redesenho da Praça? Apesar do “preservacionismo” que enfatizamos no nosso ponto-de-vista acerca da identidade urbana da Praça Pádua Salles, entendemos, por outro lado, que o redesenho poderia prover a área de novas relações espaciais, formais e de uso, coerentes com as atividades urbanas da atualidade. Hoje, mesmo que a Praça seja considerada um “coração da cidade”, seu desenho, a infra-estrutura que oferece e a manutenção de seus espaços poderiam ainda ser melhorados. A

¹⁵¹ Que, como estivemos enfatizando, compreendemos como sendo um espaço de extrema importância dentro da área urbanizada do município de Amparo, lugar de memória, de identidade e de afeição coletiva

Praça tem “um pouco de tudo”, isto é, tem várias intervenções e construções pontuais e nenhum projeto integrado, abrangente, cujas características sejam, de alguma forma, marcantes e representativas. Os elementos construídos do espaço nem mesmo dialogam com os dois edifícios históricos ali presentes tampouco com demais dispostos ao longo da Avenida a sua frente. É como se o espaço fosse retalhado por pequenas soluções individualizadas. Além disso, seu paisagismo tem deixado a desejar, assim como os equipamentos públicos e de lazer já bastante envelhecidos. Não vivemos no século XIX, mas no século XXI, por isso, entendemos que o espaço da Praça Pádua Salles deve receber intervenções que a valorizem e ampliem as suas potencialidades, utilizando uma linguagem arquitetônica contemporânea, com técnicas construtivas e materiais de hoje, em harmonia, entretanto, com a presença dos edifícios históricos e alguns significados do passado que devem permanecer no espaço.



Imagem 46 – Planta atual da Praça Pádua Salles (em 2006).

Em um projeto para a Praça Pádua Salles, entendemos que há três áreas distintas a sofrer intervenção. Apresentamos, agora, essas áreas, para as quais damos nomes hipotéticos, juntamente com três propostas de intervenção nos seus espaços:

1- Área Histórica

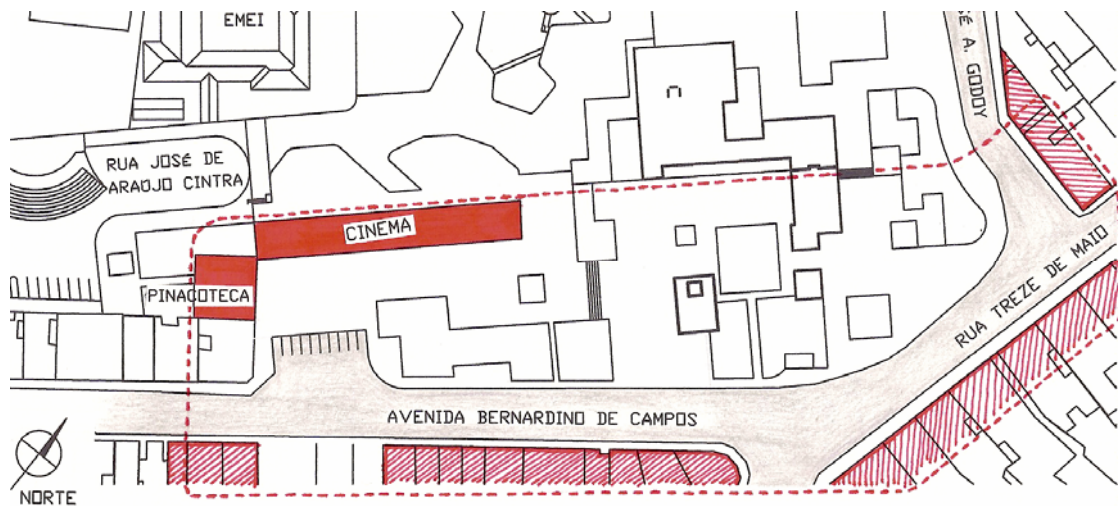
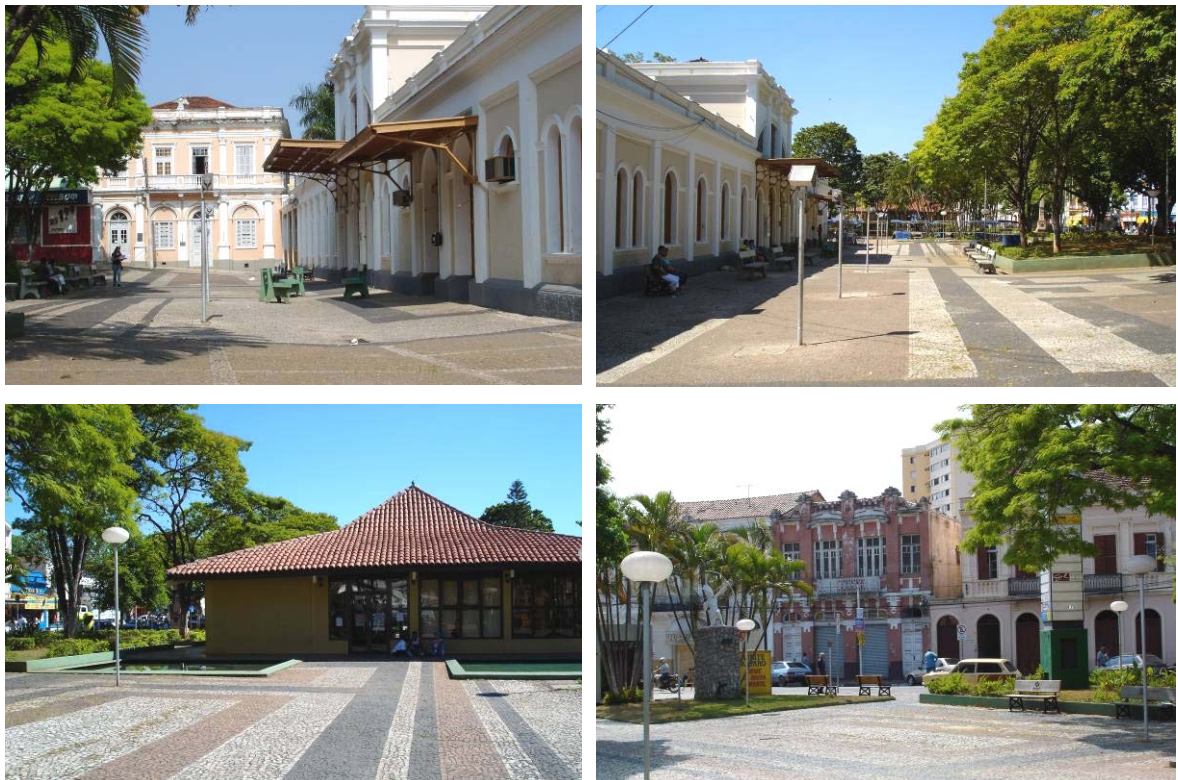


Imagem 47 – Área de estudo 1 (histórica)



Fotos da área. Mostram Pinacoteca, Cinema, Citec e edifícios do entorno

- **Aspectos** - Existe a conformação histórica do edifício da Estação e da Casa do Chefe que têm a sua frente um espaço em “L” voltado para a avenida Bernardino de Campos. Do outro lado dessa avenida, há construções antigas que, juntamente com os edifícios históricos da Praça, recompõem o que fora um dia o *Largo da Estação*. Essa seria, basicamente, a área histórica da Praça a ser preservada e, de alguma maneira, parte de sua antiga configuração poderia ser recuperada para a memória da cidade.
- **Proposta** - Seguindo o objetivo de recompor o Largo da Estação, a volumetria dos *Galpões para Armazenamento do Café* (que foram removidos) poderia ser reconstituída e se localizaria, exatamente, onde antes eles estavam: ao lado da Estação. Essa nova construção teria, entretanto, uma aparência mais “leve” devido ao material e à estrutura esbelta que lhe seria empregada. Teria seus espaços cobertos, mas, abertos e acessíveis, de modo que as pessoas pudessem circular e observar alguns objetos expostos nessa construção que serviria para exposições esporádicas de objetos artísticos, quadros, fotografias, para a realização de feira de livros, para a localização de uma pequena lanchonete, para um posto de informações turísticas, e até, banheiros públicos que hoje faltam na Praça. Essas funções (esse programa) já existem na Praça: pensamos que elas poderiam ser mantidas, mas, poderiam ocupar melhores instalações se construído esse ‘edifício’. Entendemos que a presença dessa construção nova contribuiria para recompormos o espaço histórico do Largo da Estação ao mesmo tempo que acrescentaria novas informações ao espaço sob forma de arquitetura - com linguagem e elementos construtivos contemporâneos. Além da recomposição do espaço histórico com esse novo edifício, julgamos que se faz necessário o restauro dos edifícios do entorno, pelo menos, de suas fachadas, de modo que possamos reconstituir a paisagem do largo da Estação de outrora. Não se trata de construir cenários na cidade, mas, de preservar aspectos físicos de áreas relevantes para a memória urbana, que, entretanto, mantém-se viva porque é utilizada no cotidiano. Um novo desenho de canteiros e pavimentação também contribuiria para chegarmos a um resultado satisfatório para a requalificação dessa área histórica em que são permanências os edifícios da Estação (atual cinema), da Casa do Chefe (atual Pinacoteca e Secretaria da Cultura) e as árvores frondosas ali existentes. Os espaços que apontamos em nossos estudos como locais de encontro - que seriam a banca de jornal e o espaço à frente da porta de entrada da Estação (atual cinema) - poderiam receber novos equipamentos e desenho para ampliar suas qualidades e comodidade para a permanência de pessoas.

2- Área de Lazer

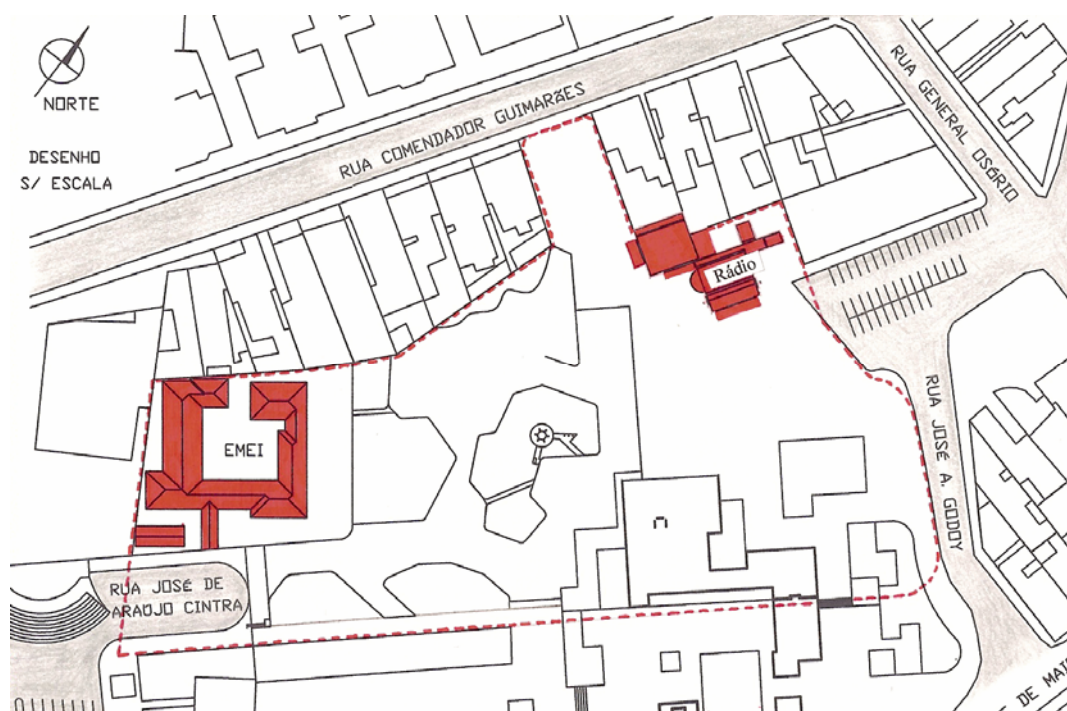
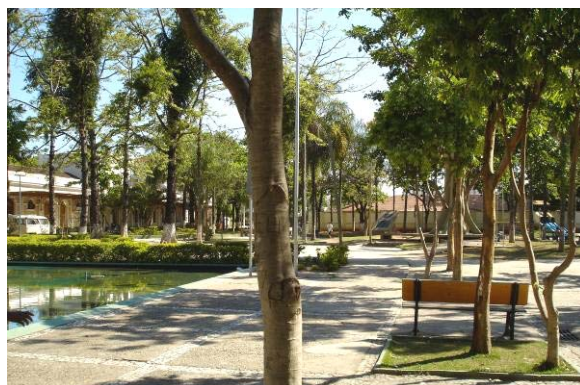


Imagem 48 – Área de estudo 2 (lazer)





Fotos da área. Mostram espacialidade, equipamentos e vegetação

- Aspectos** - Há um amplo espaço do outro lado da Estação, onde outrora fora o *pátio de manobras* e onde se localizavam a plataforma de embarque e algumas oficinas para manutenção. Hoje, esse espaço é ocupado por canteiros, árvores frondosas, bancos, playground, espelhos d'água e monumentos. Esse é o local onde as pessoas gostam de permanecer. Usufruem da área por um tempo prolongado e, por causa desse espaço e desses equipamentos, os usuários da Praça a mencionam como um dos melhores locais para o lazer na cidade. Contudo, vegetação, bancos, placas, lixeiras, banheiros públicos e o playground poderiam ser todos renovados porque todos estão precisando de manutenção.
- Proposta** – Novos bancos, placas, lixeiras, banheiros públicos e brinquedos (para o playground) poderiam formar um conjunto de mobiliário urbano com uma mesma linguagem, um desenho coerente e contemporâneo. Além disso, poder-se-ia fornecer um melhor ambiente caso houvesse o investimento, também, em novos pisos, canteiros, vegetação e iluminação. Para tanto, esse projeto poderia basear-se nos resultados que adquirimos com as entrevistas que indicam o que os usuários pensam sobre o espaço e sobre a qualidade da infra-estrutura atual da Praça. O novo desenho deveria considerar a existência de “caminhos” ou “atalhos” que os circulantes tomam para chegar de um ponto da vizinhança a outro atravessando a Praça. Também, dever-se-ia ponderar acerca da remoção ou da permanência dos espelhos d'água que existem lá hoje que ocupam, entretanto, uma área grande desse espaço e cuja função e aparência são discutíveis. Também, dever-se-ia considerar no projeto novos desenhos e equipamentos para os espaços de permanência como (1) a área de playground (já existente e muito utilizada), (2) a área entre a escola e o playground, já que propomos que os muros sejam removidos, (3) as áreas

sombreadas embaixo das árvores frondosas em que se encontram bancos e onde as pessoas costumam descansar, e, (4) a área em frente ao edifício da Rádio em que deve ocorrer apresentação de bandas esporadicamente.

3- Área comercial



Imagem 49 – Área de estudo 3 (comercial)



Fotos da área. Mostram o muro voltado para a Praça e a frente das casas na Rua Comendador Guimarães

- **Aspectos** - Esta seria a área que, a nosso ver, sofreria maiores transformações: entre a ampla área arborizada da Praça (onde havia o pátio de manobras) e a Rua Comendador Guimarães existe um muro contínuo que fecha a Praça para a rua mencionada e que, juntamente, com o muro da escola infantil, faz com que a Praça configure um espaço fechado com uma única saída para esse lado. Essa característica parece-nos conflitante com o aspecto da Praça, do lado das construções antigas, em que ela é bastante visível e aberta para a cidade. Esse muro contínuo corresponde ao fundo das casas que têm frente para a Rua Comendador Guimarães.
- **Proposta** - Poderíamos “abrir” o espaço através da remoção dos muros dessas construções (e até a remoção de algumas construções) o que faria com que elas ficassem mais integradas à área livre da Praça e tivessem duas frentes: uma para a rua Comendador Guimarães e outra para a área de lazer da Praça. O fato de muitas dessas casas terem, hoje, usos comerciais e de serviços, contribui para tornar essa idéia viável já que duas frentes só vêm beneficiar os negócios desses estabelecimentos e tornar as lojas mais visíveis e acessíveis. Hoje, muitas pessoas circulam ou atravessam a Praça, e, com essa intervenção elas teriam mais atrativos no seu percurso e motivos para permanecer no espaço, por exemplo, se dentre essas casas houvesse uma cafeteria, um bar, uma livraria ou revistaria que atraísse um público diário. Dessa maneira, faz sentido pensar na existência de uma área, como um terraço ou solário, em que estivessem dispostas mesas e cadeiras de bares, restaurantes e cafés. Propomos que as construções voltadas para a rua General Osório sejam removidas para que a Praça ganhe ainda mais área livre equipada com jardins, bancos, pátios, etc., e, se torne mais aberta e visível para cidade, já que é um local visitado, simbólico, cívico e da memória da cidade.

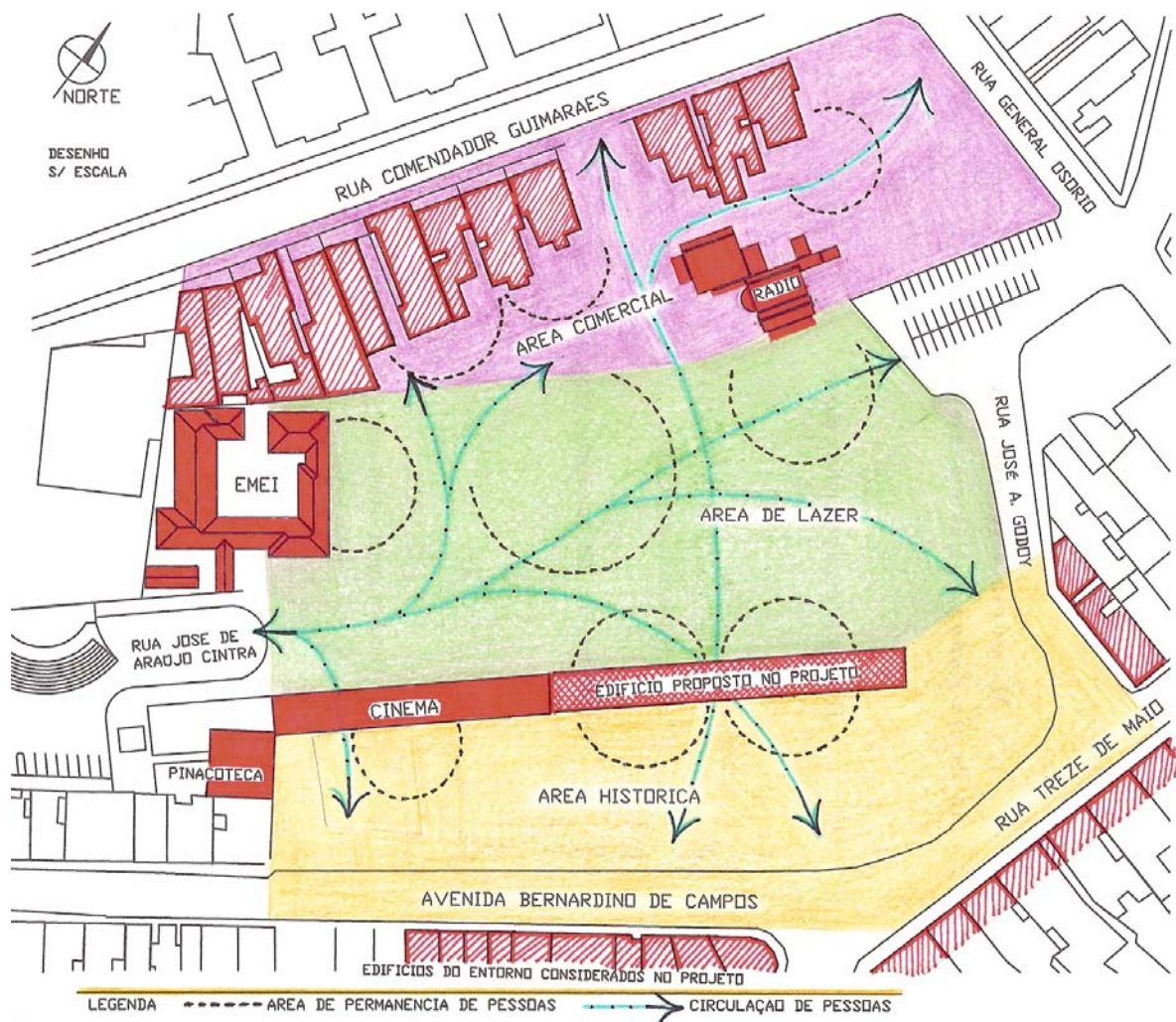


Imagem 50 - Croqui explicativo com diretrizes de projeto para a Praça Pádua Salles

Fizemos, portanto, uma intervenção, baseada em nossa pesquisa anterior, que buscou apenas indicar, sob forma de croquis, como se fossem esquemas ou diretrizes de projeto, o que temos dito até agora sobre a compreensão dos significados e das potencialidades da Praça Pádua Salles. Na **Imagem 50**, indicamos, primordialmente, três áreas diferentes devido às suas funções e às suas características distintas que nos sugeriram que a Praça pudesse ser entendida assim. Além disso, indicamos a circulação de pessoas na Praça, ocorrida no presente, que achamos que deve ser considerada em um projeto, e, as áreas de permanência de pessoas em função dos equipamentos, construções e áreas sombreadas existentes hoje e que entendemos que, também, devem permanecer no espaço mas, de alguma maneira, podem ser aprimoradas. Fica faltando, entretanto, um projeto de arquitetura que, com boas soluções, redesenhe a Praça do amanhã.

Terminamos, assim, essa dissertação que buscou promover um entendimento sobre a memória e a identidade urbana e que tomou como estudo de caso a Praça Pádua Salles. Foi, sabemos, uma longa e minuciosa explanação acerca da história e da realidade atual da cidade que julgamos, entretanto, coerente e necessária frente ao nosso objetivo de conhecer a Praça, de reconhecer a memória que lhe é pertinente e os aspectos da sua identidade. Foi, também, um desafio elaborar esse trabalho, frente ao turbilhão de acontecimentos que hoje envolve a área de estudo e a cidade de Amparo que, como ocorre com outros municípios brasileiros, está prestes a possuir seu novo Plano Diretor e a receber novos projetos urbanísticos. O desafio consistiu, sobretudo, em pensar a cidade, ou melhor, um lugar da cidade, e desenvolver uma pesquisa que reconhecesse seus valores urbanos frente às exigências contemporâneas da gestão dos espaços públicos que demanda a compreensão de tantos diferentes aspectos sobre o ambiente construído e que conta hoje com a participação de diversos atores sociais. Esperamos, contudo, ter sido razoavelmente bem sucedidos em nosso trabalho e esclarecido a relação intrínseca que entendemos existir entre o estudo das áreas urbanas e a relevância de se considerar os aspectos da cultura e da comunidade local, em outras palavras, os significados da cidade em relação às características do lugar, em respeito à sua formação no decorrer do tempo que lhe dá os sentidos da permanência e da memória, mas, que não impede de pensá-la como organismo vivo e mutável, habitat de uma população cujos valores se transformam. E, por isso, a cidade deve corresponder, como ambiente construído, às necessidades e aos anseios dessa população no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Aracy A. **A Hispanidade em São Paulo**. São Paulo, Nobel, Ed. Universidade de São Paulo, 1981.
- **Almanaque Amparo 175 anos**, Amparo, Prefeitura Municipal de Amparo, 2004, p.24, 25.
- ARANTES, Otília - **O lugar da arquitetura depois dos modernos** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estúdio Nobel, 1993.
- ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura do café**. Campinas, Editora da Unicamp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o oeste: um estudo sobre a noroeste e seu papel no sistema de viação nacional**, São Paulo, Livraria Martins, 1950.
- BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BEM, Sueli Ferreira de. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas**, Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 1998.
- CASTRO, Elza Helena Camargo do Canto e. **A Estação de Amparo: análises e críticas**. Trabalho de Graduação Integrado, Campinas, PUC, 1994.
- _____. **Conservação e sustentabilidade em cidades históricas de pequeno porte: gestão da conservação urbana integrada a partir do diagnóstico de Amparo – SP**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2002.
- CALÓ, Fabrício. **Ferrovias paulistas: influência histórica sobre a malha urbana**. TGI, FAU-USP, 1978.
- DEFFONTAINES, Pierre, **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1944.
- **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Leitura sem palavras**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- _____. **Os significados urbanos**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. **Design em espaços**. São Paulo, Ed. Rosari, 2002.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- GONÇALVES, José Reginaldo, “Autenticidade, Memória e Ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004.

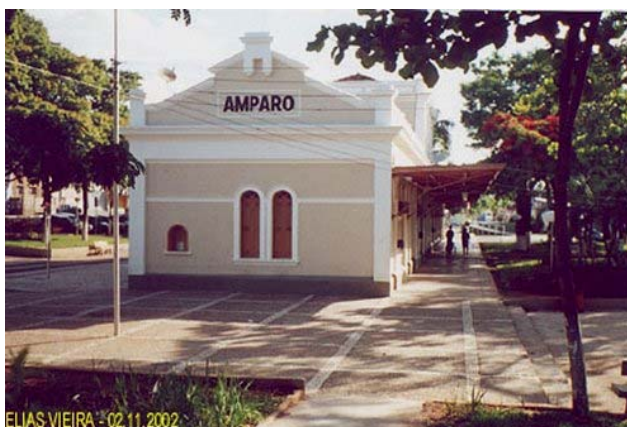
- HOBBSAWM, Eric L. & RANGER, T., orgs. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- JORGE, Luís Antônio. **O espaço seco: Imaginário e poéticas da arquitetura moderna na América**. Tese de doutorado, São Paulo, FAU-USP, 1999.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo, Ateliê Editorial, Fapesp, Secretaria da Cultura, 1998.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias, cidades, trabalhadores: 1870-1920**. Textos para Concurso de Livre Docência. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- _____. **História e Memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **A cidade racional: Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”**. Amparo, Campinas; Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, UNICAMP, 1998.
- _____. **Amparo: Álbum Comparativo**, Amparo, Reimar, 2002.
- LYNCH, Kevin. **De que tempo es este lugar?** Para una nueva definición del ambiente, Barcelona, Gustavo Gili, 1975.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Identidade cultural e arqueologia: valorização do patrimônio arqueológico brasileiro”. In: **Cultura brasileira: temas e situações**, Alfredo Bosi (org.), São Paulo, Ática, Série Fundamentos, 1987.
- _____. Entrevista cedida à tese do professor. JORGE, Luís Antônio. **O espaço seco: Imaginário e poéticas da arquitetura moderna na América**. Tese de doutorado, São Paulo, FAU-USP, 1999.
- MONTANER, Josep Maria - **La modernidad superada. Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX** – Barcelona: Gustavo Gili, 1997
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**, São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- OCKMAN, Joan. **Architecture culture 1943-1968: a documentary anthology**. New York, Columbia Books of Architecture/Rizzoli, 1993.
- **Passeios da Memória: Uma visita ao patrimônio cultural de Amparo**. Amparo, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura, 2004.
- **Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968-1998**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

- **Plano Diretor Participativo de Amparo.** Etapas de elaboração do plano, Minuta da lei elaborada até agosto de 2006. Plano Diretor até então não finalizado. Informações adquiridas no site oficial da Prefeitura do Município de Amparo: <http://www.amparo.sp.gov.br/>
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade.** São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- RODRIGUES, Marly, “Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo”. In: **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo, Contexto, 2001.
- ROGERS, E. N./ SERT, J. L. / TYRWHITT, J. – **Il Coure della Città? Per una vita piú umana delle comunità, Congressi Internazionali de Architettura Moderna,** Milano: Hoepli Editore, 1977
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo 1870-1940,** São Paulo, Hucitec, 1981.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle.** Barcelona, Gustavo Gili, 1981.
- SITTE, Camilo. “Construcción de ciudades segun principios artisticos”. In: COLLINS, George R. y COLLINS, Christiane C. **Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo moderno.** Barcelona, Gustavo Gili, 1980.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. "Arquitectura y existencialismo". In: **Diferencias. Topografia de la arquitectura contemporânea.** Barcelona, Gustavo Gili, 1995.
- TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do cotidiano:** introdução à constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, Passo Fundo, UPF, 2003.

• OBRAS CONSULTADAS

- AUGÉ, Marc. **Não lugares - introdução a uma antropologia da super-modernidade**. Campinas, São Paulo, Papirus, 1994.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo, Ática, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- _____. **A cultura no plural**. Campinas, Papirus, 2001.
- DEL RIO, Vicente, DUARTE, Cristiane Rose, RHEINGANTZ, Afonso. **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro, Contra-capa/ Proarq, 2002.
- GIEDION, Siegfried. **Arquitetura e comunidade**. Lisboa, Livros do Brasil, 1975.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, A cidade**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWM, Eric L. **The social function of the past: some questions**. Past and Present, 1972.
- JACOBY, Russel. **Amnésia Social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- JACOBY, Russel. **Amnésia Social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 2000.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**, São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações**. In: Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas / organizadora Zélia Lopes da Silva. São Paulo, Editora Unesp, 1999.
- _____. **Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana**. In: Dossiê: Brasil do Viajantes, Revista da USP, São Paulo, junho/agosto 1996.
- REIS FILHO, Nestor Goulart, **São Paulo e outras cidades**. São Paulo, 1994.
- _____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- ROCHA FILHO, Gustavo Neves da - **Amparo: Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo**. São Paulo, CONDEPHAAT, 1982.
- _____. Plano Diretor da Estância de Amparo. São Paulo, FAUUSP, 1966.
- _____. "O Planejamento da Estância de Amparo". In: **Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura**, São Paulo, Hucitec, 1996.
- YATES, Francis. **The art of memory**, Chicago, University of Chicago, 1966.

1. Outras imagens da Estação e do Largo de Amparo



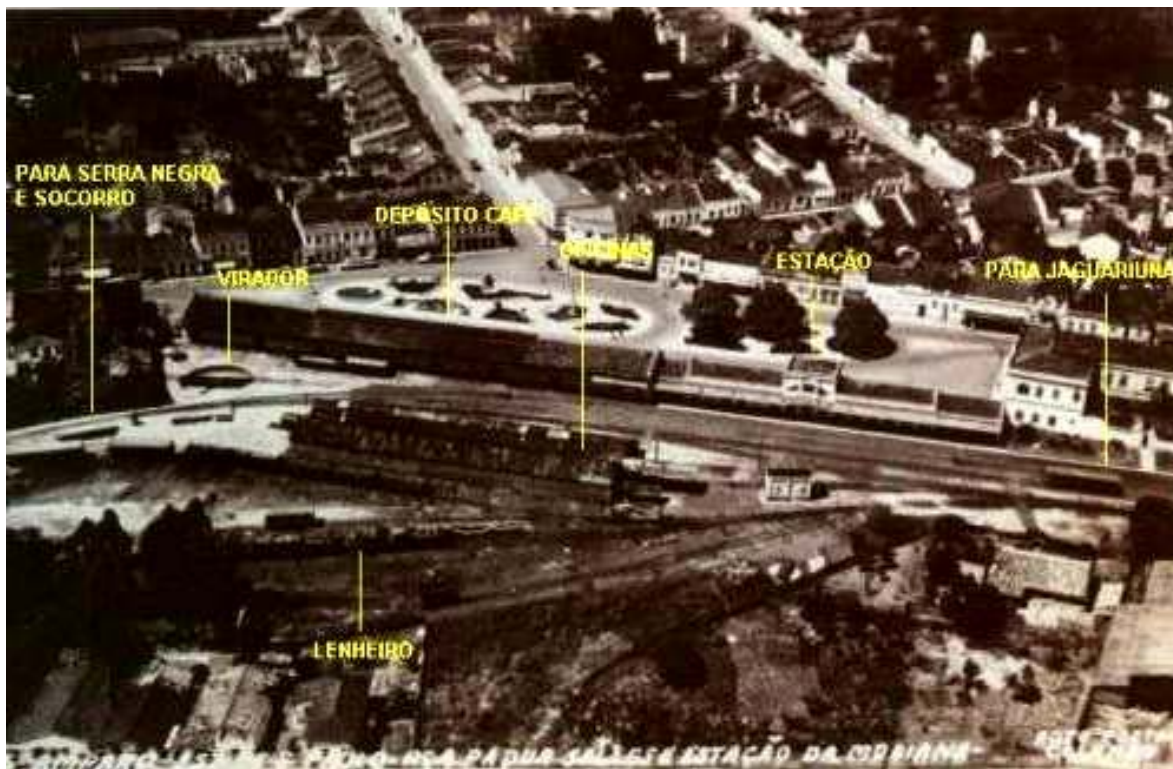
Imagens atuais da Estação (Cinema).

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm>

A Estação nos anos de 1910.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm>





O Largo da Estação por volta de 1950.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm>



Amparo por volta de 1950. A circunferência em vermelho indica a localização do largo da Estação.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm>

2. Quadro sobre o Município de Amparo

Informações Gerais

Fundação:	08. abril. 1829
Estância Hidromineral desde:	1945
Cidades do Circuito das Águas Paulistas:	Amparo, Jaguariúna, Pedreira, Serra Negra, Monte Alegre do Sul, Lindóia, Águas de Lindóia e Socorro.
Área da unidade territorial:	446 km ²
Altitude:	658 m (na zona urbana) chegando a 900 m em algumas zonas do município.
Temperatura média:	De 20° C a 25° C
Distâncias:	Amparo está a 125 km de São Paulo, 507km do Rio de Janeiro, 566 km de Belo Horizonte.
Municípios vizinhos:	Morungaba, Bragança Paulista, Monte Alegre do Sul, Serra Negra, Itapira, Santo Antônio da Posse, Pedreira.

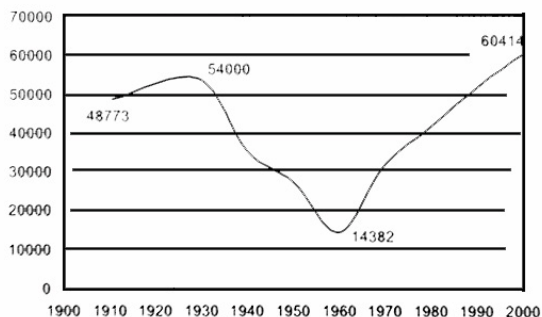
População

População estimada em 2005 (segundo Censo de 2000):	66.423 habitantes
População na área urbana:	48.286 habitantes
População na área rural:	17.047 habitantes

Crescimento da população:

*Conforme o gráfico apresentado

** Estimativas do IBGE



Evolução da população de Amparo no século XX. Valores oficiais segundo o IBGE, exceto em 1929 (obtida de "Amparo, sua história, seu povo, comércio, industriais e recursos no ano de seu primeiro centenário", 1929).

1910: 48.773 habitantes

1920: 47.713 habitantes (LIMA, 1998, p. 286)

1934: 39.962 habitantes (LIMA, 1998, p. 286)

1940: 35.000 habitantes *

1950: 27.000 habitantes *

1960: 14.382 habitantes (IBGE)

1970: 31.000 habitantes *

1980: 42.000 habitantes *

1991: 50.797 habitantes (IBGE)

1996: 55.457 habitantes (IBGE)

1997: 56.541 habitantes **

1998: 57.459 habitantes **

1999: 58.374 habitantes **

2000: 60.414 habitantes (IBGE)

2005: 66.423 habitantes (IBGE)

Patrimônio Histórico

Centro Histórico tombado pelo CONDEPHAAT: Resoluções Nsº. 10/11.02.87 e 12/04.03.96	558 prédios listados e 19 exemplares tombados em diversos estilos arquitetônicos.
--	---

Estabelecimentos

Estabelecimentos de saúde:	24
Agências bancárias:	9
Instituições de ensino:	136
Restaurantes:	25
Hotéis:	15

Atividades econômicas

Pecuária (dados de 2003):	Bovinos (18.000 cabeças), suínos (2.190 cabeças), galinhas (450.000 cabeças), frangos, galos, pintos (1.000.000 cabeças), vacas ordenhadas (2.850 cabeças), leite de vaca (5.300 mil litros) e ovos de galinha (6.536 mil litros).
---------------------------	--

Produtos agrícolas (dados de 2003):	Leite, ovos, mel, frutas (abacate, banana, laranja, limão, manga, maracujá, tangerina) café, arroz, feijão, milho, tomate, cana-de-açúcar.
-------------------------------------	--

Silvicultura (dados de 2003):	Carvão vegetal, lenha, madeira em tora
-------------------------------	--

Estrutura Empresarial

Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal:	36 unidades
Indústrias extrativas:	12 unidades
Indústrias de transformação:	366 unidades
Construção:	55 unidades
Comércio de veículos, autopeças, objetos pessoais e domésticos:	1.266 unidades
Alojamento e alimentação:	249 unidades
Transporte, armazenagem e comunicações:	150 unidades
Intermediação financeira:	29 unidades
Atividades imobiliárias:	226 unidades
Educação:	39 unidades
Saúde e serviços sociais:	35 unidades
Outros serviços:	210 unidades

Renda

Rendimento nominal médio de residentes acima de 10 anos:	751,35 Reais
PIB per capita:	10.725 Reais
PIB:	677.412 Mil Reais

Fonte: IBGE - www.ibge.gov.br

3. Quadro Cronológico

LARGO DA ESTAÇÃO (PRAÇA P. SALLES)	AMPARO	ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL
	1795 - Formação do Retiro de Camanducaia, lugar de descanso.	Caminhos de prospecção do ouro e concessão de sesmarias em terras paulistas.
		1808 - Corte Portuguesa no Brasil e Abertura dos Portos.
	1818 - Construção capela e início da formação do núcleo urbano às margens do Rio Camandocaia. Capela demolida por volta de 1824.	Instalação de famílias de Atibaia, Bragança e Nazaré nos arredores onde se formaria o núcleo urbano de Amparo.
	1829 - Construção da segunda Capela. Amparo elevada a Capela Curada.	
	1831 - Construção da Igreja do Rosário	
	1839 - Elevação da Capela Curada à categoria de Freguesia pela Lei provincial n.º. 6 (de 04/03)	Início do ciclo do café no interior paulista.
	1850 - Início da cafeicultura e chegada de imigrantes europeus para trabalhar na lavoura.	Imigrantes europeus vêm trabalhar em terras paulistas.
	1857 - Elevação da Freguesia de N. S. do Amparo à condição de Vila, na Comarca de Campinas (Lei n.º.5).	
	1859 - Passagem da Vila de Amparo para a Comarca de Bragança.	
	1865 - Elevação da Vila de Nossa Senhora do Amparo à categoria de cidade/município (Lei n.º.24).	1867 - A São Paulo Railway inaugura a primeira linha, a Santos-Jundiaí.
	1870 - Produção de café em terras amparenses começa a aumentar. Fundação do Clube dos Republicanos, por Bernardino de Campos.	1871 - Início da imigração italiana para trabalhar na cafeicultura no Estado de São Paulo, que, com ox espanhóis, substituiu os negros na plantação.
		1872 - A Cia. Paulista de Estr. de Ferro inaugura o tronco de Jundiaí a Valinhos, e em agosto, a ferrovia chega a Campinas. É fundada a Cia. Mogiana de Estr. de Ferro.
1875 - A primeira estação ferroviária da cidade é construída.	1875 - Criação da Comarca de Amparo (Lei n.º.78). Fundação do ramal férreo de Amparo, a partir de Jaguary, da Cia. Mogiana.	1875 - A Cia. Mogiana inaugura a linha de Campinas até Jaguariúna. Em agosto, a linha alcança Mogi-Mirim.
	1878 - Plano de crescimento para Amparo elaborado por Luis Pucci.	Época de grande produção de café no Estado e em Amparo.
	Chegada de imigrantes italianos, alemães, suíços e suecos. Construção da Igreja S. Benedito.	1888 (13 de Maio) - Lei Áurea. Abolição da Escravidão. imigração de italianos.

	Manifestação de adesão à Proclamação da República no Paço Municipal.	1889 (15 de novembro) - Proclamação da República, no Rio de Janeiro, por Marechal Deodoro.
	Início da imigração síria e libanesa.	1890 - Ramal para Monte Alegre do Sul implantado pela Cia. Mogiana.
1893 - Construção da Casa do Chefe da Estação		1892 - Ramal para Serra Negra implantado pela Cia. Mogiana.
1895 - Construção de um novo edifício para a Estação e dos armazéns.	1895 - Instalação das primeiras indústrias, inauguração do Hospital do Isolamento.	Época de grande produção de café.
	1898/1899 - Inauguração de iluminação elétrica, calçadas, sarjetas e nivelamento de diversas ruas.	
Construção do Hotel Berardo (início do século XX)		1904 (10 de novembro) - Eclode no R.J. a Revolta da Vacina.
	1911/1913 - Fund. Liceu de Artes e Ofícios	1914 - Início da I Guerra Mundial
		1918 (20 de outubro) - Fim da I Guerra Mundial
		1922 - Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo.
	1924 - Praga na produção de café.	1924 - Fim da I Guerra Mundial
1929 - O Largo passa a ser chamado Praça Pádua Salles.		1929 - Queda da Bolsa de Valores de Nova York.
	1930 - Recessão econômica em Amparo, iniciada no fim do século XIX, com a crise do café.	
	1932 - Jovens amparenses apresentam-se como voluntários para as forças constitucionistas.	1932 (9 de julho) - Revolução Constitucionalista estoura em São Paulo e dura 3 meses.
1938 - Reforma do edifício da estação, que passa a ter o aspecto atual.	Última apresentação no Teatro João Caetano.	
	Inauguração da Fábrica de Chapéus de Amparo, do Cortume de Amparo, no bairro do Ribeirão, e, da linha de ônibus entre Amparo e Jundiá da Empresa de Auto- viação Selecta.	1939 (setembro) - Início da II Guerra Mundial
	1940 - A partir desses anos a economia em Amparo se diversificara.	
	1945 - Amparo torna-se Estância Hidromineral, a primeira cidade do <i>Circuito das Águas Paulistas</i>	1945 - Fim da II Guerra Mundial
1954 - Supressão do ramal férreo Amparo-Serra Negra	1955 - Inauguração do novo abastecimento de água da cidade.	1956 - Asfaltamento das estradas que ligam Amparo a Campinas, Jundiá a Lindóia.
		1960 - Consolidação da indústria automobilística no país e hegemonia do sistema rodoviário sobre o ferroviário.

1967 - Desativação do Ramal de Amparo.	1965/1966 - Elaboração do primeiro Plano Diretor para a cidade, por Gustavo Neves da Rocha Filho em convênio com o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da FAU-USP; aprovação do Plano por Lei Municipal nº. 559.	
	1970 - Amparo passa a apresentar grande expansão econômica, baseada na produção industrial e na diversificação da agricultura.	
1979 - Os antigos armazéns são demolidos. Reurbanização da Praça Pádua Salles.	1976 - Revisão do Plano Diretor com a promulgação da Lei nº.886, que cria condições específicas para a zona central delimitada pela planta de 1878, promulgação da Lei nº. 906, preservando o Centro Histórico, vetada em 1977.	1978 - Elaboração de Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo estando Amparo entre os 14 municípios mais representativos. Amparo torna-se Estância Turística.
	1980 - Elaboração de listagem de 300 edifícios significativos de Amparo. Promulgação da Lei nº.1074 que estabelece o zoneamento da cidade.	1981 - Inclusão de Amparo no levantamento Sistemático Destinado a Inventariar Bens Culturais do Estado de São Paulo, do CONDEPHAAT.
	1987 - Centro Histórico é tombado pelo CONDEPHAAT segundo Resolução nº. 10/11.02.87	
1994 - Inauguração do Espaço Cultural Edu Bastos na antiga Estação da Cia. Mogiana. Inauguração do Cinema na antiga Estação em 1995.	1995 - Realização de Salão Fotográfico e Mostra de Vídeo de Amparo para a seleção de trabalhos para o Mapa Cultural Paulista.	
2005 - Uso atual da Estação: cinema. Uso atual da Casa do Chefe: Secretaria da Cultura e Pinacoteca.	2006 - Plano Diretor do município de Amparo deverá estar pronto.	2001 - Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257/01.

4. Quadro de eventos em Amparo

EVENTO	LOCAL	DIA E HORÁRIO	TIPO DE USO
Reunião de carros antigos	Posto de gasolina do trevo.	Aos domingos, a partir das 14 horas.	Proprietários de veículos fabricados até 1974 comparecem para trocar informações e expor suas raridades.
Feira de Artesanato	Praça Pádua Salles	Domingo	Feira de artesanato. Shows musicais em frente ao CITEC (às vezes)
Feira Permanente de Artesanato	Avenida Dr. Carlos Burgos	Sábado e domingo das 10:00 AS 17:00	Feira de artesanato.
Projeto Museu Vivo	Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Rua Luís Leite, 7	Periodicamente.	A iniciativa visa dinamizar o uso do museu oferecendo uma programação cultural com exposições, eventos musicais, oficinas, workshops, além de melhorias físicas das instituições.
Projeto Música no Museu	Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos.	Aos sábados, durante o mês de outubro	Programação musical realizada pelos alunos do Centro Cultural e Conservatório de Amparo.
Festival de Inverno	Praça Pádua Salles.	Todo o mês de julho (manhã, tarde e noite)	Feira de artesanato, teatro, oficinas, eventos diversos. Shows com bandas da cidade e convidados. A Concha acústica é utilizada neste evento.
Festa das Nações	Clube Atlético	outubro	Feira de produtos e comidas típicas. Apresentação de danças.
FECITA (Feira de Comércio)	Clube Atlético	setembro	Feira de produtos diversos.
Carnaval	Avenida Bernardino de Campos. Praça Pádua Salles	fevereiro (a noite)	Desfile das escolas de samba e trio elétrico. Para 2006, projeto de desfile ao longo do rio Camandocaia.
Natal	Praça Pádua Salles e CITEC	Dezembro, de segunda a segunda	Desfile de Papai Noel em caminhão de bombeiro, feira de produtos natalinos.
Ano Novo	Avenida Dr Carlos Burgos e Morro do Cristo	31 de dezembro	Palco montado na avenida. Shows com bandas de Amparo. Fogos de artifícios no Morro.
Evento dos Pracinhas	Praça Pádua Salles	8 de maio	Homenagem aos soldados mortos na II Guerra Mundial.
Aniversário da Cidade	Praça Pádua Salles e na avenida em frente à praça.	8 de abril	Palco montado para shows musicais na avenida. Ruas interditadas. Feira de artesanato.
Desfile de 7 de Setembro	Rua 13 de Maio	7 de setembro	Fanfarra, desfile do Tiro de Guerra.
Pinacoteca	Praça Pádua Salles	periodicamente	Novas exposições a cada 15 dias. Oficinas abertas à comunidade. (não se utiliza espaço público)
Rádio Cultura	Praça Pádua Salles		Divulga eventos, tem estúdio p/ bandas da cidade e palco em frente ao prédio.
EMEI Gasparzinho	Praça Pádua Salles	Desde que mães exigiram.	A escola não utiliza espaços públicos
Ruas de Lazer	Nos diversos bairros da cidade	Desde 2001 (mas hoje está parado)	Projeto de 2001, da Secretaria de Esportes. Visa levar a prática recreativa e esportiva para os bairros e distritos de Amparo.

II TICA - Torneio Industrial Cidade de Amparo	Empresas de Amparo	Desde 2001	A Secretaria Municipal de Esportes objetiva, com isso, levar a prática esportiva para dentro das empresas de Amparo.
Evento “Amparo na trilha”	Praça Pádua Salles e na Rua Treze de Maio.	outubro	O encontro na praça, início do passeio, conta com barracas de comidas, bebidas e artesanato. Passeio de jipe pela cidade e redondezas. É montado um palco para shows de bandas da cidade.
Dia do Desafio	Organização: Secretaria Municipal de Esportes	Na última quarta-feira do mês de maio	Amparo participa de competição entre cidades do mundo inteiro em que se incentiva as pessoas a fazerem esportes.
Quermesses diversas	Em todas as igrejas		Feira de produtos e alimentos com instalação de barracas em frente às igrejas
Festa de S. Francisco e S. Benedito	Paróquia de São Benedito	outubro	Quermesse com sorteio de brindes. Procissão pelas ruas próximas à paróquia.
Festa da Padroeira	Praça da Catedral	Setembro	Feira de produtos e alimentos com instalação de barracas em frente às igrejas
Quermesse da escola de samba Marson	Em frente ao Centro de Saúde	Outubro, 28, 29 e 30 a partir das 19 horas	Atrações para crianças, barracas de comidas e bebidas. Evento c/ shows musicais todas as noites.
Cine Estação (antiga Estação Ferroviária)	Praça Pádua Salles	de Seg. à Sexta das 19:00 às 21:30 Sábado e Domingo das 16:00 às 21:30	Tem 01 sala de projeção. Circulação e permanência de pessoas no local.
Cine Duplex	Rua José de Araújo Cintra	Seg. à Sexta das 19:00 às 21:30 Sábado e Domingo das 16:00 às 21:30	Tem 02 salas de projeção. Circulação e permanência de pessoas no local.
Jet Set Club	Rua XV de Novembro, nº 120		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Anexo Pub	Rua Marechal Deodoro, nº 308 (Praça da Catedral?)		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Choperia do Morro	Morro do Cristo		Circulação e permanência de pessoas, à noite, no local.
Choperia Celeiro	Rua Treze de Maio, nº 381	Todos os dias a partir das 16:00 h.	Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Alforria Bar	Rua 13 de Maio		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Chooperia DonkChopp	Praça Monsenhor João Baptista Lisboa, nº 122		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Underground Blues Bar	Av. Prestes Maia, nº 1027		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Parnaso Bar	Largo do Rosário, 139		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Mr. Coffee	Praça Monsenhor João Baptista Lisboa, 136		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.
Impório das Nações Café	Praça Pádua Salles, 51		Circulação e permanência de pessoas, à noite, na rua.

5. Entrevista com usuários da Praça Pádua Salles

Obs: As entrevistas foram feitas, em outubro de 2004, em dois dias diferentes da semana.

PERGUNTAS

1. Nome:	8. O que é bom na praça?
2. Profissão/ Idade:	9. O que é ruim na praça?
3. Acompanhante:	10. Como poderia ficar melhor?
4. Residência:	11. O que você gostaria que a praça oferecesse a mais?
5. Quanto tempo mora na cidade?	12. Quais são as festividades que você se lembra que acontecem na praça?
6. Qual a frequência com que usa a praça?	13. Quais são os outros espaços livres que utiliza na cidade? Para que atividade?
7. Motivo?	14. Você gosta de viver na cidade?

Entrevista 01

Nome:	Carolina de Toledo Teixeira Lima
Profissão/ Idade:	Estudante / 22 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Bairro Jardim Itália
Desde quando mora aqui?	22 anos
Frequência com que usa a praça?	Todos os dias.
Motivo?	Trabalha no CITEC
O que é bom na praça?	As caixas de som, as fontes
O que é ruim?	À noite é perigoso
Como poderia ficar melhor?	Iluminação à noite.
O que a praça poderia oferecer?	Nada.
Festividades na praça?	Festival de Inverno, Festa de Natal, feira de artesanato, Encontro de Jipes, Passeata da Paz, Exposições no CITEC.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Avenida Marginal do rio Camandocaia. No verão, muita gente caminha, passeia com cachorro e anda de bicicleta lá. O Jardim Público no domingo à tarde, fica cheio de gente.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 02

Nome:	Ilsa Santos
Profissão/ Idade:	Aposentada/ 75 anos
Acompanhante:	Hélio Alves, marido
Residência:	Rua Nicolau Maffei, 121
Desde quando mora aqui?	No Centro, há 2 anos (antes morava no Bairro Modelo).
Frequência de uso da praça?	Quase todos os dias.

Motivo?	Espera e se encontra com o marido.
O que é bom na praça?	Proximidade de serviços e lojas. O ambiente é agradável, tem sombra, bancos.
O que é ruim?	Os desocupados que ficam dormindo na praça.
Como poderia ficar melhor?	Se as pessoas respeitassem o espaço.
O que a praça poderia oferecer?	Nada. Já tem tudo.
Festividades na praça?	Festival de Inverno.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim público, raramente, quando a filha a leva lá, porque não pode andar muito.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 03

Nome:	Roberto da Silva Maia
Profissão/ Idade:	Pedreiro/ 54 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Bairro Modelo
Desde quando mora aqui?	54 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Porque trabalha no prédio vizinho e vem descansar.
O que é bom na praça?	A possibilidade de poder descansar.
O que é ruim?	A bagunça das crianças, as bicicletas, os vândalos.
Como poderia ficar melhor?	Mais segurança.
O que a praça poderia oferecer?	Nada. Tem tudo.
Festividades na praça?	Festival de Inverno, feira de artesanato.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	O Jardim Público, no fim de semana.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 04

Nome:	Elias Rodrigues
Profissão/ Idade:	Aposentado/ 67 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Centro, vem caminhando para a praça.
Desde quando mora aqui?	40 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Porque é um lugar agradável.
O que é bom na praça?	O ambiente em si é bom.
O que é ruim?	Muitos cachorros.
Como poderia ficar melhor?	Faltam banheiros próximos.
O que a praça poderia oferecer?	Banheiros.
Festividades na praça?	Festival de Inverno.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim Público, todas as tardes.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 05

Nome:	Eva Aparecida Siqueira
Profissão/ Idade:	Zeladora do Itaú/ 51 anos
Acompanhante:	Com as amigas.
Residência:	Bairro Pinheirinho
Desde quando mora aqui?	51 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Descansar na hora do almoço.
O que é bom na praça?	Sombra, bancos.
O que é ruim?	Nada é ruim.
Como poderia ficar melhor?	Nada. Está tudo bem.
O que a praça poderia oferecer?	Nada.
Festividades na praça?	Aniversário da cidade
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Nenhum outro.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 06

Nome:	Helena Maria de Jesus
Profissão/ Idade:	Faxineira/ 42 anos
Acompanhante:	Os dois filhos
Residência:	Bairro Vila Nova
Desde quando mora aqui?	42 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Descansar na hora do almoço.
O que é bom na praça?	Encontrar as amigas na hora do almoço.
O que é ruim?	As moscas.
Como poderia ficar melhor?	O parquinho poderia ficar melhor e maior.
O que a praça poderia oferecer?	O parquinho poderia ficar melhor e maior.
Festividades na praça?	Feira de artesanato.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Não utiliza outros espaços.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 07

Nome:	William de Jesus
Profissão/ Idade:	Estudante/ 13 anos
Acompanhante:	A sua mãe
Residência:	Bairro Vila Nova
Desde quando mora aqui?	13 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Vem ver a mãe antes de ir para o Colégio Rangel Pestana
O que é bom na praça?	Os brinquedos.
O que é ruim?	A música não é boa. Muito lenta.

Como poderia ficar melhor?	Tirar a música.
O que a praça poderia oferecer?	Mais brinquedos.
Festividades na praça?	Aniversário da cidade.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Praça na frente da escola.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 08

Nome:	Jair dos Reis
Profissão/ Idade:	Sorveteiro/ 51 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	São Dimas
Desde quando mora aqui?	A mais de 20 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	trabalho.
O que é bom na praça?	Tudo é bom.
O que é ruim?	Um jovem fumando maconha de vez em quando.
Como poderia ficar melhor?	Cimentar a parte de areia, assim se pode caminhar melhor.
O que a praça poderia oferecer?	Piso cimentado na parte que é de areia, assim se pode caminhar melhor.
Festividades na praça?	Festival de Inverno, feira de artesanato.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Não utiliza outros espaços.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 09

Nome:	Alessandra Darioli
Profissão/ Idade:	Autônoma/ 25 anos
Acompanhante:	Não.
Residência:	Bairro dos Pereiras.
Desde quando mora aqui?	25 anos
Frequência de uso da praça?	Uma vez por semana.
Motivo?	Descansa na hora do almoço.
O que é bom na praça?	A sombra.
O que é ruim?	Não tem nada ruim.
Como poderia ficar melhor?	Tudo está bem.
O que a praça poderia oferecer?	Nada, tudo está bem.
Festividades na praça?	Festival de Inverno, feira de artesanato.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Praça da Matriz, que serve como ponto-de-encontro e descanso na hora do almoço.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 10

Nome:	Célia Tereza Melzano Forner
Profissão/ Idade:	Faxineira na loja de motos Honda/ 53 anos
Acompanhante:	Acompanhada das amigas.
Residência:	Bairro Jardim Nardini.
Desde quando mora aqui?	53 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias.
Motivo?	descanso na hora do almoço.
O que é bom na praça?	A sombra, o ambiente, encontrar as amigas.
O que é ruim?	A música.
Como poderia ficar melhor?	Uma música animada.
O que a praça poderia oferecer?	Nada.
Festividades na praça?	Festival de Inverno.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Não utiliza outro espaço.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 11

Nome:	Angélica Bragiatto Rodrigues
Profissão/ Idade:	Estudante/ 16 anos
Acompanhante:	Acompanhada do namorado
Residência:	Bairro Moreirinha
Desde quando mora aqui?	16 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Hora do almoço, a sombra, o encontro.
O que é bom na praça?	A sombra, o ambiente.
O que é ruim?	A praça é muito suja.
Como poderia ficar melhor?	Se a praça ficasse mais limpa.
O que a praça poderia oferecer?	Nada.
Festividades na praça?	Festival de Inverno.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Não utiliza outro espaço.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 12

Nome:	Maria Lúcia Forato Avancini
Profissão/ Idade:	Professora do Estado/ 37 anos
Acompanhante:	Acompanhada do filho
Residência:	No Centro.
Desde quando mora aqui?	37 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Traz o filho à escola e traz as crianças para brincar nos fins-de-semana.
O que é bom na praça?	O parquinho, as árvores.
O que é ruim?	Falta policiamento. Vândalos quebram as coisas e jovens que usam drogas.

Como poderia ficar melhor?	Bebedouro, policiamento.
O que a praça poderia oferecer?	Bebedouro, policiamento.
Festividades na praça?	Festival de Inverno, feira de artesanato, eventos para as crianças em janeiro.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	O Jardim Público e o Parque Ecológico (orquidário).
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 13

Nome:	Benedita Manoel
Profissão/ Idade:	Dona de casa / 45 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	No Sítio São José
Desde quando mora aqui?	5 anos
Frequência de uso da praça?	Uma vez por semana
Motivo?	Quando vem ao médico e traz a filha para brincar
O que é bom na praça?	Brinquedos, todo o espaço.
O que é ruim?	Nada
Como poderia ficar melhor?	Nada
O que a praça poderia oferecer?	Nada
Festividades na praça?	Não sabe.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Nenhum.
Gosta de viver na cidade?	Mais ou menos, porque sente falta de Minas Gerais.

Entrevista 14

Nome:	Samuel da Silva Bonifácio
Profissão/ Idade:	Balconista / 20 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Centro
Desde quando mora aqui?	12 anos
Frequência de uso da praça?	Quase todas as tardes
Motivo?	Encontro com o pessoal da capoeira
O que é bom na praça?	As pessoas, as crianças. Melhorou a segurança desde uns dois anos. Houve melhoras no espaço, jardins e prédio da rádio. Antes, nem jogavam capoeira.
O que é ruim?	Ainda tem uns maloqueiros que fazem baderna na praça.
Como poderia ficar melhor?	Nada.
O que a praça poderia oferecer?	Uma lanchonete. Uma roda de cimento para jogar capoeira.
Festividades na praça?	Festival de inverno.
Outros espaços livres na cidade?	Praça da Matriz, O Cristo e Rua Treze de Maio.
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 15

Nome:	Priscila Jorge
Profissão/ Idade:	Balconista / 23 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Ribeirão
Desde quando mora aqui?	23 anos
Frequência de uso da praça?	Todos os dias.
Motivo?	Trabalha na banca de jornal na praça.
O que é bom na praça?	Bancos, árvores.
O que é ruim?	Chão de areia, as bicicletas podem atropelar alguém.
Como poderia ficar melhor?	Chão de mosaico
O que a praça poderia oferecer?	Nada
Festividades na praça?	Festival de inverno, feira de artesanato, bandas.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim Público (para as crianças) / Matriz (para adolescentes)
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 16

Nome:	Teresinha Casimiro Paiva Simões
Profissão/ Idade:	Aposentada / 72 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Centro (prédio vizinho da praça)
Desde quando mora aqui?	53 anos
Frequência de uso da praça?	todos os dias.
Motivo?	Cruza a praça para alcançar as lojas e o comércio na rua 13 de Maio.
O que é bom na praça?	Lazer, pessoas idosas podem se sentar, a mocidade.
O que é ruim?	Barulho das festas em junho
Como poderia ficar melhor?	Não sabe
O que a praça poderia oferecer?	Não sabe
Festividades na praça?	Festa junina
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim Público
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 17

Nome:	Sebastião Eustáquio Inácio
Profissão/ Idade:	Pedreiro / 52 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Jardim das Aves
Desde quando mora aqui?	Desde 1991
Frequência de uso da praça?	De 15 em 15 dias
Motivo?	Passear com as crianças
O que é bom na praça?	Encontro de pessoas

O que é ruim?	Antes das eleições, o espaço era sujo.
Como poderia ficar melhor?	Limpeza
O que a praça poderia oferecer?	Mais brinquedos, melhores equipamentos, brincadeiras para as crianças.
Festividades na praça?	Festival de Inverno
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Praça da Matriz
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 18

Nome:	José Abílio Carvalho Ferreira
Profissão/ Idade:	Ajudante geral / 26 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	São Dimas
Desde quando mora aqui?	Junho de 2003
Frequência de uso da praça?	Às vezes atravessa a praça de bicicleta.
Motivo?	Traz as crianças para brincar.
O que é bom na praça?	O lazer, o sossego.
O que é ruim?	As pedrinhas
Como poderia ficar melhor?	Mais brinquedos
O que a praça poderia oferecer?	Mais brinquedos e diversão para as crianças.
Festividades na praça?	Festival de Inverno
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Nenhum
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 19

Nome:	Cassiano Gomes
Profissão/ Idade:	Funcionário público / 34 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Jardim Real
Desde quando mora aqui?	25 anos
Frequência de uso da praça?	Trabalha na rádio que fica na praça.
Motivo?	Esporadicamente traz os filhos.
O que é bom na praça?	A história do lugar, e a música ao vivo.
O que é ruim?	A insegurança.
Como poderia ficar melhor?	Uma reforma, iluminação, piso, policial 24 horas por dia.
O que a praça poderia oferecer?	Policimento
Festividades na praça?	Festival de inverno
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim Público, Orquidário
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 20

Nome:	Luiz Antônio da Rocha
Profissão/ Idade:	Cabeleireiro / 46 anos
Acompanhante:	Não
Residência:	Jardim Natal
Desde quando mora aqui?	22 anos
Frequência de uso da praça?	Esporadicamente.
Motivo?	Atravessa a praça. Vai ao supermercado Guarany.
O que é bom na praça?	Área verde, o ambiente.
O que é ruim?	A noite não vem a praça, é perigoso.
Como poderia ficar melhor?	Com policial na praça
O que a praça poderia oferecer?	Com policial na praça
Festividades na praça?	Festival de Inverno, feira de artesanato.
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim Público
Gosta de viver na cidade?	Gosta.

Entrevista 21

Nome:	Divaldo Geraldo Pínola
Profissão/ Idade:	Aposentado / ferroviário / 77 anos
Acompanhante:	Um amigo
Residência:	Jardim Santana
Desde quando mora aqui?	Desde 1957
Frequência de uso da praça?	Todos os dias
Motivo?	Vem à banca de jornal, passeia, descansa.
O que é bom na praça?	Colegas, sossego, sombra.
O que é ruim?	Não tem banheiro adequado.
Como poderia ficar melhor?	Se tivesse banheiro e mais segurança.
O que a praça poderia oferecer?	Melhores brinquedos para as crianças.
Festividades na praça?	Festival de Inverno
Outros espaços livres na cidade? Qual atividade?	Jardim Público
Gosta de viver na cidade?	Gosta.
